



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

**Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional**

*O Papel da Educação como motor do “Empowerment” económico  
e político das mulheres – O caso de Marrocos*



**Maria Paula Abreu dos Santos Serra**

**ORIENTAÇÃO: Professor Doutor Adelino Torres**

**Júri:**

**Presidente - Doutor Adelino Torres**  
**Vogais - Doutor Eduardo Maria Costa Dias Martins**  
**- Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira**

**OUTUBRO/2007**

## INDICE GERAL

Siglas utilizadas	003
Índice de Quadros	004
Índice de Figuras	005
Resumo e Palavras Chave	006
Prefácio	007
Agradecimentos	008
1- Introdução	009
2 - I Capítulo:	011
1.1. Metodologia – uma leitura cruzada do paradigma do desenvolvimento humano e das teorias da desigualdade do género de Amartya Sen e de Martha Nussbaum, dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e da abordagem dos chamados novos pensadores do Islão (Fatema Mernissi, Rachid Benzine, Mohammad Talbi, entre outros).	011
1.2. A mulher árabe versus a mulher muçulmana.	044
1.3.O véu e o processo político.	047
3- II Capítulo	052
2.1. A Educação em Marrocos: contextualização.	052
2.2. A educação das mulheres e o emprego.	073
2.3 A educação das mulheres e o acesso à participação política.	084
4- III Capítulo	089
3.1. As organizações femininas: constituição, evolução, influência.	089
3.2. A luta pela Independência: movimentos femininos e nacionalismo.A chegada ao poder de Hassan II – a estratégia do monarca. Morte de Hassan II: O fim da Guerra Fria – tentativas de reformas, por exemplo do Código de Família. A subida ao poder de Mohammed VI: a abertura para a democracia e a igualdade de género.	092
3.3. A cooperação da UE e os direitos das mulheres de Marrocos: o processo de Barcelona.	094
3.4. Na Parceria Euro-Mediterrânica, ainda falta espaço para as mulheres?	099
4- Conclusões	107
Bibliografia	111
Anexos	114

## **SIGLAS UTILIZADAS**

**ADFM (Association Démocratique des Femmes du Maroc)**

**BM (Banco Mundial)**

**CEDAW (Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination against Women)**

**DB (Declaração de Barcelona)**

**ESCWA (Comissão Económica e Social das Nações Unidas para o Sudoeste Asiático)**

**EIDHR (Iniciativa Europeia para a Democracia e os Direitos Humanos)**

**EMHRN (Euro-Mediterranean Human Rights Network)**

**EUROMESCO (Comissão de Estudos Euro-Mediterrânicos)**

**FMI (Fundo Monetário Internacional)**

**FNUP (Fundo para a População das Nações Unidas)**

**IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)**

**MEDA (Principal instrumento financeiro da PEM)**

**MENA (Middle East and North Africa countries)**

**ONG (Organizações Não Governamentais)**

**ONU (Organização das Nações Unidas)**

**ODM (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio)**

**PE (Parlamento Europeu)**

**PEM (Parceria Euro-Mediterrânica)**

**PIB (Produto Interno Bruto)**

**PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas)**

**UE (União Europeia)**

**UNICEF (United Nations Children' Fund)**

## **ANEXOS**

### **Índice de Quadros do PNUD de 2005 (Sobre os países MENA: quadros 1/9)**

**Quadro 1 – IDH relacionado com o género.**

**Quadro 2 – IDH**

**Quadro 3 – Tendências do IDH / Pobreza e Rendimento.**

**Quadro 4 – Tendências Demográficas.**

**Quadro 5 – Resumo do Texto da Moudawana**

**Quadro 6 – Desigualdade de género na educação.**

**Quadro 7 – Situação dos principais instrumentos internacionais sobre os direitos humanos.**

**Quadro 8 – Situação das convenções fundamentais sobre os direitos do trabalho.**

**Quadro 9 – Empenhamento na educação: despesas públicas.**

**Quadro 10 – Ensino pré-escolar em Marrocos (escolas corânicas e ensino pré-escolar moderno).**

**Quadro 11 – Valores religiosos (em Marrocos), em %, segundo: o meio de residência, a idade, o sexo, o grau de escolaridade, a posição social**

**Quadro 12 – Valores políticos (em Marrocos) em %, segundo: o meio de residência, a idade, o sexo, o grau de escolaridade, a posição social.**

**(Sobre os países MENA quadros 13/16)**

**Quadro 13 – Desigualdades do género na actividade económica.**

**Quadro 14 – Empowerment medido de acordo com o género**

**Quadro 15 – Participação política feminina**

**Quadro 16 – Emprego e Salários em Marrocos segundo o sexo**

## **Índice das Figuras (Marrocos)**

**Figura nº 1 – Mapa Administrativo**

**Figuras nº 2 e 3 – Dados “relâmpago”**

**Figura nº 4 - A regressão da taxa de analfabetismo**

**Figura nº 5 – Efectivo total escolarizado no ensino primário e secundário do sector público (em quadro menor o sector privado correspondente)**

**Figura nº 5a – Taxa de escolaridade por idade**

**Figura nº 6 – Desigualdades raparigas/rapazes em matéria de acesso à educação foram reduzidas**

**Figura nº 7 – A proporção de adultos solteiros entre 1971-2004**

**Figura nº 8 – As marroquinas têm menos filhos**

**Figura nº 9 - A participação das mulheres marroquinas na vida activa aumenta mas mantém-se franca face aos homens**

**Figura nº 10 – Transição Demográfica**

## **Resumo**

Neste trabalho pretende-se avaliar o papel da educação como motor fundamental do *empowerment* das mulheres no espaço doméstico e público, visando, em última análise perceber como é que o bem-estar pleno de cerca de 50 por cento da população pode contribuir para a riqueza e o desenvolvimento de todo um país. Escolheu-se como estudo de caso as mulheres em Marrocos.

**Palavras chave:** educação, *empowerment*, mulheres, espaços privado e público, desenvolvimento, Marrocos

## **Abstract**

This research tries to analyse the role of the education as an essential instrument for women's empowerment in private and public sphere, trying, as a final conclusion, to understand how the full well-being of 50 per cent of a population can contribute for the wealth and the development of a whole country. Morocco has been chosen as the case study.

**Key words:** education, empowerment, women, private and public sphere, development, Morocco

## Prefácio

*“Numa palavra, devo renascer periodicamente, tornar-me mais jovem do que sou. Aos cinquenta anos, Michelet começava a sua vita nuova: nova obra, novo amor. Mais velho do que ele (compreenda-se o paralelo estabelecido é afectivo), entro eu também numa vita nuova, marcada agora por este novo lugar (Colégio de França, Paris), esta nova hospitalidade. Tento assim deixar-me levar pela força de toda a vida viva: o esquecimento. Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas surge em seguida uma outra em que se ensina o que se não sabe: a isso se chama procurar. Chega agora, talvez a idade de uma outra experiência: a de desaprender, de deixar germinar a mudança imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessámos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda que ousarei aqui arrebatrar, sem complexos, à própria encruzilhada da sua etimologia: Sapientia: nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria e o máximo de sabor possível”, in Lição, Roland Barthes, edições 70, Lisboa, 1997*

## **Agradecimentos**

Agradeço Reconhecidamente ao Senhor Professor Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães tudo o que aceitou partilhar comigo: experiência, conhecimentos e muita paciência.

Aos Meus Pais e Meus Irmã(ões)os:

Por que somos Uma Tribo.

## Introdução

O presente trabalho tem como objectivo analisar o papel da educação como um dos principais motores do *empowerment* económico e político das mulheres, contextualizado no caso de Marrocos.<sup>1</sup>

Qual é a realidade das mulheres em Marrocos? De que forma é que a educação tem contribuído ou pode aumentar no futuro a sua emancipação na esfera doméstica e pública, nomeadamente em termos financeiros e de maior participação política? São estas as interrogações a que pretende responder esta investigação.

Quando se colocam questões sobre a igualdade de género nos países do Médio Oriente e do Norte de África, elas são geralmente abordadas de um ponto de vista religioso, social, antropológico ou político. Esquece-se, com frequência, que os custos das assimetrias existentes se situam também a nível económico. Por isso mesmo, optou-se abordar esta problemática a partir um conceito de desenvolvimento mais abrangente, segundo o qual, este só pode ser plenamente conseguido, através da participação activa de todos os actores da sociedade, homens e mulheres. Como diz Amartya Sen “pessoas socialmente completas, dando expressão às suas vontades e interagindo – e influenciando – no mundo em que vivem”( Sen 1999: 31). Escolheu-se esta problemática por três razões fundamentais. Em primeiro lugar, e tendo em conta a alta taxa de iliteracia das mulheres marroquinas, tentou-se perceber como é que a inversão deste cenário poderia acelerar o seu *empowerment* económico, social, político e cultural.

Em segundo, pretendeu-se avaliar como é que a participação plena das mulheres no espaço doméstico e público pode contribuir para o desenvolvimento sustentado do país. Em terceiro lugar, julgou-se importante esclarecer até que ponto, o impacto do Islão sobre a vida das mulheres árabo-muçulmanas, funciona ou não, como o principal impedimento do acesso à escola por parte do sexo feminino.

O trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro descreve-se a metodologia utilizada – autores e conceitos, distinguindo-se duas ideias que parecem ser essenciais: a definição de mulher árabe e muçulmana, o que tem gerado muitas polémicas e, os malentendidos que surgem sempre que se trata a problemática do porte do véu pelas mulheres islâmicas.

---

<sup>1</sup> Ver Anexos FIGURA 1

No segundo capítulo abordar-se-á a educação propriamente dita, contextualizada no espaço de Marrocos, elencando-se indicadores, estudos e resultados a que chegaram diversos autores. Partindo desses dados, pretende-se avaliar a existência ou não de constrangimentos impostos aos indivíduos em função do sexo, nomeadamente no acesso à educação, ao emprego e à participação política.

No terceiro e último capítulo, avaliar-se-á o papel, a evolução e a influência das organizações femininas - desde o período imediatamente seguinte à independência, em 1956, sendo dado relevo especial à actividade destas organizações nos últimos anos da vida de Hassan II – 1989/1998. Muitos autores sustentam que os últimos nove anos de poder daquele monarca prepararam a sociedade para uma maior entrada das mulheres no espaço público. Será ainda analisado o contexto feminino nos anos de governação de Mohammed VI, que sucedeu ao seu pai em 1999 e brevemente debatidas as consequências de reformas que mais influenciam o quotidiano das mulheres, designadamente o Código de Família, em 2003. Finalmente, apresentar-se-á uma breve referência à cooperação e ajuda promovida pela União Europeia no que diz respeito aos dossiers sobre as mulheres, no âmbito do chamado processo de Barcelona, que data de 1995. Julga-se que este tópico é muitíssimo pertinente, dada a proximidade e a “mediterraneidade” de que enforma este espaço geográfico, económico, social e cultural comuns, e do impacto e interesse que as relações entre as duas margens do Mediterrâneo terão para o futuro, em particular, no estatuto das mulheres marroquinas e o papel que a UE pode desempenhar no aprofundamento do papel das organizações femininas em Marrocos como actores de uma sociedade civil mais actuante.

## I CAPÍTULO

*“Porque é o nosso olhar que aprisiona muitas vezes os outros nas suas pertenças mais estreitas e é também o nosso olhar que tem o poder de os libertar”*, in *As Identidades Assassinas*, Amin Maalouf, 1999, p.31, Difel.

### **1.1. Metodologia – uma leitura cruzada do paradigma do desenvolvimento humano e das teorias da desigualdade do género de Amartya Sen e de Martha Nussbaum, dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e da abordagem dos chamados novos pensadores do Islão (Fatema Mernissi, Rachid Benzine, Mohammad Talbi, entre outros).**

A importância da educação tem sido enfatizada em numerosas convenções, incluindo na Declaração dos Direitos Humanos e no Programa de Acção da Conferência Internacional de 1994 sobre a População e o Desenvolvimento. A quarta conferência sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, reconheceu que a literacia das mulheres é um factor chave para o aumento da participação feminina na tomada de decisões na sociedade e para o progresso do bem-estar das famílias.

A Organização das Nações Unidas (ONU) articulou os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em 2000, os quais incluem objectivos para acelerar a educação, a igualdade de género e o *empowerment* das mulheres (ODM 2 e 3). Os ODM sublinham o papel essencial da educação na construção das sociedades democráticas e o seu contributo para o crescimento económico sustentado.

É, assim, consensual, que a educação universal é um elemento chave para a redução da pobreza. Numa economia cada vez mais aberta e globalizada, países com altas taxas de iliteracia e desigualdades de género tendem a ser menos competitivos. Estas tendências globais colocam, na actualidade, desafios particulares às mulheres que não são alfabetizadas ou que possuem baixos níveis de educação. Por isso, as mulheres necessitam de educação apropriada e treino adequado para serem equiparadas no mercado de trabalho ao sexo oposto.

Além de poderem competir com os homens, que têm eventualmente mais educação e conhecimento, as mulheres deverão tirar outras vantagens fundamentais para as suas vidas, nomeadamente, em termos da sua saúde reprodutiva, da saúde das suas crianças e

das suas famílias. Um maior acesso das jovens à escola está directamente associado ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, e ao aumento da sua contribuição para o orçamento familiar; mais educação para as mulheres reflecte-se positivamente na alimentação dos seus filhos; mulheres com mais conhecimentos têm mais oportunidades de reconhecer a importância da escolarização das suas filhas; mulheres com mais escolaridade dispõem de mais oportunidades para participar activamente na política nos seus países, conhecer e exercer melhor os seus direitos legais.

Apesar de o *status quo* ser crescentemente questionado, e de as políticas públicas darem uma maior atenção às desigualdades de género em Marrocos, as mulheres marroquinas continuam ser alvo de profundas discriminações face ao outro sexo. Defende-se neste trabalho que a elevadíssima taxa de iliteracia feminina do país é um dos factores mais importantes para que este cenário se mantenha, apesar dos progressos que se têm vindo a registar. Contudo, ao longo das últimas quatro décadas têm-se vindo a verificar profundas transformações, nomeadamente o aumento da idade dos indivíduos no casamento, a quebra do índice sintético de fecundidade, o aumento do uso dos métodos contraceptivos e até o número de ocorrência de divórcios, especialmente em meio urbano (em meio rural, as tradições tendem a sofrer mutações, ainda que muito mais lentas).

Observando em 2003, os 20 países árabes, que integram os chamados países MENA (Middle East and North Africa), em 2003 Marrocos ocupava o penúltimo lugar quanto ao número de mulheres literadas com idade superior a 15 anos<sup>2</sup>, com cerca de 38 por cento (a taxa de literacia dos adultos femininos – acima dos 15 anos – correspondia a 61 por cento dos homens), ultrapassando apenas o Yemen (este com uma taxa feminina de literacia feminina acima dos 15 anos equivalente a 28,5 por cento de mulheres literadas, correspondente a 69,5 por cento do sexo masculino). Note-se que não existiam estes dados em 2003 sobre o Qatar, Djibouti, Iraque, Líbano e Somália.

Por outro lado, as marroquinas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, constituíam no mesmo ano de referência, cerca de 61,3 por cento dos indivíduos com literacia, correspondendo a 62 por cento dos elementos do sexo oposto.

---

<sup>2</sup> Com competências para ler e escrever, i.e., escolaridade básica. Annex IV. Statistical Tables on Human Development in the Arab Development Report, 2005, ver Anexo QUADRO 6.

Em termos globais, Marrocos coloca-se em 123º lugar na lista do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), i.e., quase no fim de uma longa lista de 177 países, tendo em conta vários indicadores, tais como: o rendimento per capita, a taxa de alfabetização e literacia/iliteracia, a mortalidade infantil, o acesso à água potável, aos cuidados de saúde, à participação feminina na vida pública, entre outros indicadores. (De acordo com o seu lugar no IDH, o país situa-se entre os países em desenvolvimento de rendimento médio).<sup>3</sup>

Uma das principais problemáticas que se pretende também aqui clarificar é, ao partir da especificidade islâmica como axioma, se isso não implicará correr o grave risco de omitir muitas outras explicações e relações. Não existe “um Islão”. Existem muitos, talvez tantos quantos os países muçulmanos. O Islão de Marrocos é vivido de forma diferente do Islão no Paquistão ou no Afeganistão. Por isso, ao longo do trabalho, prefere-se utilizar o conceito de islamismo político, sempre que está em causa o confronto entre radicais islâmicos e moderados, para pudermos confrontar valores que fixam diferenças entre homens e mulheres no acesso aos recursos do país.

Se assim não se fizesse, isso conduziria a um novo problema, quer era o de saber, se é possível avaliar, só por si, o peso do texto corânico na situação da mulher. (Não nos referimos aqui a diferentes correntes de pensamento ou escolas, mas sim ao facto que lugar modelo deve ocupar a mulher numa república ou monarquia islâmica, ou ainda o que significa ser uma “boa muçulmana”).

De qualquer forma, o que nos interessa aqui salientar é que julgamos existir uma “mundividência” marroquina que tem a sua origem e legitimação no que pretende ser a Revelação corânica e que incorporou diferentes elementos das diversas áreas muçulmanas onde impera.

Centralizar este estudo num único pilar, o religioso (e neste caso o Islão), implicaria, em última instância, como diz a autora Hélie-Lucas “ignorar o facto de que todos os fundamentalismos/radicalismos religiosos possuem características comuns, designadamente o controlo, a submissão das mulheres.” (Hélie – Lucas 2001: 1-11) A verdade é que os fundamentalismos religiosos, sustenta a mesma autora, não podem ser isolados de outras formas de radicalismos que não se focam apenas na religião, mas que

---

<sup>3</sup> Anexo QUADRO 2.

criam alianças políticas e ideológicas entre si, tais como o fundamentalismo baseado em matrizes étnicas e culturais.

Argumentando que o fundamentalismo religioso não é na realidade um movimento religioso como pretende ser, Hélié-Lucas diz que os pretextos religiosos, a título de exemplo na Irlanda do Norte, são frequentemente uma camuflagem para conflitos infraestruturais mais profundos. “Trata-se de movimentos políticos que pretendem tomar o poder, pela força e não por um meio legítimo” (Hélié-Lucas 2001: 1-11). Apesar da autora se debruçar sobre o caso da Argélia, a sua reflexão parece ser também aplicável a muitos outros países, entre os quais, países árabo-muçulmanos, designadamente Marrocos.

Como diz o filósofo tunisino, um dos expoentes do pensamento muçulmano renovador, Mohammad Talbi, “pode-se viver sem Deus e oprimir na mesma as mulheres. O problema não é fatalmente religioso. É muito mais um problema de comportamento social do que um problema fundado na religião. Foi o que aconteceu na religião muçulmana. No momento em que se deu a revelação do texto corânico, ocorreu uma luta atroz entre o Profeta e as forças conservadoras que se usaram de todo o seu peso para travar o movimento de inovação. Morto o Profeta, as forças conservadoras apoderaram-se do texto para lhe dar uma leitura cada vez mais conservadora, ao ponto de algumas vezes o deformarem. (...)” (Talbi 2005: 33-34).

Advertência igualmente feita por Adelino Torres, segundo o qual “a causa da deriva islamista é, em última análise, não a religião, mas o factor político sustentado pelo dinheiro (maioritariamente saudita), embora tenha uma forte dose de verdade a frase de Fouad Ajami segundo a qual ‘ the capacity of the sultan to have God on his side is a recurring Islamic phenomenon’” (Torres, A 2004:21).

Para desenvolver esta investigação, partiu-se assim de leituras cruzadas, recorrendo, aos paradigmas do desenvolvimento humano de Amartya Sen e Martha Nussbaum, à abordagem patente nos relatórios do PNUD (quer os mundiais quer os regionais para os países MENA), e que, a partir de 2000 marcaram uma nova agenda mundial para acelerar o processo de desenvolvimento dos países mais pobres, na tentativa de cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Julgou-se igualmente útil cruzar as anteriores leituras com diversas abordagens sobre o desenvolvimento, os direitos humanos, os direitos das mulheres, conceitos de tradição e

modernidade, entre outros, realizadas por alguns dos chamados novos pensadores do Islão, entre os quais, se contam diversos estudiosos como Fatema Mernissi, Leila Ahmed, Rachide Benzine, Mohamed Talbi e Edward Said. Tal como Sen, Nussbaum, entre outros, estes autores, denotando o espírito dos textos saídos dos consensos gerados na ONU, concebem a democracia, a tolerância, a liberdade, e o desenvolvimento, em particular das mulheres, como valores universais. Eles procuram também desmistificar o estereótipo do impacto religioso e social decorrente de uma determinada concepção do Islão sobre o actual estatuto das mulheres em termos domésticos e públicos.

Esta leitura é desenvolvida, num primeiro momento, note-se, por contraponto ao paradigma ortodoxo da economia *mainstream*, onde não existe espaço para debater a temática do género nem as suas implicações individuais e sociais.

O conceito de desenvolvimento é multidimensional, e por consequência controverso. Todavia, existe um acordo quanto à sua conotação positiva. O desenvolvimento denota progresso no sentido de mais bem-estar para o indivíduo e as sociedades. Falam e dão ênfase ao progresso, tanto os economistas defensores de um paradigma liberal e neoliberal, como os economistas do desenvolvimento. Entre estas duas escolas notam-se profundas divergências quanto à definição de desenvolvimento que, a seu tempo, serão esclarecidas.

Neste trabalho usar-se-á a proposta de desenvolvimento seguida, em particular por Sen e Nussbaum, que, além de mais englobante, será também mais heterodoxa, quer do ponto de vista teórico quer empírico. Paradigma este que é corroborado pelos diversos “novos pensadores muçulmanos”, anteriormente referidos.

Sen, como diz Kenneth J. Arrow, “ (...) é considerado, pelos filósofos, como um dos seus inspiradores”.<sup>4</sup> A Real Academia das Ciências de Estocolmo, por seu turno, chamou-lhe, em 1989, “um poli matemático que, combinando instrumentos da economia e da filosofia... restaurou uma dimensão ética na discussão de problemas económicos vitais”.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Arrow 1999: 163-172.

<sup>5</sup> Royal Swedish Academy, 1999, pg.157, in Amartya Sen as a Smithesquesly Worldly Philosopher Or Who Needs Sen When We Have Adam Smith, Hans E.Jensen, the University of Tennessee, USA, introduction, p. 1-33 Article.

Em 1989, Sen formulava a seguinte questão: “É este, um tempo de esperança para escrever em defesa da acção pública? o mundo, nos anos mais recentes, transformou-se decisivamente para uma afirmação da propriedade privada, para o elogio e a defesa da força do mercado (...)”. Apesar disso, Sen sustentava já em 1983 que a economia neoclássica não se aplicava aos países em desenvolvimento na sua totalidade. “Até porque a economia neoclássica não se aplica real e particularmente a lado nenhum?”<sup>6</sup> Para os teóricos que defendem o paradigma mais radical deste paradigma económico, o desenvolvimento persegue uma dinâmica unidimensional - o bem-estar do indivíduo passa pela maximização do rendimento (do Produto Interno Bruto per capita), do avanço tecnológico ou industrial. O *homoeconomicus*, será o indivíduo “feliz”, o sujeito dotado de capacidade de acumular o máximo de lucros, que em última instância se traduzem no seu bem-estar.

No âmbito desta cosmovisão, a riqueza das sociedades não seria afinal mais de que a tradução do somatório dos rendimentos das pessoas, tendo conta algumas externalidades e a distribuição do rendimento.

Sen refere-se ao *homoeconomicus* como um indivíduo que pensa per si e exclusivamente em si, de forma a maximizar o seu interesse próprio.<sup>7</sup> Os defensores da chamada economia ortodoxa argumentam, pelo seu lado, que os interesses das pessoas são fruto, independentemente do que elas façam, do aumento dos seus interesses, de forma isolada, em cada acto isolado.

Os teóricos deste paradigma, que, aliás, não é inovador – ver influência de Bentham -, postulam que se  $y$  escolhe  $z$  e, se por outro lado, rejeita  $x$ , então  $y$  revela uma preferência por  $z$  em vez de por  $x$ . A sua opção é revelada por uma simples denominação numérica da sua preferência (...). Consequentemente, o *homoeconomicus* tende para ser um indivíduo egocêntrico e egoísta, diz Sen, o que, pelo contrário, na terminologia dos neoliberais é, antes, sinónimo de sujeito capaz (sempre) de formular uma escolha racional.

Segundo os economistas ortodoxos, a questão das desigualdades de género, isto é, das diferenças sociais que resultam da construção social do sexo, é irrelevante – falam de

---

<sup>6</sup>Sen, 1983b: 746, Development: Which Way Now? Economic Journal 93 (371).

<sup>7</sup> Sen 1995b:2 Rationality and Social Choice, American Economic Review 85 (1) pp.1 -24.

indivíduo no sentido mais lato -, por contraponto aos economistas do desenvolvimento inspirados em Sen e em Nussbaum.

De acordo com primeiro, o desenvolvimento deve ser tratado “como o processo de alargamento das liberdades reais que uma pessoa goza (...), liberdades essas que, são nucleares nesse processo por duas ordens de razões: a avaliação - a apreciação do progresso tem de ser primariamente feita em termos de alargamento das liberdades das pessoas; e, a eficácia - a efectividades do desenvolvimento está rigorosamente dependente da acção livre das pessoas.” (Sen 2003:19-20).

Sen fala da qualidade de vida dos indivíduos não apenas no acesso que eles têm, por exemplo, à saúde, mas na distribuição da riqueza e dos recursos entre as pessoas em matéria de necessidades básicas tais como a água, alimentação, habitação, estruturas sanitárias, e no acesso e distribuição das necessidades humanas em termos de educação, alfabetização, literacia, emprego, rendimento e liberdade de expressão, já que todas estas possibilidades contribuem para aliviar a pobreza.

E como diz o economista/filósofo, “a participação requer conhecimento e competências educacionais básicas, (por isso) negar a oportunidade de escolarização a algum grupo - por exemplo, às mulheres - é directamente contrário às condições elementares da liberdade participativa(...)”. Ou seja, em última instância o que está em perigo, quando se recusa o direito à educação aos indivíduos, incluindo às mulheres, é o desenvolvimento sustentável. A questão da relação entre os sexos tornou-se essencial, desde a década de 80. O género intervém no horizonte dos anos 80, mesmo se algumas vezes a temática aparece sob outras formas.

Não menosprezando, contudo, o valor das receitas pessoais ou do crescimento do PIB per capita, Sen sustenta que as liberdades dependem também de outros factores determinantes, tais como os dispositivos sociais e económicos, bem como dos instrumentos relativos aos direitos políticos e aos direitos cívicos. “Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então temos uma forte razão para nos concentrarmos nesse objectivo englobante, mais do que em alguns meios particulares, ou em alguma lista instrumental especialmente construída. (...)” (Sen 2003:19).

Se o desenvolvimento humano é encarado, então, como um conceito multidimensional, será necessário construir este puzzle com um vasto espectro de possibilidades e de escolhas. Só este todo preencherá, do ponto de vista teórico e empírico, o paradigma do

bem-estar humano ou da qualidade de vida das pessoas, e explicará a necessidade de dar ênfase especial ao ponto de partida de Sen: a importância da liberdade individual e colectiva.

Sen foi, alias, um dos principais inspiradores dos textos produzidos pelo PNUD, que desde os anos 90 se tornaram fonte de inspiração para múltiplos debates e diversas políticas nacionais e internacionais relacionadas com o desenvolvimento humano.

Sustentando a sua teoria, e resumindo-a em documentos redigidos de forma inovadora, designadamente reclassificando os países segundo uma nova ordem – nomeadamente a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – a sua contribuição permitiu que este paradigma mais amplo do bem-estar atraísse a atenção de agências internacionais, de governos, de agências de desenvolvimento, designadamente do próprio Banco Mundial (BM).

Ao ser debatida publicamente, a sua visão para medir a qualidade de vida (explorada ainda que de formas diferentes mas complementares), tornou-se, no dizer do antigo director do PNUD, Mahbub ul Haq, acessível, de fácil leitura, para os estrategas e os especialistas do desenvolvimento

Percorrido um longo caminho, o ano de 2000 foi, no seio da ONU, um ano de viragem com a disposição concreta dos países membros desta Organização em aceitarem um documento que viria a ser conhecido como os ODM (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio).

Como o tema deste estudo é o papel que a educação das mulheres exerce para o seu *empowerment* económico e político, e tendo como cenário Marrocos -, procura-se também neste trabalho precisar, à luz do pensamento de vários autores acima mencionados, a importância, em particular do Segundo e do Terceiro ODM.<sup>8</sup>

O conceito de *empowerment* (utilizar-se-á a expressão em inglês e não a sua tradução já vulgarizada em português: empoderamento), traduz o pensamento de Amartya Sen e de Martha Nussbaum, segundo o qual os indivíduos que vêem negada a sua capacidade de fazer escolhas, adquirem essa mesma capacidade. Por outras palavras, *empowerment* implica acção sobre a mudança.

Todavia, para que o processo de escolha real aconteça, é necessário que determinadas condições estejam preenchidas. Sen e Nussbaum falam da necessidade da existência de

---

<sup>8</sup> O ODM 2 tem como objectivo o acesso universal, de crianças de ambos os sexos, ao ensino primário até 2015. O ODM 3 tem como objectivo promover a igualdade do género e o *empowerment* da mulher.

alternativas, i.e., que os indivíduos tenham a liberdade e a habilidade de escolher de forma diferenciada. Por outras palavras, as alternativas não têm somente de existir, mas os indivíduos devem possuir consciência da sua existência.

Escolhas estratégicas para a vida do sujeito incluem a decisão sobre o lugar onde viver, possuir rendimentos suficientes para aceder a uma boa nutrição, acesso igual das mulheres e dos homens à saúde e escolarização, decidir quando e com quem casar, ter ou não filhos - quantos ter e quem tem a custódia deles -, decidir pela liberdade de movimentos e de associação, etc. Estas escolhas permitem contextualizar outras opções que poderão ser relevantes para a qualidade de vida das pessoas, homens e mulheres incluídos, mas que não constituem os seus parâmetros definidores. É que a capacidade de exercer escolhas estratégicas não deve, em última instância, pôr em causa a capacidade de preferência dos outros seres.

O conceito de *empowerment* pode também ser explorado através de três dimensões que estão interrelacionadas: acção, recursos e realizações. A acção representa os processos através dos quais os indivíduos escolhem/optam e os concretizam; os recursos são os meios que permitem exercer essa acção; e, finalmente, as realizações são o seu produto. Por isso mesmo, a igualdade do género e o *empowerment* da mulher - o terceiro dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - é um instrumento mais intrínseco do que instrumental, explicitamente avaliado mais como um fim em si mesmo do que como um instrumento para atingir outros objectivos.

Mas essa igualdade de género só poderá ser concretizada se a mulher tiver o mesmo acesso, escolhas e possibilidades que o sexo oposto, e estas passam, essencialmente pelo acesso à educação. No seu artigo “Women’s Education: A Global Challenge”, Nussbaum<sup>9</sup>, argumenta que a educação das mulheres deve ser universal e funcionar como um dos principais instrumentos para a plena realização das capacidades dos indivíduos.

Aparentemente consensual, o direito à educação das mulheres é, contudo, contestado e negligenciado em diversos países, apesar da generalidade deles serem membros da ONU (Organização das Nações Unidas) e de na prática quase todos terem aderido aos textos onusianos, onde estão inscritos, não só o primado dos direitos humanos, mas

---

<sup>9</sup> Nussbaum, Martha, Women’s Education : A Global Challenge, Journal of Women in Culture and Society 2003, vo.29, nº2, 325-355.

também documentos especificamente relacionados com os direitos das mulheres e direitos das crianças de ambos os sexos.

Factores de ordem política, sócio-económica, cultural e religiosa, em parte, explicarão essas divergências. Alguns países, designadamente árabo - muçulmanos realçam, numa perspectiva relativista, as suas especificidades sócio-culturais e religiosas, argumentando que, por isso mesmo, têm de aplicar, sob reserva, diversas regras universalmente aceites e inscritas nos textos originais da ONU.

No relatório mais recente sobre o *Desenvolvimento Humano no Mundo Árabe* (PNUD, 2005) – do qual faz parte, designadamente Marrocos – os seus autores reafirmam que diversos intelectuais árabes que “actualmente trazem para o debate o conceito da igualdade de género, em arenas polarizadas, enfrentam muitos fracassos (...), sentindo-se muitíssimo frustrados e até zangados (...) mas apesar das divergências serem um convite para o diálogo num mundo dividido, estas diferenças são muito frequentemente sinónimo, porque mal compreendidas, de mais um outro sinal de intransigência (...)”.<sup>10</sup>

Considerada por Molyneux e Razavi<sup>11</sup>, como uma feminista pós-estruturalista Anne Phillips, professora da teoria do género e directora do Instituto do Género na London School of Economics, em Londres, num artigo intitulado “Multiculturalismo, Universalismo e a Contestação da Democracia, - realizado para o Instituto de Investigação Social da ONU, em Dezembro de 2001 – “afirma que o relativismo cultural não é um aliado útil do feminismo” (Phillips 2001:2).

No entanto, e pelas mesmas razões, afirma ela, também se colocam problemas ao universalismo. A autora observa que a associação deste a um discurso imparcial e à injunção que o universalismo coloca a grupos sociais subordinados, de forma a colocarem de parte as suas próprias necessidades ou a cultivar concepções de racionalidade e justiça, estão (normalmente) dissociadas de qualquer elemento de emoção.

Uma das críticas ao universalismo, assinala Phillips, é que ele olha para um conjunto comum de humanos para lá de diferenças de classe, género, étnicas, religião ou raça, e que ao fazer isso tende a deixar intocáveis desigualdades sistémicas de poder. Todavia, a investigadora refere que os direitos dos grupos minoritários são inteiramente

---

<sup>10</sup> PNUD, Arab Development Report, 2005.

<sup>11</sup> Molyneux e Razavi, 2003, UNRISD, 13.

consistentes com o universalismo desde que ele seja concebido como um conceito relativamente fraco.

Citando Will Kymlicka<sup>12</sup>, Phillips sustenta que as exigências das minorias são justificadas precisamente através de referências aos direitos universais dos indivíduos, porque todos eles têm os mesmos direitos e capacidades para escolher como querem viver as suas vidas. E que a cultura, como adianta Kymlicka, fornece o contexto no qual os indivíduos podem fazer escolhas significativas. No entanto, a acomodação multicultural não significa que os grupos tenham a possibilidade de discriminar alguns dos seus membros com base no sexo, raça ou preferências sexuais.

À primeira vista, refere Phillips, a acomodação multicultural resolveria quaisquer tensões entre igualdade sexual e cultural. Contudo, na perseguição da igualdade de cidadania, as sociedades precisam é de reconhecer mais profundamente os direitos das minorias culturais, mas quaisquer políticas daí resultantes deveriam ser operacionalizadas em relação às garantias liberais standard, relativas aos direitos dos indivíduos. “Independentemente dos poderes delegados ao grupo em questão, estes não podem violar os direitos das suas mulheres” (Phillips 2001:6). Phillips diz que Susan Moller Okin<sup>13</sup> coloca a questão de forma clara: será que o multiculturalismo é negativo para as mulheres? A questão que ela levanta é, em primeiro lugar, formulada em relação às políticas internas das sociedades constituídas por diversos grupos; e o aspecto do multiculturalismo que a mais preocupa (a Okin) é o facto que as minorias culturais ou meios de vida não estejam suficientemente protegidos pela garantia dos direitos individuais dos seus membros, mas que deveriam ser protegidos através de direitos especiais ou privilégios.

Phillips dá conta das suas preocupações através de vários exemplos, nomeadamente do reconhecimento ou não dos costumes (religiosos) legais em país muçulmanos e hindus, deixados sob o controlo das autoridades religiosas, designadamente no que toca ao casamento ou ao divórcio”.

Nestes casos, a sensibilidade a diferenças étnicas e religiosas significou uma transformação daquilo que de outra forma seria universalmente aplicável em matérias de regras e regulamentos (...), criando em diversas situações diferenças profundas entre homens e mulheres.

---

<sup>12</sup> Kymlicka, W.: Multicultural Citizenship, Oxford University Press, Oxford, 1995.

<sup>13</sup> Okin, S.M: Feminism and Multiculturalism, : Some Tension”, Ethics, 108(4): 661-684, 1998.

A investigadora recorda várias objecções ao universalismo, em particular no que toca aos direitos das mulheres. Uma delas é que a crítica à prática das minorias culturais alerta também para os princípios da igualdade e da autonomia, que também são negados por práticas da cultura da maioria; outra, é que as sociedades ocidentais têm um pobre passado quanto aos direitos e igualdades das mulheres; e por fim, que, cada um de nós deveria colocar ordem dentro de casa antes de tentar decidir ou resolver os problemas dos outros.

A crítica à poligamia – por exemplo, ainda permitida, embora com algumas restrições, na legislação sobre a família em Marrocos, apesar das alterações profundas e dos avanços do texto da *Moudawana* (Código do Direito da Família) de 2004<sup>14</sup> –, ou os casamentos arranjados ou a reclusão forçada das mulheres, dão a impressão que tudo está bem no coração do mundo ocidental.

Desde que a mulher, nos países mais desenvolvidos continue a sofrer das desigualdades salariais e de emprego, da sujeição à violação ou à violência doméstica e a uma persistente desvalorização do seu sexo, tal como é reflectida nas representações culturais e políticas, o contraste implícito com a maior parte das práticas culturais, por exemplo, no mundo árabo-muçulmano seria, pelo menos, à primeira vista, profundamente ambíguo.

Phillips admite que, em certas circunstâncias, as comparações anteriores até poderiam ser válidas, mas torna-se quase impossível aceitar esse princípio, quando aplicado a organizações ocidentais e não-ocidentais que passaram as suas vidas lutando contra aquilo que consideram injustiças do género nas suas próprias sociedades. E que nem sequer é tão óbvio que os indivíduos devam “ganhar” o direito de falar contra a injustiça tendo de apresentar, em primeiro lugar, o seu próprio curriculum ao país vizinho. Se assim o fizessem, poder-se-ia questionar a sua complacência, duvidar do seu interesse pelas questões do género, e, em última instância, questionar a sua verdadeira agenda.

Mesmo no pior dos cenários - alertar para a injustiça noutros lugares ou correr o risco sobretudo de exigir a superioridade de uma sociedade sobre outra sociedade -, a autora sustenta que não se deverá deixar de apontar as injustiças.

Dar prioridade aos direitos dos indivíduos em detrimento dos do grupo, por exemplo, pode reflectir uma concepção particular da relação entre o indivíduo e a sua

---

<sup>14</sup> Ver anexos QUADRO 5.

comunidade. O indivíduo que valoriza a autonomia pessoal e a mobilidade sobre os laços de família e a comunidade, vê nessa liberdade como um atentado à tradição.

Esta concepção de liberdade humana tem ramificações históricas com a evolução da sociedade de mercado, que valoriza os indivíduos através da sua contribuição para a produção em vez do seu estatuto na ordem social, e frequentemente obriga o indivíduo a desagregar-se da família, comunidade ou grupo ou país, na procura de trabalho. O indivíduo “desenraizado” ou autónomo torna-se então o foco das ideais liberais de liberdade e igualdade.

Phillips pensa que os princípios de justiça emergem e mudam através dos tempos. Que eles expressam e legitimam experiências parciais de certas sociedades – e tal como diversas feministas acrescentariam –, de grupos particulares, no seio de sociedades específicas. Assim sendo, e em rigor, todos os princípios de justiça devem ser observados, sustenta, como estando sempre sob a contestação permanente, a revisão e a crítica. Mas questões de proveniência histórica não dão suporte aos critérios que devem determinar quais as regras que afinal são defensáveis.

Lembrando Martha Nussbaum<sup>15</sup>, Phillips, diz que uma das forças do liberalismo é a sua insistência na separação entre cada indivíduo. Em 1999, Nussbaum argumentou que este reconhecimento é crucial para as mulheres, cujas necessidades e *personas* são demasiadas vezes sujeitas ao “enorme bem” da família e da comunidade ou do Estado.

Existem muitas mulheres no mundo actual cuja individualidade é tão pouco reconhecida que, sistematicamente, elas são ultrapassadas na distribuição de alimentos ou dos cuidados de saúde, ou forçadas a sublimar as suas próprias necessidades e desejos, em nome da perpetuação da honra familiar. “Os resultados disso não só não são insatisfatórios, mas frequentemente letais”, diz Phillips. Citando o cálculo de Jean Dreze e Amartya Sen (baseado na comparação dos rácios masculinos e femininos no globo<sup>16</sup>, a autora lembra que cem milhões de mulheres estão “ausentes” (inexistentes nas estatísticas) – e ausentes porque pode-se assumir que milhões de mulheres têm sido sistematicamente ignoradas ou é-lhes negada habitação, alimentos e recursos médicos.

As mulheres precisam desesperadamente de ser reconhecidas como sujeitos específicos, cujo bem-estar é distinto do dos homens. Na formulação de Nussbaum, elas necessitam mais do que de menos liberalismo individual, a fim de sobreviver e estar acima do

---

<sup>15</sup> Nussbaum, M.: *Sex and a Social Justice*, Oxford Press University, Oxford, 1999.

<sup>16</sup> Dreze, Jean e Sen, A.: *Hunger and Public Action*, Clarendon Press, Oxford, 1989.

Estado, da nação ou do grupo religioso. Phillips adverte, no entanto, que, pesando todos os prós e os contra, a questão sobre o género e a justiça cultural não deve ser formulada num debate que coloca o feminismo/liberalismo de um lado, e o multiculturalismo do outro.

“As incertezas que deitam por terra a aplicação dos princípios gerais aos casos específicos, levam-nos à necessidade de pensar na participação inclusiva, porque essas dúvidas são mais bem resolvidas quando todos os grupos relevantes estão totalmente comprometidos no processo da tomada de participação”. Tendo presente que as exigências culturais são importantes, elas são exigências sobre igualdade, e não devem ser subtraídas pela arrogância das referências a uma lista pré-ordenada dos direitos universais”, defende a autora.

Mas as reivindicações culturais são frequentemente enquadradas por um pensamento monolítico de “cultura” que sobrevaloriza o consenso interno e desfigura os costumes sociais que sustentam o domínio masculino como se se tratasse de práticas que a sociedade pretende e apoia.

A melhor protecção contra isto, afirma Phillips, reside na mobilização de vozes alternativas, que com frequência evocam leituras contendo novas *nuances* da tensão entre cultura e igualdade sexual, e que poderão também modificar a compreensão de ambas.

A total representação das mulheres na discussão e na tomada de decisão é, assim, uma condição fundamental para resolver a relação turbulenta que se desenvolve entre multiculturalismo e a defesa dos direitos da mulher. É importante, todavia, não ser demasiado ortodoxo quanto ao conceito de democracia, e não adiar a acção até que a democracia ideal aconteça.

Molyneux e Razavia, por seu turno, defendem que as estratégias baseadas nos direitos humanos, tema central das campanhas feministas pela justiça desde o seu início, adquiriram uma nova pertinência no século XXI. Embora, os direitos tenham sido sempre parte integrante da cidadania, o seu discurso moderno e global coloca a ênfase em termos multidimensionais e no seu carácter indivisível, tal como na sua aplicação transnacional.

A tónica nos direitos e capacidades humanas no seio da política de desenvolvimento internacional encorajou novo pensamento sobre as relações entre feminismo e

liberalismo, por caminhos que reconhecem algumas semelhanças e sugerem terrenos para uma acomodação crítica. Contudo, muitos obstáculos se mantêm para que surja uma “reconciliação” das duas perspectivas dadas, por um lado pelas sugestões oferecidas pelo neo-liberalismo, e, por outro, face a algumas versões de multiculturalismo.

Diz Nussbaum que a chave para o aperfeiçoamento de muitos e distintos problemas sofridos pelas mulheres ainda não existe, mas também está sujeita a ameaças, dada a força dos costumes e das tradicionais hierarquias de poder, bem como devido à simples inabilidade dos estados e das nações de tomarem medidas efectivas. E uma das suas propostas nucleares pretende precisamente demonstrar que a educação deverá ser pensada como o instrumento fulcral para produzir progresso nos diferentes problemas das mulheres.

Enunciando as causas que provocam, do seu ponto de vista, a resistência a educar as mulheres, Nussbaum argumenta que as objecções de carácter tradicionalista são desajustadas e incoerentes. A investigadora defende, porém, que a educação para as mulheres pode potencialmente ser animada a nível global, quando duas condições estiverem reunidas.

Em primeiro lugar, quando as nações e os estados no seio das nações (referência a países como a Índia) olharem para esta estratégia como sendo prioritária e investirem grande parte dos seus recursos e energias nela. Em segundo lugar, quando as nações ricas, os seus cidadãos e as grandes empresas, em conjunto, reunirem meios para esse esforço.

Segundo este paradigma, rejeita-se a perspectiva dos teóricos que se focalizam na maximização do crescimento económico, assumindo que este, só por si, promoverá outras necessidades humanas centrais. Defende-se, por outro lado, um novo olhar sobre o mundo, onde finalmente, entra o conceito de género.

Sen e Nussbaum afirmam que, pela via anterior, existem poucas hipóteses de se reduzir o analfabetismo e a iliteracia feminina. Facto é que as mulheres são o grupo social mais marginalizado no que toca à distribuição da riqueza e à partilha do desenvolvimento humano no planeta Terra. Marrocos não é excepção à regra. A percentagem das mulheres literadas com idade superior a 15 anos não ultrapassava os 38,3 por cento a nível nacional em 2003 (correspondendo apenas a 61 por cento face ao outro sexo).

Por seu turno, uma das pioneiras do chamado novo pensamento muçulmano, a investigadora marroquina Fatema Mernissi, argumenta que os entraves à mudança são muitos até porque que a aplicação da Carta Universal dos direitos Humanos das Nações Unidas em países como os árabo-muçulmanos representa uma ruptura traumática com os esquemas ainda existentes, medievais de pensamento. A liberdade pública, de que fala o documento (A Carta Universal dos Direitos Humanos), provoca um estranho efeito numa sociedade, diz a socióloga, que teme a individualidade, que a observa como sendo uma fonte de desequilíbrio (*hurriyat*)” (Mernissi 2002:73-92). “Os seus conceitos, baseados num quadro filosófico racional, só poderiam ter emergido nos países árabo-muçulmanos – incluindo no caso de Marrocos – se programas sistemáticos de educação e formação cívica tivessem sido postos em prática”. (Mernissi 2002: 73) Tal mudança produziria os seus frutos, na profunda transformação das mentalidades e das atitudes, se tivesse ocorrido a dois níveis: “com o contínuo treino e a participação real, através do voto e da representação, baseadas em instituições democráticas que permitissem a verdadeira tomada de decisão”.

A não ser que tivessem sido minuciosamente remodelados, os conceitos de poder e a sua prática<sup>17</sup>- formatados no discurso árabe, fortemente controlado desde o império Abássida para que não divergisse do seu passado califal - , apagaram todas as referências ao pluralismo, o qual é a base da democracia. Fatema Mernissi, Mohammad Talbi, Rachid Benzine, entre outros, defendem assim que é no próprio texto corânico, lido segundo uma perspectiva hermenêutica<sup>18</sup>, que os árabo-muçulmanos - em particular no coração do Islão: os países MENA (Middle East And North Africa)- devem procurar inserir-se no modernismo humanista.

Os chamados “novos pensadores do Islão”, entre os quais se inclui uma vasta panóplia de individualidades do mundo árabo-muçulmano aqui citados, compartilham desta posição. Pelo menos durante sete séculos, diz Youssef Seddik, filósofo e antropólogo helenista e arabizante, a voz e a memória de Averróis (Ibn Rush) desapareceram do território do pensamento árabe e islâmico, que ele tinha conseguido começar a transfigurar. Uma paisagem que ele mudara através de dois gestos que considerara

---

<sup>17</sup> O conceito de “Umma” (comunidade islâmica) que é civil, mas também fortemente religioso, representa aqui um papel muito relevante.

<sup>18</sup> Uma perspectiva minoritária, rejeitada pelos chamados puristas, conservadores ou radicais, segundo os quais o texto sagrado não deve ser sujeito a reflexão crítica, renovação, nem desviado dos seus fundamentos.

decisivos: em primeiro lugar através da legitimação da tarefa de filosofar - que se torna a condição da “boa” e “verdadeira” fé -, depois, através do reenvio do “teológico” para as suas miragens e as suas fraquezas (...). (Seddik 2005: 21)

Seddik adianta que, quando no seu *Grande Comentário* à obra de Aristóteles, Averróis repete quase em todas as alíneas, a cada paragem no raciocínio e como um tique de escrita que, Deus “elegeu Aristóteles”, e que ele verte, numa linguagem completamente nova, a sua decisão, revolucionária para o seu tempo, que dá ao seu *Tratado Decisivo* precisamente a sua estatura, simultaneamente inaugural e chocante, numa época em que ainda não podia ser entendido, senão como a maior das heresias (Seddik 2005: 23-24).

Pela mesma ordem de razões, os Mu'tazila<sup>19</sup> sofreram uma verdadeira declaração de guerra, quando na Idade Média propuseram discutir o conceito de *ra'y* (opinião individual) e o lugar da *'aql* (razão) (Mernissi 2002:90). “É necessário que a *Umma* (comunidade islâmica) ganhe raízes em qualquer lugar, e fundamental deixar de banir o pensamento livre “ (Mernissi 2002:91).

Num texto intitulado “Culturalismo, Dogmatismo, Autoritarismo: a solidariedade infernal”, não publicado, e da autoria de um pensador tunisino contemporâneo - e na mesma linha que Mohammad Talbi - Abdelmajid Charfi afirma, pelo contrário, que a problema não reside nos países MENA, mas que “os constituintes do que se convencionou chamar as ciências islâmicas (exegese corânica, transmissão da tradição profética, jurisprudência, fundamentos do direito, teologia, mística, ética...) são as produções de gerações de muçulmanos maioritariamente não árabes, com modos de pensamento e de crença em uso nas regiões conquistadas, que tinham uma relação muito cobarde com o universo mental dos contemporâneos do Profeta que receberam directamente a sua mensagem” (Benzine 2005:190)

Mernissi insiste, todavia, que só a renovação e a reinterpretação do contrato social no mundo árabo-muçulmano impedirá condenar para sempre a liberdade de pensamento, de criação e de improvisação. E contesta o impacto da religião na imutabilidade social, ao afirmar que duas das principais causas geradoras das tensões existentes nos países árabes têm, do seu ponto de vista, uma forte componente económica e social: o desemprego e as pressões demográficas, ambos constituídos por largos contingentes de

---

<sup>19</sup> Escola teológica islâmica, data do século VIII, sediada em Basra, Iraque. Esta tendência fazia a síntese entre a razão e a revelação, tendo por isso sido perseguida pelos muçulmanos tradicionalistas que os apelidaram de hereges.

jovens, dos quais uma grande percentagem são precisamente as mulheres, que ela estima em cerca de 83 milhões para o conjunto dos países árabes (Mernissi 2002:165).

Os autores do relatório do PNUD sobre o mundo árabe de 2005, realçam, tal como Mernissi, que a fraca ausência da democracia nos países árabes, incluindo o défice do *empowerment* das mulheres, se deve a um conjunto de factores de ordem cultural, sócio-económica, em grande parte herdadas do colonialismo, e que, progressivamente, suprimiram ou eliminaram os actores políticos e sociais organizados antes e logo à seguir às independências, os quais seriam “capazes de tirar a crise das mãos de regimes autoritários e resolvê-la a seu favor (...)” (PNUD, o mundo árabe: 2004).

Contudo, no ano seguinte, em 2005, o relatório para a mesma região, elaborado pelo PNUD frisava também que “nenhum poder político pode ignorar o facto de que a religião, e especialmente o Islão, é um elemento crucial na construção cultural e espiritual dos povos árabes” (PNUD 2005:1). Os redactores do documento salientam, porém, que o relançamento de um novo de pensamento jurisprudencial independente, o seu encorajamento e a sua afirmação, mantêm-se como uma exigência básica da relação criativa entre a liberdade e a sua última e mais englobante definição da lei islâmica. Os autores do PNUD reconhecem a existência de diversas correntes no mundo árabo-muçulmano, tanto de cariz teocrático como outras, que “demonstram um enorme crescimento, entre vários jovens relativamente notáveis, que reclamam uma liderança democrática, exigindo uma cada vez maior abertura interna” (PNUD 2005: 2)

Muitas teses que suportam a ausência de democracia no mundo árabe, são igualmente desmontadas por Armatya Sen, para quem é uma falácia considerar que “o primado da liberdade política e da democracia dos indivíduos, sejam eles homens ou mulheres, é um traço fundamental e antigo da cultura ocidental – e, que por conseguinte, não poderia encontrar-se facilmente na Ásia (...) ou noutras sociedades, designadamente, as islâmicas. “Por causa das experiências dos conflitos contemporâneos, especialmente no Médio Oriente, a civilização islâmica é muitas vezes descrita como fundamentalmente intolerante e hostil para com a liberdade individual. Mas a existência da diferença e da diversidade no interior de uma tradição também se aplica muito bem ao Islão “ (Sen 2003:248). “Os imperadores turcos eram frequentemente mais tolerantes do que os seus contemporâneos europeus. Abundantes exemplos disso também se encontram no Cairo e em Bagdade. Com efeito, até o grande erudito judeu Maimónides, no século XII, teve

de fugir de uma Europa intolerante (onde nascera) e da perseguição aí movida contra os judeus, para a segurança do Cairo tolerante e civilizado e a protecção do sultão Saladino. (...) É fácil multiplicar os exemplos. (...) A valorização da liberdade não se reduz a uma só cultura e as tradições ocidentais não são as únicas que nos preparam para uma abordagem do conhecimento social fundada na liberdade ” (Sen 2003: 249).

Os almorávidas, provenientes do Sahara, onde a vida nómada ainda confere um papel proeminente na sobrevivência do grupo, tinham, por exemplo, um imenso respeito pelas mulheres. As mulheres almorávidas, designadamente, Zainab, a mulher de Yusif Ibn Tashfin, o fundador da dinastia, teve um importante lugar na política do seu tempo.

Apesar de não perder de vista causas mais remotas, Fatema Mernissi reflecte sobre a realidade actual no mundo árabo-muçulmano, quando procura desvendar os motivos que levam as actuais hierarquias daqueles países, incluindo as do seu, a temerem tanto a democracia. Diz ela, tal como os relatores do PNUD (PNUD para os países MENA:2002), que este pavor assenta também numa herança mais recente, deixada pelos movimentos nacionalistas, quer durante o seu combate contra as potências colonizadoras, quer durante a sua governação após a independência.

A socióloga argumenta que os movimentos nacionalistas tentaram modernizar a cultura muçulmana sem quebrarem com o passado, sufocado no despotismo e na manipulação do sagrado. E que ao introduzirem instituições e conceitos sobre a democracia representativa ocidental tais como ‘constituição, parlamento e sufrágio universal’, eles não conseguiram educar as massas, num aspecto que a investigadora reitera como tratando-se do ponto crítico: a soberania individual e a liberdade de expressão - a base filosófica daquelas instituições e conceitos (Mernissi 2002:48).

Além disso, e à semelhança do que aconteceu na generalidade dos países do Terceiro Mundo, o mundo árabe viu chegar ao poder, na década de 50 e 60, uma poderosa nomenclatura militar, que, por seu turno, também constituiu um fortíssimo entrave ao surgimento da discussão filosófica. “ (Nesta altura) os filósofos nunca contaram; eles nunca foram convidados a fazer o papel da *da’i*, isto é, a propaganda pela reforma das ideias. Em vez disso, esse lugar, foi ocupado pelas autoridades religiosas (*fuqaha*)” (Mernissi 2002:48). A generalidade dos líderes nacionalistas lutaram afinal contra o racionalismo filosófico e baniram o humanismo ocidental, rotulando-os de “estrangeiros” e de “importações”, denunciando e acusando os intelectuais formados

segundo aquela tradição como “agentes inimigos” e “traidores” à causa nacionalista. Ao mesmo tempo, empenhavam as próximas décadas do potencial dos seus países em importações maciças de armamento. Como Mernissi, registre-se a afirmação de Adelino Torres que recorda como “arrastados por utopias não raro insensatas, os dirigentes políticos só souberam responder ao descontentamento popular com formas cada vez mais autoritárias e corruptas de governação, bem como uma permanente corrida aos armamentos que hipotecou de modo crescente o futuro dos seus próprios países. (...) Todos estes factores contribuíram decisivamente para a acumulação das dificuldades sócio-económicas em toda a região, agravadas pela guerra fria entre o Ocidente e o bloco soviético até 1989 e pelo crescimento demográfico que fez mais de triplicar a população dos países MENA entre 1950 e 2000, período durante o qual esta passou de 76 milhões a 284 milhões de habitantes” (Torres, A 2004: 63-64).

Passada a euforia independentista, as sociedades árabes parecem ter-se refugiado permanentemente numa forte defesa da tradição, vivendo apavoradas pelo “espectro da democracia”. Será porque a ideia de democracia toca no próprio coração daquilo que constitui a tradição nessas sociedades: a possibilidade de adornarem a violência sob o manto do sagrado, interroga-se a investigadora marroquina.

Mohammed Talbi sugere ainda que a partir da colonização, o mundo muçulmano empenhou-se numa procura exaustiva de uma ideologia mobilizadora, que lhe permitisse resistir e recuperar a sua identidade. Como diz este filósofo tunisino, a única ideologia mobilizadora disponível era o Islão. “O trio Afghâni-Abdou-Ridha julgou, no início do século (XX) ter encontrado a solução num reformismo muçulmano (...) mas o fracasso do reformismo pacífico e da derrota do mundo árabe face a Israel em 1948 favoreceram o nascimento do integrismo de movimentos como a Irmandade Muçulmana, no Egipto” (Talbi 2005:25).

Apesar de reconhecer que este radicalismo foi, durante algum tempo suplantado pelo nacionalismo árabe nasseriano, a derrota de 1967 acabaria por mais uma vez derrubar o caminho do reformismo árabe, levando o próprio Nasser a procurar apoio nos meios conservadores do Islão, como ideologia.

Saddam Hussein faria a mesma coisa, duas décadas mais tarde, ao iniciar a I guerra do golfo em nome do Islão. “Os poderes tentaram sempre usar a religião como força mobilizadora. Um Ben Bella na Argélia, muito influenciado pelo marxismo, maquilhou

de “islamidade” a violência revolucionária deste último”. (Talbi 2005:25). Hassan II, apesar das especificidades marroquinas, não actuou de forma muito diferente para travar os seus detractores (Zeghal 2005:85-86)

Diversos autores do texto do PNUD sobre o mundo árabe (PNUD 2004), argumentam que findo o sonho reformismo pacífico, e perante o fracasso de políticas desenvolvimentistas ensaiadas na generalidade do Magrebe e do Maschrek, entre as décadas de 50 e 70, entrou-se numa espiral de eliminação progressiva dos actores políticos e sociais organizados, presente até então em quase todas as sociedades árabes – nas quais se tinham sustentado os líderes e ideólogos nacionalistas seculares ou religiosos. A perseguição e controlo deste potencial movimento, que incluía centenas de vozes femininas, acentuaram as complexidades regionais específicas, as quais também contribuem para o reforço dos factores de crise em que vive a generalidade dos países árabes: desemprego, instabilidade política, crise de valores, etc, aos quais se junta, como assinala Mernissi, a existência de uma larga percentagem de população jovem sem emprego, sem instrução, sem expectativas de futuro.

As complexidades regionais, referidas, por seu turno, pelo PNUD (foram) são, em particular, “a descoberta do petróleo, no início do século XX, e a constituição do Estado de Israel, e, mais recentemente, a guerra contra o terrorismo, na sequência do 11 de Setembro de 2001 e a invasão do Iraque em 2003”.

Mais, a guerra contra o terrorismo, desde Setembro de 2001, tem sido esgrimida, pela generalidade dos regimes autoritários dos países árabes, (onde também se inclui Marrocos), para reforçar os seus poderes e impor políticas musculadas, designadamente através da aprovação de apertadas legislações sobre os movimentos das pessoas e a sua liberdade de expressão, que mais enfraquecem o primado dos direitos humanos, a começar pelos direitos das mulheres.

Embora signatários dos principais textos onusianos – convenção dos direitos humanos, dos direitos da criança, da CEDAW<sup>20</sup>, entre outras - e, apesar de terem integrado conceitos modernos nas suas constituições, leis laborais e códigos de família , como reconhecem os autores dos relatórios do PNUD para o mundo árabe (2002, 2003, 2004 e 2005), o que as constituições muitas vezes concedem, as leis negam; e o que muitas vezes as leis permitem, os costumes e as práticas violam frequentemente.

---

<sup>20</sup> CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women)

Neste clima, o cenário de ausência de liberdades torna-se característico, com os indivíduos a procurarem refúgio numa lealdade estreita (o clã, a tribo, a família política) que fornece segurança e protecção”, alimentando-se assim o círculo vicioso da repressão, do clientelismo e da corrupção.

E é nesta atmosfera que cresce o islamismo, que resultará mais de uma forma de pensamento, partilhada por uma classe média de profissionais e estudantes, que procura explicar as suas privações mais por meio de uma retórica determinada do que propriamente por um novo e original ramo do Islão, constituído por um quadro de clérigos e reformadores uniformemente treinados.

O universo científico e académico árabe é, assim, um dos mais permeáveis ao discurso dogmático islamista das últimas décadas, constata Mernissi. “Na verdade, é algo bastante lógico, considerando a ambiguidade que paira sobre a ideia de liberdade. Como é que se pode treinar cientistas em sociedades que rejeitam a liberdade de pensamento como sendo algo oposto à identidade islâmica?”, questiona-se a autora. (Mernissi 2002:49). De facto, e em vez de investirem na criação de infra-estruturas de pesquisa, a generalidade dos países árabes continua a preferir importar a grande fatia dos produtos manufacturados e de tecnologia de ponta, incluindo as suas armas, do que investir os lucros provenientes do petróleo em laboratórios e na formação de um corpo de cientistas de elite, que, no final, segundo Mernissi, poderia constituir uma ameaça séria aos poderes autocráticos, destabilizando a sua autoridade.

Mesmo assim, e apesar do seu potencial alcance, o projecto “islamista” defendido pelos actores mais radicais do Islão, continua a constituir uma pequena parte do vasto projecto político-religioso, defendido por milhões de muçulmanos nas últimas décadas.

As massas, que nunca tiveram acesso à modernidade, que foram informalmente atirados para o emprego precário, onde nem o salário mínimo legal nem os benefícios sociais estão garantidos, ignoram, entretanto, o calendário oficial e continuam ligados ao calendário sagrado. “Pode dizer-se que uma das manifestações da luta de classes em Marrocos é a escolha do calendário. Os mais pobres vivem de acordo com o calendário muçulmano, enquanto os ricos vivem pelo calendário ocidental. Muitas vezes os calendários entram em choque (...)” (Mernissi 2002:143). Mas, a luta pelo calendário, sustenta Mernissi, é também muitas vezes inter geracional. Embora alguns jovens optem pelo islamismo político, deixem crescer a barba e passem algum do seu tempo na

mesquita, eles sabem cantar a última moda das músicas ocidentais, sonhando de preferência com as mais recentes séries televisivas made in USA do que com programas locais.

No final, a maior parte dos árabo-muçulmanos, incluindo claro os marroquinos, já não vive de acordo com o ritmo do calendário sagrado, só que ainda não conseguiu criar a base tecnológica que por si mesma garantiria o acesso ao *Kawn* (cosmos), um dos lugares mais altos no jogo do poder. “A dança à volta das estrelas, a celebração da ciência e da tecnologia, (ainda) não é universal. É uma dança tribal em volta da bandeira americana.” (Mernissi 2002:144)

Para Rita al Khayat, investigadora social marroquina, as questões são as mesmas, mas poderão ser formuladas de outra forma. Do seu ponto de vista, nada avançará, nem na relação entre zonas civilizacionais fortemente diferentes, nem nesta enorme região (o mundo árabo-muçulmano), constituída por 1,3 mil milhões de indivíduos, se os problemas das mulheres não forem resolvidos (...). (Khayat 2003:11-12).

“Eles (os problemas das mulheres) não são somente responsáveis pelo atraso do mundo árabe e muçulmano mas também do contencioso cultural entre o Oriente e o Ocidente (...).” E será aqui que, segundo ela, se trava uma importante dimensão do confronto entre os defensores da interpretação literal do texto sagrado e os “pluralistas”, ou seja, no debate sobre o papel e o estatuto da mulher nas sociedades muçulmanas, que para os “exclusivistas” (islamistas políticos) tende a ser anti-igualitária na sua interpretação dos papéis do género.

Retomando Khayat, a preservação (cristalização/imutabilidade) da sociedade árabe enquanto tal fundamentou-se essencialmente na mulher, mesmo em todos os governos muçulmanos que rejeitam oficialmente o islamismo político, até porque a maioria dos Estados são largamente seculares na sua estrutura e nas suas instituições, senão mesmo na sua linguagem. (Note-se, contudo, que o apoio informal de vários governos muçulmanos a movimentos radicais é notório e denunciado internamente por movimentos e organizações defensoras dos direitos humanos, associações de mulheres, partidos políticos, e, individualmente, por muitos intelectuais locais).

No entendimento de Khayat, “ela (a mulher) não saía (de casa), (no período pré-colonial e durante a fase de ocupação colonial), isso permitia guardá-la no interior do lar, falando sempre a mesma linguagem e mantendo sempre as mesmas tradições. Ficava ao abrigo

da comunicação tanto com os colonos homens como com as suas mulheres; (e que) os resultados do contacto, enquanto fenómeno global, (...) se mantêm visíveis, actualmente, 50 anos passados sobre a independência. Hoje, não mudou grande coisa nas sociedades árabes, face a esse ‘choque de civilizações’” (Khayat 2003:80).

As mulheres, lembra a autora, contentaram-se na cidade em sofrer as influências da modernidade importada do Maschrek, que tinha tentando entrar na modernidade através dos Turcos, mais avançados que os árabes do ponto de vista técnico e militar, e através do contacto com a Europa, desde a campanha de Napoleão no Egipto.

“Esta modernização de segunda escolha operada no Magrebe, incluindo em Marrocos, através da asa árabe oriental acabaria por marcar sobretudo as mulheres nas grandes urbes. (...) A mulher rural mantinha-se no grau zero do seu desenvolvimento apesar da intromissão da cultura moderna nos processos da produção agrícola e nas terras coloniais. (...) É através das mulheres do sub-proletariado das cidades que os contactos mais significativos se fazem entre os colonos, as suas famílias e os meios pobres das cidades. A mulher colocada como empregada de uma família apreende, lentamente, todos os dias, novos hábitos, e transformações que lhe chegam a ser imperceptíveis” (Khayat 2003:81-21)

Enquanto isso, a mulher dos meios mais favorecidos, da elite (*Khass*), com acesso às escolas estrangeiras – no caso de Marrocos sobretudo francesas – consegue um acesso bastante rápido à instrução pública, incluindo algumas escolas e liceus franceses femininos.

Recentemente, diversos historiadores que se debruçam sobre o Médio Oriente, ocidentais e não ocidentais, entre eles árabes e muçulmanos, tentam fazer um esforço consciente, no sentido de se distanciarem das abordagens modernistas tradicionais, que debatem também o estatuto das mulheres nas chamadas sociedades arcaicas versus as sociedades modernas.

Ilan Pappé, por seu turno, afirma que os novos historiados, nos quais se enquadra, sentem-se mais confortáveis em recorrer às teorias da mudança e transformação, menos estruturalistas na sua abordagem e mais críticas no seu contexto (Pappé 2005:1). Para muitos investigadores da “velha escola”, incluindo os chamados orientistas, o ponto de partida da modernização do Médio Oriente, incluindo a crescente entrada da mulher na esfera pública, foi decidido pela intervenção colonial e o seu subsequente

renascimento. Outros factores foram também por eles considerados fundamentais para explicar o poder que gerou algo de novo: “o capitalismo, o militarismo, a industrialização, a urbanização, o crescimento demográfico, etc”, observa Pappé.

Todos os factores anteriormente citados são, de acordo com os historiadores *mainstream* do Médio Oriente, forças que facilitaram a modernização, isto é, o progresso e o desenvolvimento naquela região.

Desmontar esta abordagem, segundo autores como Pappé, não significa necessariamente desprezar ou duvidar do impacto das forças mencionadas, mas implica também a necessidade e a vontade de questionar a sua natureza “positiva” em termos do bem-estar humano e da riqueza humana. O primeiro torna-se particularmente problemático se o escrutínio crítico se aproxima do nacionalismo.

O argumento metodológico contra as clássicas teorias da modernização não tem a ver com o sujeito da história em questão, mas como é que ele estruturou estas forças de mudança e progresso de forma “lógica” e ordem causal. E como é que essas abordagens servem como instrumento analítico para explicar quando, como e porquê o Médio Oriente Otomano se tornou diferente, ou seja, um local moderno. É esta matriz que é preciso dissecar.

Ilan Pappé questiona o momento em que, como ele diz “se deve começar a nossa história moderna do Médio Oriente?” A resposta está intrinsecamente relacionada com a forma como se define modernidade e modernização. Tradicionalmente, os cientistas sociais e os historiadores tenderam para concordar que uma sociedade se tornou moderna num certo momento de ruptura, porque se encontrava envolvida num corte com o seu passado não moderno.

Esta ruptura com o passado ocorreu primeiro na Europa, depois na América do Norte - com o início das Revolução Industrial e da Revolução Americana -, continuada depois com a Revolução Francesa, culminando com a “primavera das nações” em 1848.

Também Amin Maalouf fala da necessidade, desde muito cedo, de modernização sentida como uma urgência, no mundo árabo -muçulmano, admitindo, todavia, que ela não foi sentida moderadamente. “(O problema é que) não só era preciso queimar etapas - enquanto a Europa tinha podido ter em conta os seus contrapesos culturais, sociais, e religiosos -, sobretudo era preciso ocidentalizar tudo, defendendo-se (o mundo árabo-

muçulmano), ao mesmo tempo de um Ocidente em plena expansão, insaciável e frequentemente desdenhoso” (Maalouf 1999: 91).

“Para um árabe como para um indiano, um malgache, um indochinês ou ascendente dos aztecas, aderir plenamente, sem reservas, sem tumultos e sem remorsos, à cultura do Ocidente, obrigou a ultrapassar muitas apreensões, muitos ressentimentos, a inventar muitos compromissos subtis, pelo que a resposta espontânea do mundo muçulmano ao dilema colocado pela modernização necessária não foi o radicalismo religioso. Este permaneceu durante muito tempo uma atitude extremamente minoritária, grupuscular, marginal, para não dizer insignificante”, sustenta o intelectual libânês.

Não foi em nome da religião, diz Maalouf, que o mundo muçulmano mediterrânico foi governado, mas em nome da nação. Foram os nacionalistas que conduziram os seus países à independência, foram eles os pais da pátria, foram eles que dela tiveram as rédeas durante décadas, e era para eles que todos os olhares se viraram na expectativa, com esperança.

Nem todos eram tão abertamente laicos e modernistas como o turco Ataturk (ou até o egípcio Nasser), mas eles nunca se referiam à religião que tinham colocado, de certo modo, entre parênteses.

“Tudo isto para dizer que quando se vê no islamismo político, anti-modernista e anticidental, a expressão espontânea e natural do mundo árabo- mulçumano, trata-se de um atalho redutor. Foi preciso que dirigentes como Nasser, à cabeça, chegassem a um impasse, tanto pelos seus insucessos militares sucessivos como pela sua incapacidade de resolver os problemas ligados ao subdesenvolvimento, para que uma parte significativa da população se predispusesse a escutar os discursos do radicalismo religioso, e para que vissem florir, a partir da década de 70, véus, e barbas contestatárias” (Maalouf 1999: 95). Maalouf vem aqui ao encontro do pensamento dos autores dos diversos relatórios do PNUD anteriormente citados, bem como de Mernissi.

Abdesselam Cheddadi, num artigo publicado na revista *Esprit* on line<sup>21</sup> afirma que “independentemente dos julgamentos gerais e abusivos que se possam fazer de uma civilização (intolerante, radical, fundamentalista, etc) e de sociedades que são, por seu turno, muito complexas e diversas através do tempo e do espaço, o simples facto que o

---

<sup>21</sup> [www.eurozine.com/articles/2005-12-10-cheddadi-fr.html](http://www.eurozine.com/articles/2005-12-10-cheddadi-fr.html)

seu aparecimento e a sua larga difusão num momento particular da nossa história moderna – a qual está a um passo decisivo da mundialização – é indicador de que um novo capítulo se abriu nas relações entre o Ocidente e o Islão, que se arrisca a assistir à re - instituição de fronteiras rígidas e à reactivação do antagonismo.” A questão no seu entender não passa por se observar “o futuro como votado ao ‘choque de civilizações’ ou procurar a encontrar ‘a doença do Islão’”, designadamente nos obstáculos existentes para o sexo feminino. Aqui, diz Cheddadi, toca-se, na realidade, em questões fundamentais que ultrapassam o quadro dos países muçulmanos e que se situam no coração da modernidade: “ que fazer de continentes inteiros que já não podem ser vistos como meros apêndices económicos do Ocidente? que fazer de culturas e de civilizações pré-modernas não ocidentais que se mantêm vivas, até aos nossos dias, quando não as pudemos tratar mais como simples objectos etnológicos ou antropológicos? como reagir às doenças e às turbulências que aí ocorrem?”

São estes os pontos essenciais do debate para os quais não tem havido resposta clara, nem da parte do Ocidente nem dos pensadores muçulmanos. Cheddadi adianta duas ordens de razões que na sua opinião conduziram à situação actual das sociedades islâmicas. A primeira que consiste na sua integração no processo mundial da economia e das comunicações, e como as sociedades islâmicas viram progressivamente fugir-lhes a rédea do poder, sobretudo, durante as quatro ou cinco décadas que antecederam a descolonização; a segunda, a fraqueza dramática da sociedade civil e dos seus intelectuais.

A propósito desta mesma problemática, Pappé adianta que estendida a todo o globo por duas forças gémeas, o colonialismo ocidental e o imperialismo, a modernização rapidamente se tornou global. O Ocidente possuía a mão mágica (com a ocidentalização veio o esclarecimento, a razão, e o progresso), cujo toque permitiu às sociedades não ocidentais deixar o passado para trás das costas (Pappé 2005:3-4). Esta afirmação pressupõe à partida, sustenta este investigador, não só que as sociedades pré-modernas se tenham tornado irrelevantes mas também que, enquanto não estiverem ocidentalizadas, os próprios indivíduos não fazem parte da história moderna. “Para os historiadores *mainstream*, eles (os indivíduos) são apenas mero receptores, seres humanos passivos, cujas vidas são transformadas através da intervenção externa e de dinâmicas de poder, que os salvam da estagnação” (Pappé 2005: 2-3).

Do ponto de vista de Mohammed Mouaqit, a crise da ordem patriarcal, a que se assiste actualmente no mundo árabe/muçulmano, não resulta da ruptura entre a tradição e a modernidade (antipatriarcal), mas da passagem de uma forma pré-moderna à forma moderna de questionamento da ordem patriarcal, a qual procede de uma dupla fonte: uma endógena, que se relaciona com as transformações induzidas por uma ordem de produção e de socialização que subverte a estrutura tribal da sociedade; uma outra, exógena, decorrente do sistema sócio-cultural, no qual a ética do Islão é favorável a uma certa atitude “feminista”, contrariada pela estrutura tribal (Mouaqit 2004:92).

A primeira está associada, diz ele, ideologicamente à modernidade que não consegue pôr fim à desigualdade e deixa perdurar o sistema patriarcal. A segunda associa-se ideologicamente a uma ética que, contrariando completamente a lógica patriarcal tribal, não consegue romper totalmente com essa ideologia.

Patriarcalismo que segundo Mohammed Mouaqit é entendido como ideologia do conjunto de concepções e representações elaboradas ou difundidas, de ordem jurídica ou outra, que fazem da mulher um ser inferior e submisso à tutela do homem, cuja autoridade é forjada segundo o modelo da autoridade do *pater*.

Mouaqit clarifica dois conceitos, isto é, entre ética do Islão e *fiqh* (jurisprudência), o primeiro liberal e igualitário, e o segundo misógino e discriminatório.<sup>22</sup>

Aissa Kadri interroga-se, na linha de pensamento de Pappé, se a via da modernidade é idêntica para todos os indivíduos, ou se existem caminhos diferentes. A esta questão responde que se argumentar de acordo com o contexto frequentemente esgrimido da existência do cenário “choque de civilizações”, é importante sair de uma explicação de carácter essencialista, culturalista. Será completamente errado, do seu ponto de vista, substancializar o que é o próprio processo sócio-histórico, ele mesmo contingente, específico e generalista, e colocar em primeiro lugar a questão do religioso, a questão central da secularização e as condições da secularização.

Jahanbegloo, filósofo iraniano-canadiano, sustenta, por seu turno, que actualmente não estamos a passar por um choque de civilizações- como é citado, em certa medida por Khayat, mas um choque de intolerâncias. “Temos de encorajar as forças opositoras a aderirem aos valores da moderação, da tolerância e da não-violência. (...) O ‘diálogo das civilizações’ tornou-se uma das palavras-chave no discurso global sobre a

---

<sup>22</sup> Moaqit cita a obra de Boudhika, 1986; pp.92-92.

globalização cultural e a resolução internacional dos conflitos”. Todavia, o fim dos estereótipos tradicionais subjacentes às linhas ideológicas da Guerra Fria deu lugar a um novo esquema de confronto, que é visível sob a ideia de choque de civilizações, sustenta Jahanbegloo.<sup>23</sup>

Esta nova forma de confronto ideológico poderá tornar-se realmente num real e sério conflito, particularmente quando actos de violência adquirem uma dimensão religiosa, potenciando assim uma sequência de acontecimentos que podem escamotear a racionalidade política.

Recorda o iraniano que, desde o choque entre o império persa de Achaemenides e as cidades-estado da Grécia, choques entre civilizações foram um dos grandes e mais recorrentes temas da história do mundo. Mas se a energia libertada, quando duas culturas entram em confronto violento, pudesse ser canalizada na direcção correcta, o contacto entre duas culturas diferentes poderia fornecer uma oportunidade de ouro para o aparecimento de uma reflexão construtiva. “Os povos poderiam ser capazes de examinar o seu próprio quadro cultural à luz de uma outra cultura, e se tal experiência der resultado, não só se poderia evitar os conflitos, como se poderiam criar horizontes culturais mais vastos”.

Diz Jahanbegloo que não é difícil encontrar exemplos históricos que revelam a forma como o conflito de civilizações conduziu a um diálogo a alto nível. O exemplo e paradigma do Al Andalus é muito relevante no que toca ao diálogo entre culturas. O que foi considerável acerca da vida religiosa e cultural na Espanha islâmica foi que o rico e intenso diálogo entre judeus, cristãos e muçulmanos, não tinha como fim a conversão de uns e outros em nenhuma das religiões respectivas, mas, sobretudo, o que esteve em causa foi a tentativa de aprofundar a compreensão, e convencerem-se da verdade das suas crenças. No centro da experiência de Córdoba, o mais importante não é a intolerância mas uma aspiração ao universal e o respeito pela diversidade.

Coloca-se então mais uma questão: As sociedades árabo-muçulmanas, em particular as do Magrebe, e neste caso Marrocos, são monolíticas? Será que a mulher detém um estatuto particularmente determinado pelo peso da religião? Ou será que a matriz patriarcal – da qual se alimenta e através da qual se exprime o Estado – se cobre de um manto religioso? E até que ponto este patriarcalismo, comum a outras sociedades,

---

<sup>23</sup> [www.eurozine.com/articles/26-05-19-jahanbegloo-en.html](http://www.eurozine.com/articles/26-05-19-jahanbegloo-en.html)

designadamente mediterrânicas, levaria a questionar uma nova variável quando se analisa o estatuto da marroquina, ou seja, a relevância desta “mediterraneidade” em Marrocos?

Julga-se assim importante reintroduzir neste terreno, uma nova variável, que se opta por designar “mediterrânica”, uma espécie de cenário da expressão dos constrangimentos e das liberdades das mulheres das duas margens do Mediterrâneo, neste caso, sobretudo, das marroquinas. Embora se trate de uma discussão que tem gerado acesa polémica nas últimas décadas, sobretudo entre diferentes correntes antropológicas, designadamente entre as anglo-saxónicas e outras da Europa continental, parece ser de inegável actualidade, propor também aqui uma sucinta apreciação do estatuto feminino no âmbito desta potencial variável, tendo em conta a chamada Parceria Euro-Mediterrânica, no âmbito do Processo de Barcelona (a tratar no último capítulo, deste trabalho) e o espaço que a mulher ocupa neste processo.

A questão é que quando se fala de uma identidade mediterrânica, será que se pretende traçar uma personalidade climática, geográfica, histórica, social, cultural, realizada por muitos intelectuais, particularmente os designados orientistas do século XIX, mas também pelos chamados novos historiadores até à década de 60? Ou uma mistura de todas elas? As respostas parecem ser extremamente complexas, tendo em conta que as diferentes abordagens desta temática além de profundamente divergentes e intrincadas, não encerram, no seu seio, conclusões definitivas.

Citando o geógrafo português Orlando Ribeiro, François Guichard<sup>24</sup> afirma que cada vez se sabe menos o que é o Mediterrâneo. “A junção de sentidos que colocamos junto ao termo Mediterrâneo, ou melhor, que lhe sobrepomos, com a ajuda de vocábulos de sentidos múltiplos e elásticos, entre os quais a própria geografia, fez uma utilização intensiva, antes de se preocupar de controlar o conteúdo. Por exemplo: ‘atmosfera’, ‘bacia’, ‘clima’, ‘vegetação’; e outros para os quais partilhamos melhor a responsabilidade, nomeadamente com os historiadores, tais como ‘mundo’, ‘cultura’, ou ‘civilização’”. (Guichard 2002: 231).

Guichard nota que a própria expressão “o mar entre as terras” despoleta, só por si mesmo, uma enorme ambiguidade, mas que “se se trata de um ‘espaço partilhado’, é-o de forma desigual” (Guichard 2002: 232). Mas, na perspectiva de Edward Said “

---

<sup>24</sup>“ En réalisant Orlando Ribeiro: et si la Méditerranée n’était plus tout à fait ce qu’elle a été – (Guichard, F.:2002, pp.231-251).

palavras como Oriente e Ocidente não correspondem a verdades ontológicas estáveis que existam como factos naturais”, e que além disso, “todas estas designações geográficas são uma combinação estranha de dados empíricos imaginários”. (Said 2004: 392). “A construção da identidade”, sustenta Said, “está ligada à distribuição do poder e da falta de poder em cada sociedade, e é por conseguinte, tudo mera frivolidade académica.”

Ainda a propósito da tradição versus modernidade e da relação das mulheres, numa comparação entre as sociedades mediterrânicas da margem Norte e Sul, Aissa Kadri defende que esta é uma questão fundamental e que sobre ela se deve sobretudo falar de “assincronia”, no desenvolvimento histórico e não de diferenças profundas (entre o norte e o sul do Mediterrâneo). Continuam a colocar-se às sociedades as mesmas questões, só que em tempos diferentes, sustenta Kadri: “o lugar das mulheres é que determina os projectos e os tipos de sociedade no futuro “ (Kadri 2004:51). A autora afirma que além de “assincronia” também existem correspondências e afinidades electivas entre as duas margens do Mediterrâneo, ou seja, mais do que oposição. E uma das lições que traduz esta leitura é que uma comparação em ruptura com um senso comum, bem enraizado no sujeito, não deve ceder aos estereótipos, aos esquematismos, opondo sociedades retrógradas, arcaicas – lugares onde a religião invade todas as esferas sociais e dá às mulheres um lugar dominado -, às sociedades modernas, secularizadas - onde as conquistas económicas, sociais e políticas das mulheres estão definitivamente estabelecidas e são irreversíveis. “Nada é mais errado do que esta oposição redutora”, afirma Kadri, recordando que o senso comum nos faz esquecer a realidade, por exemplo, das mulheres batidas em Espanha. “Não podemos esquecermos do efeito do velho cenário patriarcal mediterrânico e do seu efeito bloqueador na condição feminina no Norte”(Kadri 2004:52).

Mais relevante do que esta, a questão que muitos autores se colocam, e que parece importante de novo situar, é o facto, da necessidade ou não, de o mundo árabo-muçulmano ter de se colocar, em referência ao texto sagrado ou fora dele, para construir a modernidade, que pressupõe a participação total da mulher na tomada de decisão no espaço doméstico e público. Investigadores como Fatema Mernissi, Rachid Benzine ou Aissa Kadri colocam precisamente esta interrogação.

Numa perspectiva mais económico-social, e menos teológico-cultural, Mohammed Mouaqit observa que a modernização que se opera, nomeadamente na integração da mulher no espaço político-administrativo do estado nacional, no espaço económico da produção de mercado, e no espaço de socialização da escola, colocam em crise a segregação social forjada na oposição da hierarquia do “público” e do “privado”, do espaço doméstico e do espaço público. “Será que a lógica do espaço privado pode escapar à dos espaços económicos e burocráticos?” (Mouaqit 2004: 94). Do seu ponto de vista, apesar da atenuação ou da contestação da dominação masculina terem, de algum modo, posto em causa a ideologia patriarcal, a estrutura social tradicional não foi alterada.

Mesmo assim, e embora com o processo de modernização, a ideologia patriarcal encontra forma de sobreviver. Desde logo, é notória a sua discrepância com a nova ordem social. Um dos exemplos mais claros disso mesmo, é o facto da ideologia patriarcal se confrontar com uma nova ordem social que começa a não obedecer à segregação do trabalho. (Marrocos é um bom exemplo disso mesmo).

Sendo naturais de um país de parcas matérias-primas – pelo menos comparativamente aos outros parceiros dos países MENA como a Arábia Saudita, Irão ou Emirados Árabes, exportadores de petróleo-, as mulheres marroquinas desde muito cedo tiveram de entrar no mundo do trabalho, quer informal quer formal, por motivos literalmente de sobrevivência e para aumentarem os rendimentos familiares Independentemente dos constrangimentos que continuam a estar sujeitas, as marroquinas viram-se, mais cedo, “aptas”, “libertas” para enfrentar o espaço público, quer na administração pública quer no sector fabril.

No entanto, e também no que toca em particular a Marrocos, o “*décalage*” anteriormente mencionado é acompanhada por uma nova uma forma de neo-patriarcalismo, que agrava a crise. A ideologia sobrevive sob a forma de domínio masculino na hierarquia das funções, a nova divisão do trabalho, a discriminação e a cultura misógina.

Mas, este é afinal um fenómeno global, um sistema que sobrevive sobretudo nas sociedades árabo-muçulmanas dada a continuidade da estrutura social tradicional. Na verdade o modelo da família nuclear e do poder horizontal, exercido pelo sexo masculino, assegura (ainda) a continuidade da ideologia patriarcal, mas os

constrangimentos sociológicos da modernização já induzem comportamentos conjugais menos hierarquizados.

Entre outras variáveis aqui consideradas e também relevantes é o facto de a ideologia patriarcal encontrar no Estado, com a cumplicidade do clero, o suporte principal e determinante da sua continuidade. A durabilidade da ideologia patriarcal nas sociedades árabo-muçulmanas, incluindo Marrocos, reside, em primeiro lugar, frisa Mouaqit, na autoridade clerical, uma vez que a *chari'a* (lei islâmica) representa um domínio de soberania de Deus, ao qual corresponde a autoridade autónoma dos ulémas. A autoridade clerical é o garante, da ordem política, da ordem social prescrita pela lei divina, e participa de uma configuração da imbricação do político e do religioso, comum às sociedades magrebínas e muçulmanas.

A autoridade dos clérigos fundamenta e materializa, a essência teocrática do Estado e o carácter teologicamente subordinado da sua soberania.

Será Marrocos, mesmo assim, um caso particular face aos outros países árabo-muçulmanos, em particular face aos do Médio-Oriente? Na altura em que se discutia e levava a cabo alguma abertura política em Marrocos (meados dos anos 90 e ainda durante o reinado de Hassan II), debatia-se abertamente no espaço público as relações entre o poder e o Islão, o que implicava, por seu turno, questionar o papel do monarca, que em Marrocos tem o estatuto de “guia /líder dos crentes” (*amîr al-um'minîn*). Um estatuto que está inscrito na Constituição desde 1962, e que segundo o qual o rei é, entre os crentes, aquele que comanda (*amr* em árabe).

M.A. Hélie-Lucas diz que a própria diversidade dos estatutos das mulheres, nos diferentes países árabo-muçulmanos onde vivem, é um facto suficiente para travar a ideologia fundamentalista sobre a existência “de uma essência muçulmana”, como se tratasse de uma crença, um modo de vida, um código de conduta, uma “cultura” que supostamente caracteriza a vida dos chamados muçulmanos em todo o mundo. E acrescenta que “tal como todas as generalizações, esta visão ignora as culturas, os regimes políticos, as classes, etc... e (a mesma perspectiva) propõe uma visão opressora em que tudo é imutável, não transformável, uma homogeneidade definida pela divindade, o que, afinal, só existe é na imaginação deles (defensores do islamismo político)”.

Mernissi observa como acabou o mundo estático da sua geração. A autora sublinha que “um novo e dinâmico mundo árabe emergiu, no qual a mobilidade constante, quer do espaço mental quer do espaço físico, lutando com opiniões divergentes, e seleccionando a partir de diferentes culturas, foi adoptado instintivamente pelos jovens árabes, particularmente pelas mulheres, como técnicas de sobrevivência.” (Mernissi 2002) Reafirma ela que “a principal destas técnicas é o conhecimento (e a educação), uma das mais democráticas fontes de poder”, e que “uma das causas porque o extremismo do Estado perdeu terreno no mundo árabe foi, por exemplo, a explosão de tecnologias como a Internet e a televisão via satélite na região”<sup>25</sup>. E as mulheres não só já não estão fora deste espaço, como o ocupam cada vez mais e em maior número.

### **1.2. A mulher árabe versus a mulher muçulmana.**

Julga-se relevante, neste momento, estabelecer alguns esclarecimentos quanto a três definições: a de mulher árabe, a de muçulmana, e a de magrebina (incluindo marroquina), já que, independentemente das diferenças que separam a mulher urbana da mulher rural, mais ou menos alfabetizada, literada, emancipada no espaço privado e público, as marroquinas, tal como os milhões de mulheres que pertencem ao mundo árabe e muçulmano estão sujeitas a uma narrativa construída em torno de diversas realidades e confusões, designadamente as operadas entre os conceitos de mulher árabe e de mulher muçulmana.

A antropóloga marroquina Rita El Khayat sustenta que a desordem entre os seus significados, que prevalece ainda tanto no Ocidente e como no resto do mundo (não árabe e não muçulmano) - entre “o estado étnico-linguístico, o árabe (língua), e a religião (o Islão) -, resulta de várias causas. Entre elas, trata-se, por um lado, do facto de que foi a língua árabe que expandiu a civilização e a cultura, tanto árabe como muçulmana, uma vez que o árabe é a língua do Corão; por outro lado, porque todos os povos muçulmanos, independentemente da sua língua, revelam uma enorme devoção à língua do Corão, o seu Livro. Finalmente, porque estes povos (os não árabes) frequentemente admiram e respeitam os árabes, observando-os como os povos que

---

<sup>25</sup> Mernissi 2002: XV, introduction

acederam directamente, através da sua língua, ao texto divino tal como ele lhes foi revelado” (Khayat 2005: 13-17).

Khayat esclarece, contudo, que a mulher no mundo árabe contempla múltiplas etnias e origens antropológico-línguísticas, o que torna extremamente complexo descrever um modelo de “mulher árabe”. Em vez disso, defende a investigadora, é mais rigoroso descrever as mulheres árabes tendo em conta a sua grande diversidade humana e histórica, que se insere num *melting pot* de povos, constituídos graças à capacidade unificadora da língua árabe e da civilização muçulmana.

Assim sendo, os árabes formariam um povo ou uma etnia cujo critério principal de distinção é a língua árabe (Khayat 2005: 14), uma língua semítica caracterizada. Mas, apenas são árabes e se declaram árabes, os que reconhecem entre si um parentesco de língua, de costumes, de história e de relação com os povos da quase ilha arábica (península), todos aqueles que propagaram o Islão tal como foi revelado ao profeta Maomé, bem como aqueles que falam árabe e se unificaram por intermédio da “civilização árabe”, designadamente os cristãos marronitas e os coptas egípcios.

De facto, a “região árabe” estende-se por treze milhões de quilómetros quadrados, mas encontra-se entrincheirada por toda uma constelação de minorias de língua árabe, por vezes dispersa, outras vezes agrupada, em bolsas populacionais. A título de exemplo cite-se o Irão com meio milhão de árabes, a Turquia com setecentos mil, ou a África central com 400 mil (Chade e a Nigéria). Os países citados são maioritariamente muçulmanos, mas as suas etnias islamizadas não são árabes.

Inversamente, a “região árabe” conta no seu próprio seio com numerosas bolsas de não árabes, bem como de numerosos estrangeiros dispersos, não muçulmanos. No Iraque, por exemplo, existem populações druzas, curdas. Entre os árabes da própria Arábia, designadamente Oman, existem numerosos iranianos.

Quanto aos membros destas ilhotas linguísticas e os indivíduos dispersos, Khayat diz que, em graus bastante diferentes, eles são bilingues e, portanto, apenas em parte arabisados. Fora da zona árabe e da sua franja, existem outras comunidades árabes mais ou menos afastadas, emigrantes de língua árabe dispersos desde a África oriental, e especificamente em Zanzibar, em Madagáscar, no Afeganistão, na Chechénia, no Uzebequistão, Turquemenistão, no Daguestão e na Indonésia.

A emigração árabe, assinala a investigadora, foi também particularmente importante nos Estados Unidos, na Argentina, no Brasil, no Canadá e no Chile, no início do século XX, e sobretudo depois da sua segunda metade, sobretudo em França e no resto da Europa. Mas este, é um fenómeno específico do século XX.

Os países árabes contam-se hoje por 20, mas devem ser realçadas as diferenças entre as mulheres árabes brancas e negras, africanas e asiáticas, atlânticas e mediterrânicas, europeias e americanas, tendo em conta que as distâncias são importantes entre os 20 países e que a extensão do território árabe é imensa. Esta zona de 280 milhões de indivíduos (dados do PNUD, Julho de 2002), representa menos de cinco por cento da população mundial, muito mais jovem do que a média mundial (38 por cento possuem menos de 15 anos), mas sofrendo de atrasos consideráveis, nomeadamente de emprego, a ausência de liberdade de escolha, constrangimentos na promoção do estatuto doméstico e público das mulheres, bem como fortes carências em matéria de conhecimento e educação.

Contudo, Khayat retoma a distinção entre mulher árabe e muçulmana, considerando-a absolutamente necessária – sobretudo tendo em conta as diferentes realidades de países muçulmanos como a Indonésia, a Malásia, o Paquistão, Singapura ou a Tailândia, Nigéria, Egipto ou a Jordânia, e as comunidades árabo-muçulmanas espalhadas pelo mundo, por exemplo, – para estabelecer os diversos problemas vividos pelas mulheres muçulmanas lato sensus.

Tendo como traço comum fundamental o Islão, Khayat distingue, por seu turno, também a mulher árabe da mulher muçulmana segundo características antropológicas e étnicas (Khayat 2005: 18-19). A mulher árabe é de origem semita e fala árabe, quer seja o que é próximo do árabe clássico – o do Corão - , seja ele línguas e dialectos vernaculares dos países conquistados pelo Islão. Do seu ponto de vista, a condição dos muçulmanos árabes é, stricto sensu, corânica, porque o Islão regulamenta o universo jurídico, espiritual, político e económico. (Note-se que no Magrebe – que integra Marrocos, a Argélia e a Tunísia – misturam-se, além de populações árabes, de judeus, europeus, indivíduos da África sub-sariana, também os bérberes ou povos indígenas, que puderam, consoante as épocas e a sua história, preservar a sua língua e os seus diversos dialectos - as línguas berberes ou kabilas -, os quais constituem actualmente cerca de dez milhões de pessoas).

Contudo, e mais importante do que qualquer outra diferença, as distinções no mundo árabe são marcadas sobretudo entre o meio rural e o meio urbano e, muitas delas, aparentemente inexplicáveis. Pode evocar-se, todavia, e com algum rigor, que, em Marrocos, elas são fruto das disparidades decorrente da herança deixada pelos andaluses muçulmanos e judeus - de grande civilização e sofisticação, que se fixaram nas cidades magrebina marroquinas, depois da queda do império Al Andalus, e que recusaram converter-se ao cristianismo – e a herança introduzida pela conquista rural, exercida por povos árabes.

Muçulmanos andaluzes e em menor quantidade judeus estabeleceram-se nas grandes urbes marroquinas, transmitindo aí parte ou a totalidade do legado do império espanhol muçulmano das dinastias omíadas.

A “conquista” das zonas rurais do sul do Mediterrâneo, incluindo Marrocos é, por outro lado, exercida por hordas árabes provenientes do Oriente, que constituíram a população camponesa magrebina, e que conquistaram aos berberes as suas propriedades, perseguindo-os até ao cume das montanhas. Diz Khayat que, pelo menos, no que diz respeito a (Argélia, Tunísia) Marrocos, a compreensão desta marca de divisão entre o mundo urbano e rural é demasiado importante e muito clara.

Esta abordagem de Khayat permite sustentar claramente o princípio de que a variável religiosa, só por si só, não permite justificar o conjunto de constrangimentos privados e públicos a que estão sujeitas as mulheres nas sociedades islâmicas, designadamente no caso em análise, Marrocos, isto é, que os valores religiosos não servem só por si para fixar as diferenças entre homens e mulheres marroquinos no acesso aos recursos do seu país.

### **1.3.O véu e o processo político.**

Desvalorizando também o efeito da religião sobre a liberdade de movimentos das mulheres muçulmanas, Mernissi dá como exemplo o culto do *hijab* (o véu), o qual se torna uma “dádiva do céu” para os políticos (árabes) que enfrentam crises. “Não é (o *hijab*) apenas um pedaço de pano, mas sinónimo de divisão de trabalho. Reenvia as mulheres para a cozinha. Qualquer estado muçulmano pode reduzir o seu nível de desemprego para metade fazendo apelo apenas à *charia't*, no seu significado despótico da tradição califal” (Mernissi 2002:165). Diz a socióloga, que o véu será o símbolo

”mais visível” dos constrangimentos a que as mulheres estão sujeitas, a metáfora que traduz a fronteira entre o permitido e o proibido.

Sabe-se, no entanto, que o significado do porte do véu não é uniforme entre a comunidade feminina árabo - muçulmana. Uma análise sucinta poderia dividir o vasto universo de mulheres que usam o *hijab*, em cinco sub-grupos: um primeiro e vasto número coloca o véu por uma questão de obrigação oficial (caso saudita e afegão, por exemplo); outro segundo largo conjunto, por motivos de fé; um terceiro, e igualmente numeroso, fá-lo por afirmação cultural/identitária; um quarto, por pragmatismo – usar o véu permite aceder ao espaço público sem “levantar suspeitas”; e, finalmente, um quinto grupo que coloca o véu apenas por uma questão de moda/ e afirmação geracional.

Marrocos não foge à regra. Não sendo obrigatório o seu uso desde a independência, para as mulheres marroquinas, o *hijab* tem servido como sinal explícito de “liberdade” ou então de “travão”, consoante diferentes tempos da história do país.

No caso marroquino, o seu porte tem actualmente o significado totalmente diferente daquele que possuía nos anos pós independência. Agora, milhares de jovens alfabetizadas, incluindo universitárias – em particular desde a agudização do conflito israelo-palestiniano, da revolução iraniana, da primeira guerra do Golfo, e da invasão do Iraque -, fazem questão de o utilizar, nas zonas urbanas mais sofisticadas, como “emblema” da sua pertença à *Umma*, mas sobretudo, usando-o como um selo político da sua identidade muçulmana; outras, em maior número, colocam-no como símbolo de moda; milhares de outras raparigas e mulheres, usam-no, em última instância, como um “instrumento” que as protege no espaço público, possibilitando uma aceitação paternal e social, crescente, da sua inclusão no espaço público.

Com o véu, podem mover-se na rua, exercer as suas tarefas e profissões, sentido-se ‘mais protegidas’ do misogenismo vigente. Uma forma de evitarem aquilo a que se refere nas suas memórias Mernissi, quando escreve: “os homens não compreendem as mulheres e as mulheres não compreendem os homens e tudo começa quando separam as raparigas dos rapazes nos banhos. Então, uma fronteira clássica divide o planeta em dois. A fronteira indica a linha de poder, e onde quer que haja uma fronteira há dois tipos de criaturas que caminham pela terra de Alá: de um lado, os poderosos e do outro, os indefesos. Perguntei a Mina (sua tia) como poderia eu saber em que lado estava. A

sua resposta foi rápida, breve e muito clara: - Se não puderes sair, estás do lado dos indefesos (...)” (Mernissi 2002a:195).

Todavia, nos anos pós independência, tirar o véu, significava, em particular para as intelectuais das classes média e média alta, bem como para muitas operárias, uma demonstração de “feminismo”, de afirmação de poder contra a ordem masculina, que, fundamentalmente era aprovada e até alimentada pelo protectorado como forma de travar o ímpeto dos nacionalistas. Na verdade, o fim do uso obrigatório do véu serviu como uma promessa de muitos nacionalistas, independentemente da sua vontade explícita de terem lado a lado as mulheres como actores políticos, para travar a sua batalha política.

Nos meios rurais, hoje como na década de 50 pós independência, a não adesão ao véu implica, porém, uma atitude mais complexa, sendo certo, que vários estudos realizados pelo governo de Rabat revelam uma mudança, ainda que lenta, de atitudes face a este e outros símbolos, bem como, a outros valores, considerados tradicionais.

Por detrás dos sinais “ostentatórios”, como diz Nilufer Gole<sup>26</sup>, ou da visibilidade religiosa, desenha-se um desejo de reverter estes mesmos sinais do seu valor estigmatizado (submissão), em símbolo de prestígio e de poder distinto (novo feminismo), o que aliás, como diz a autora, já está em curso no Irão, na Turquia - também fortemente em Marrocos – através de vias e de trajectórias muito diferentes, ou até opostas. (Gole 2004: 218-219).

Noutros termos, diz Gole, é necessário fazer um ajustamento entre a percepção do véu e das mulheres que o usam e que se comprometem em o colocar, embora se corra o risco de transformar o seu sentido simbólico. “Se o reconhecimento do aspecto pessoal e corporal do véu coloca problemas, é que isso supõe reconhecer, um pluralismo político, a acção feminina, a decisão pessoal da parte das mulheres”. Toda discussão sobre o *hijab* acaba num ponto cego: toda a crítica do véu funda-se sob a negação da acção individual da mulher muçulmana e, por consequência, sob a denúncia do homem muçulmano, do meio masculino, dos poderes islamistas, em última instância da comunidade opressiva patriarcal sobre o universo feminino.

Na perspectiva de Gole, o uso do véu revela actualmente, pelo menos entre algumas mulheres muçulmanas, uma escolha individual religiosa, que se inscreve

---

<sup>26</sup> Gole, Nilufer, *Le voile, le renversement du stigmat et la querelle des femmes*, ed. , 213-222, 2004

simultaneamente no movimento feminista islamista (ver capítulo III), quer dizer, na afirmação colectiva de uma diferença conflituosa sentida também pelas mulheres com os valores seculares do liberalismo igualitário. “ O véu traduz a emergência do actor mulher na cidade como no movimento islamista. Poder-se-ia dizer que o que distingue os movimentos islamistas contemporâneos dos fundamentalistas precedentes, é a erupção do sujeito mulher no seu seio, não sendo possível (para os não islamistas) esquecer, todavia, a ambivalência gerada pela prática do uso do véu com a noção de sujeito e a da liberdade de agir (...). As *doxa* da modernidade (nomeadamente ocidentais) não reconhecem, contudo, lugar ao religioso (...). O actor religioso é considerado pré-moderno (...)”.<sup>27</sup>

Actualmente, as mulheres muçulmanas, incluindo em Marrocos, também tentam explorar as possibilidades de criarem uma maior igualdade para elas no seio do Islão formal. Por exemplo, Mernissi trabalha num projecto denominado “Islão Humanista” com algumas colegas, e que envolve uma investigação sobre a escrita islâmica que lança uma luz positiva sobre os direitos das mulheres. A investigadora argumenta que existe um preconceito no Ocidente de que os objectivos do Islão e os objectivos da democracia são contraditórios. Ela acentua que as pessoas frequentemente erram na distinção entre estado muçulmano como forma de governo e Islão como cultura ou religião. Ela relembra a ênfase na responsabilidade no seio do sunitas e reconhece a possibilidade de recolocar a ética no seio da tradição, o que poderá ser benéfico para as mulheres. Contudo, também reconhece que as minorias, as mulheres e os escravos são grupos que, historicamente, constituem um desafio e uma limitação para a bandeira do Islão sobre o universalismo e a igualdade. O grau ao qual o Islão pode acomodar genuinamente estes grupos tem de ser muito bem analisado, do seu ponto de vista.

No entanto, as observações da investigadora, relembra mais uma vez, que a cultura não é monolítica, nem estática e que a cultura tradicional não necessita sempre de ser vista como a antítese dos direitos humanos e das mulheres. Algumas mulheres marroquinas acreditam que a solução não será encontrada no Ocidente nem estritamente nas suas tradições. Este conflito e competição de forças e os dilemas que coloca são observados como exemplos, designadamente no cinema marroquino, e em particular no filme – “Uma porta para o Céu”, produzido em 1988, por Farida Benlyazid - , que narra

---

<sup>27</sup> Gole, Nilufer, *Le voile, le renversement du stigmaté et la querelle des femmes*, ed. , 219, 2004

o regresso de uma jovem mulher de França para Marrocos, vestindo trajes punk e sentido-se alienada e uma outsider. Com o tempo, ela percebe que a sociedade ocidental, também, tem as suas características opressivas e seguindo a prática islâmica, acaba por realizar obras de caridade, transformando partes da sua casa num abrigo para mulheres desprotegidas. (Colligan 2001: 1-17).

## II Capítulo

### 2.1. A Educação em Marrocos: contextualização.

*“(...)foi nessa altura que a minha mãe me explicou a necessidade de mastigar as palavras antes de as deixar sair cá para fora. (...) As palavras podiam salvar a pessoa que as soubesse manejar engenhosamente. Foi o que aconteceu a Xerazade, a autora dos mil e um contos. O rei estava quase a corta-lhe a cabeça, mas ela conseguiu impedi-lo no último instante. Utilizando apenas palavras. Eu estava ansiosa por saber como o tinha feito (...)” in Sonhos Proibidos, Memórias de um Harém de Fez, Fatema Mernissi, 2002, p.14, Asa.*

Independente desde 1956, e contando actualmente com cerca de 30 milhões de habitantes, Marrocos é uma monarquia constitucional, que se designa democrática e social, regida por uma constituição que, lê-se no texto fundamental do país, consagra as liberdades democráticas e os direitos do homem, tais como eles são universalmente reconhecidos. Marrocos de facto é signatário de várias convenções e textos onusianos (ver relatório PNUD 2005 sobre mundo árabe)<sup>28</sup>. Mas, apesar de ter integrado conceitos modernos, por exemplo, na sua constituição, leis laborais e código de família, e de incluir abordagens do género em documentos essenciais como nos orçamentos de estado ou nos planos para a educação, como reconhecem os autores dos relatórios do PNUD para o mundo árabe (2002, 2003, 2004 e 2005), “o que as constituições muitas vezes concedem, as leis negam; e o que muitas vezes as leis permitem, os costumes e as práticas violam frequentemente”.

Um facto exemplar é a alteração ao Código de Família, *Moudawana*, em 2004, que torna muito mais restritiva a capacidade de um homem poder efectuar vários casamentos. A lei actual sobre a poligamia é mais limitativa do que a legislação que constava da emenda anterior, executada em 1993, mas a sua aplicação, ou seja, a prática, continua fortemente marcada pelos usos e costumes.<sup>29</sup>

O poder legislativo em Marrocos está atribuído ao parlamento composto por duas câmaras sediadas na capital, Rabat, isto é, a Câmara dos Representantes e a Câmara dos conselheiros eleitos. A primeira é eleita por sufrágio universal, a segunda por colégios

---

<sup>28</sup> Annex IV. Statistical Tables on Human Development in the Arab States, Human Development Report 2005, pp.310-311 ver página anexos QUADRO 7.

<sup>29</sup> Ver anexos QUADRO 5.

eleitorais compostos por representantes eleitos pelas colectividades locais, câmaras profissionais e sindicatos. Consagrada na Constituição, a independência do poder judicial e as carreiras dos magistrados são reguladas por um Conselho Superior da Magistratura eleito por juizes e presidido pelo monarca. O governo é responsável perante o rei e o parlamento. O executivo exerce os seus poderes constitucionais sob a liderança do monarca, que goza de uma legitimidade histórica, avalizada popularmente, e que tem poderes fixados pela Constituição.

O rei, por seu turno, através da tradição consagrada pela constituição, é o *Amir Al Mouminine* (príncipe dos crentes) – ele é considerado descendente directo do Profeta -, o que lhe confere um poder espiritual e uma autoridade religiosa que constituem em Marrocos, país de religião islâmica, maioritariamente sunita, os fundamentos de um consenso nacional efectivo, e constante, em torno de uma aceitação do Islão. De qualquer modo, nos diversos países MENA, incluindo Marrocos, e apesar da abertura que se fez sentir no país desde meados de 90, a qualidade da economia e dos sectores social e humano, continuam ameaçados.

Embora se note uma transição, sobre a pressão da sociedade civil – designadamente dos grupos femininos – e do próprio monarca, e da comunidade internacional, as desigualdades de género são muito claras em Marrocos, e como tem sido enfatizado são particularmente inequívocas na educação, o que tem sido um dos principais motores para o aprofundamento do abismo das oportunidades para o sexo feminino e o seu papel no desenvolvimento do país.

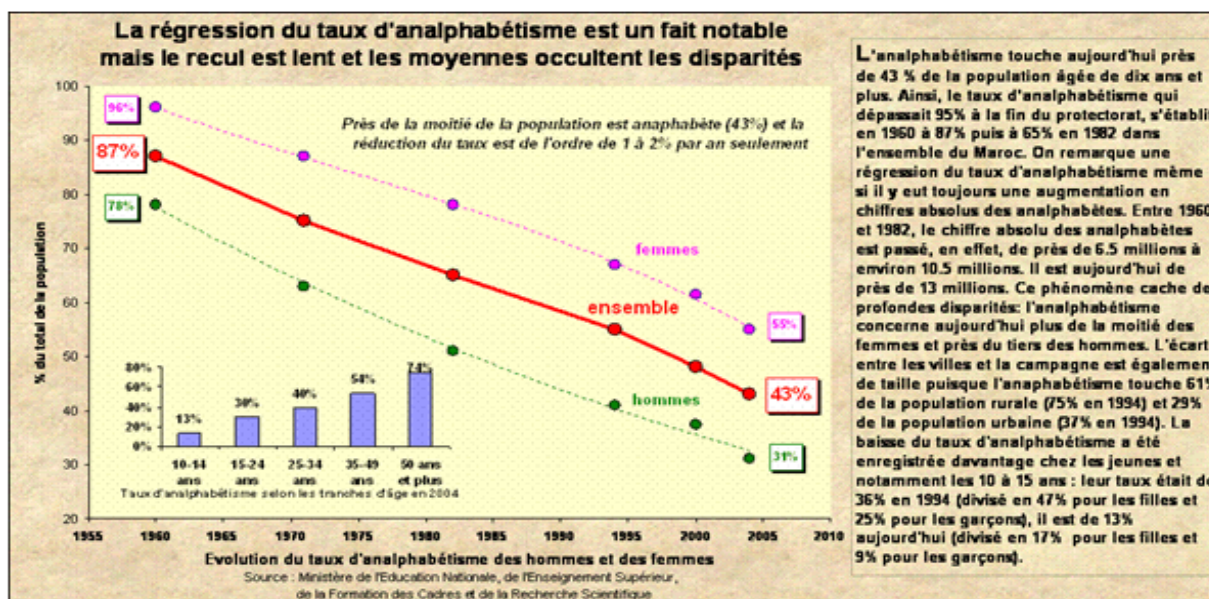
É consensual, que combinada com outros factores – com a existência de emprego e instituições transparentes e eficazes, por exemplo - a educação na diversidade tem o potencial para despoletar a diminuição da pobreza, melhorar os cuidados de saúde e de higiene, aumentar o crescimento económico e o progresso, reduzindo e até prevenindo os conflitos nacionais.

A verdade é que a iliteracia é um dos mais fortes motores da violência indirecta, da violência social, no que toca à negação dos direitos cívicos e políticos das populações. Afectando a capacidade dos cidadãos para encontrar empregos remunerados e das pessoas se tornarem mais produtivas, a iliteracia é, em primeiro lugar, também potencialmente ameaçadora para a vida, dado o seu impacto negativo na saúde dos indivíduos e suas famílias, em particular no caso das raparigas e das mulheres, que

normalmente são responsáveis pela transmissão de hábitos de higiene e de saúde dos seus filhos. Indicadores do Banco Mundial (BM) são claros a esse respeito, tendo sido encontrada uma clara correlação entre a educação das jovens e a taxa de mortalidade, especialmente da mortalidade infantil.<sup>30</sup> Por outro lado, uma das conclusões ‘positivas’, a que chega também o BM é que a educação tem um forte impacto na baixa da natalidade - e Marrocos não foge à regra mencionada -, criando mais oportunidades para as jovens fazerem melhores escolhas de vida, quer em termos familiares quer profissionais.

O analfabetismo, que, em Marrocos, ainda representa cerca de 43 por cento da população com idades superiores a 10 anos, tem funcionado como um dos principais travões para a emancipação e igualdade de direitos das mulheres, remetendo actualmente mais de metade dos indivíduos do sexo feminino ao ostracismo, face a apenas a cerca de um terço dos homens. A diferença entre o meio urbano e rural é igualmente grande, dado que os indivíduos não alfabetizados atingem cerca de 61 por cento da população rural e 29 por cento da população urbana.

**Figura 1 - A regressão da taxa de analfabetismo**



Fonte: Ministério da Educação Nacional, do Ensino Superior, da Formação dos Quadros da Investigação Científica de Marrocos (“Une Illustration Graphique de 50 ans de Development, perspectives 2025”)

<sup>30</sup> World Bank, Promoting social cohesion through Education, 18, World Bank Institute, 2006

(Note-se contudo, que a taxa de analfabetismo, que atingia cerca de 95 por cento das mulheres em 1956, fim do protectorado francês, fixou-se em 1967 em 87 por cento; e em 55 por cento em 2005 para o conjunto do território).

Apesar da queda da taxa de analfabetismo ter sido assinalável, o maior impacto foi, sobretudo, juntos dos rapazes, nomeadamente entre os 10 e 15 anos de idade. O seu número representava cerca de 36 por cento em 1994 (47 por cento raparigas e 25 por cento rapazes). Em 2003, ele atingia 13 por cento (17 por cento de meninas e 9 por cento de rapazes).

Dados do gabinete oficial dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio de Marrocos, coligidos em 2005, registam, contudo, progressos substanciais no domínio do ensino, incluindo todos os níveis (sobretudo primário, mas também secundário e superior). O programa de alfabetização e educação não formal foi igualmente objecto de atenção contínua das entidades oficiais neste documento.

Convém notar ainda que se verificou uma grande adesão das raparigas aos programas de educação não formal, dos quais elas representam 65 por cento do efectivo no decurso dos últimos anos.

Segundo o mesmo documento onde se avalia os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em Marrocos em 2005, e no que concerne ao ensino pré-escolar, os objectivos da generalização da alfabetização foram, porém, alcançados, apenas em 50 por cento. A taxa líquida de escolarização (2003-2004) para as crianças de 4-5 anos foi somente de 50%, sendo mais proveitosa para os rapazes do que para as raparigas, sentindo-se, mais uma vez, mais no meio urbano do que em meio rural.<sup>31</sup>

No entanto, e consciente dos desafios impostos pelos ODM, em particular pelo ODM 2 – assegurar a educação primária para todos – e do papel da educação para o sucesso do país, antes de falecer, o rei Hassan II lançou nos anos 90 directivas no sentido de mais formação e educação, naquilo que se viria a traduzir por Carta Nacional Especial para a Educação e Formação, redigida, no entanto, apenas em 2002 (Mohammad VI já estava no poder).

Este terá sido objecto de um largo consenso nacional no seio duma Comissão Especial para a Educação e a Formação (COSEF), constituída para este efeito, e cujo papel consistia, entre outras funções, seguir e avaliar os progressos realizados na aplicação do

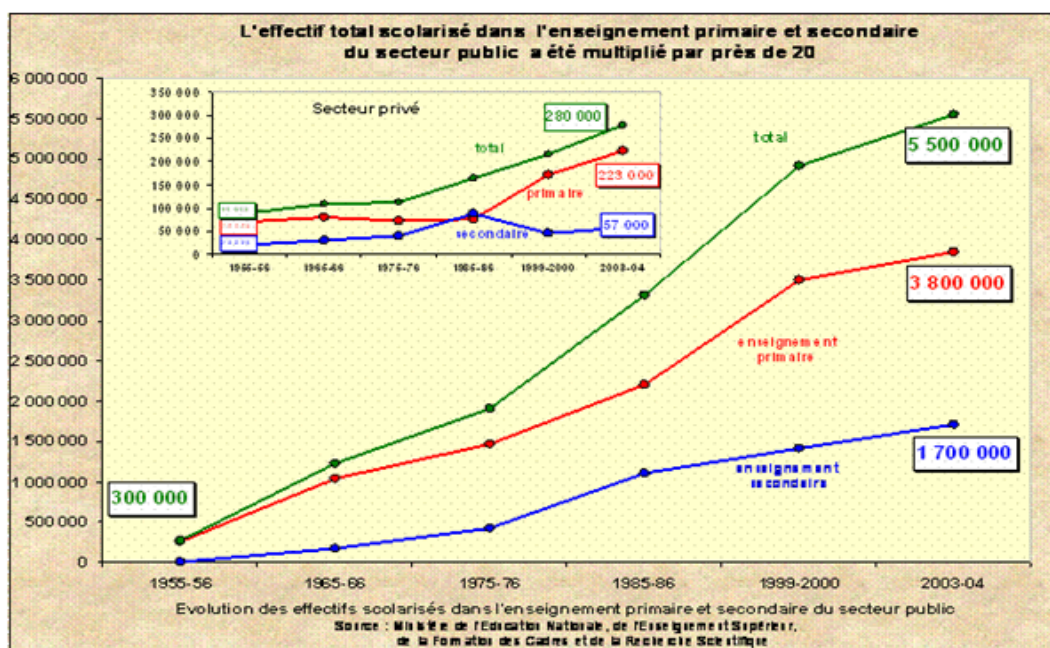
---

<sup>31</sup> Ver Figura 1.

documento. Uma avaliação a médio-prazo das consequências programáticas da Carta viria a ser realizada em 2005.

A avaliação, agora ainda a meio do percurso da aplicação da Carta, coloca, todavia, o dedo na ferida, preconizando novas medidas para fazer face ao objectivo da generalização da escolarização de ambos os sexos, incluindo o factor da obrigatoriedade de participação escola.

**Figura 2 - O efectivo total escolarizado no ensino primário e secundário do sector público (em quadro menor o sector privado correspondente)**



Fonte: Ministério da Educação Nacional, do Ensino Superior, da Formação de Quadros de Investigação Científica de Marrocos (“*Une Illustration Graphique de 50 ans de Développement, perspectives 2025*”)

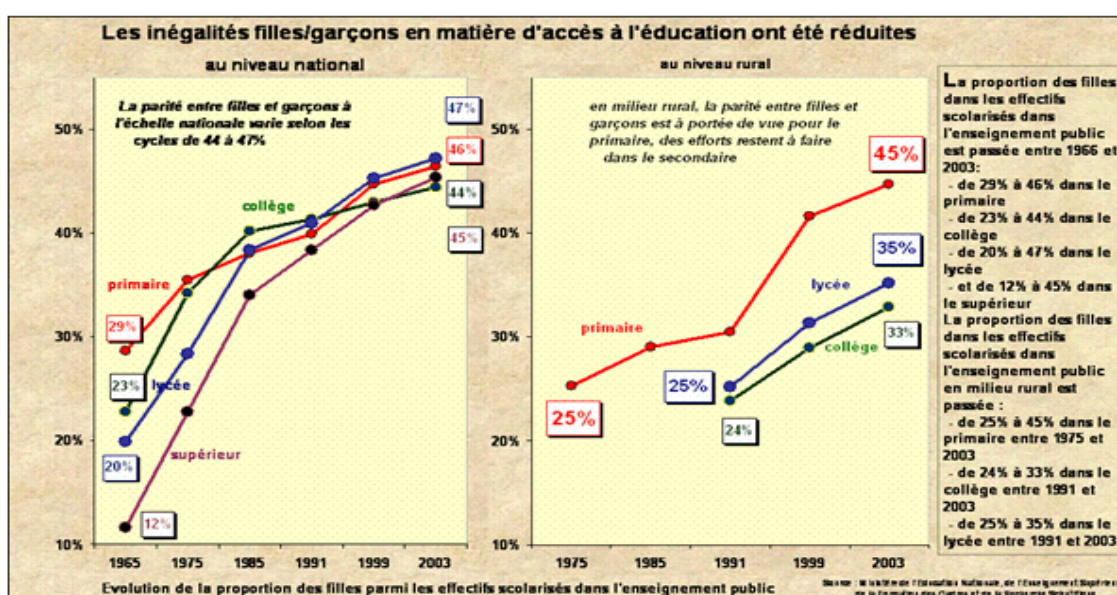
Quanto ao ensino primário e de acordo com o departamento de educação nacional, também citado no texto (ODM avaliação em Marrocos para 2005), o efectivo de alunos com idades entre os 6 e os 11 anos, escolarizados, no ensino primário, atingia cerca de 3 800 000 indivíduos em 2003-04.<sup>32</sup> Relativamente ao efectivo total de alunos desta tranche de idade, segundo o recenseamento geral da população e da habitação de 2004,

<sup>32</sup> Ver Figura 2.

a taxa líquida de escolarização evoluiu para 87% em 2003-04, contra 60,2% dez anos antes.

Esta evolução traduz o trabalho de escolarização levado a cabo durante uma década, nomeadamente em proveito das raparigas. Com efeito, em meio urbano, a taxa de escolarização destas praticamente ultrapassou a dos rapazes (89,9%). Da mesma forma, em meio rural, a diferença de escolarização entre os dois sexos foi atenuada, com os dados percentuais de raparigas a serem multiplicados por 2,6 durante o período intercensal, contra um aumento de 59% para os rapazes.

**Figura 3 - Desigualdades raparigas/rapazes em matéria de acesso à educação foram reduzidas**



Fonte: Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior, Formação de Quadros para Investigação Científica de Marrocos (Une Illustration Graphique de 50 ans de Development, perspectives 2025")

Estes resultados devem-se a um conjunto de medidas: construção de cantinas escolares, apoio da sociedade civil e da cooperação internacional, reforço do equipamento escolar e a criação de propinas gratuitas, aumento do transporte escolar, a inclusão dos deficientes ligeiros nas classes normais, etc. Apesar disso, os desperdícios escolares continuam ainda a ser elevados, situando-se entre os 5 e 6% dos efectivos inscritos.

A tónica, segundo os responsáveis governamentais e os relatores do documento sobre os ODM para Marrocos, na sua avaliação de 2005, deveria ser colocada, actualmente, em

particular, sobre a retenção escolar e os aspectos das qualidades qualitativa e pedagógica do ensino.

Quanto às despesas no sistema educativo, e segundo dados do ministério da Educação Nacional (MEN) de Marrocos, incluídos no relatório “*Une Illustration Graphique de 50 ans de Développement, perspectives 2025*”, depois de terem variado entre 5% e 6,5 por cento do PIB entre 1975 e 1982, as despesas públicas com a educação baixaram durante o primeiro do ajustamento estrutural abaixo dos cinco por cento do PIB, em 1988, para voltarem a oscilar entre os cinco e os seis por cento em 2002.

Já os indicadores do PNUD sobre o mundo árabe (relatório de 2005), referentes ao ano de 1990, apontam para as despesas com educação como sendo cerca de 5,3 por cento do PIB e 26,1 por cento do total do OE (34,8 por cento das despesas públicas foram com o ensino pré-primário e primário, 48,9 por cento com o secundário e 16 por cento com todos os níveis do ensino superior).

Relativamente aos mesmos itens, entre 2000-2002, a despesa total face ao PIB, segundo o PNUD, era de 6,5 por cento (6,4 entre 2002/03). A educação representava 28 por cento do OE. Relativamente ao ensino pré-primário era 28,6 por cento e para primário de 39,8 por cento, enquanto para o secundário de 43,5 por cento. Todos os níveis do superior ficaram com 16,3 por cento do OE (PNUD mundo árabe: 2005)

Observe-se, por outro lado, que os gastos com a saúde em Marrocos não ultrapassaram os 4,1 por cento em 2003, enquanto as despesas militares obtiveram cerca de 4,2 por cento do PIB na data em análise.<sup>33</sup>

Segundo dados da Global Security, os investimentos públicos militares e com a segurança, dotados no OE de Marrocos para 2005 estimavam-se em 2,3 mil milhões de dólares, colocando este país entre os primeiro 40 países que, nesse ano, mais investiram em defesa e segurança.<sup>34</sup> Por seu turno, os créditos de funcionamento dotados para o ensino primário e secundário atingiram cerca de 23 mil milhões de dirham (Dh), isto é,

---

<sup>33</sup> Ver anexos QUADRO 9.

<sup>34</sup> [www.globalsecurity.org/military/world/spending.htm](http://www.globalsecurity.org/military/world/spending.htm)

2,7 mil milhões de dólares, em 2004, enquanto a dotação para o ensino superior atingia, na mesma altura, cerca de 4 mil milhões de Dr (470,7 milhões de dólares).

A carga com os salários e as despesas não compressíveis continuam a representar a maior parte da fatia dos dinheiros públicos para a educação em detrimento das despesas ligadas à compra e à manutenção do material pedagógico. O mesmo se passa quanto aos investimentos dotados para a formação. No caso do ensino superior universitário, em 1977, os créditos de funcionamento representavam apenas pouco mais de metade (57%) dos créditos globais, ultrapassando hoje cerca de 90% dos mesmos.

Assim sendo, do bolo total, incluindo todos os ciclos, pouco sobra para a aquisição de livros e outros instrumentos de ensino. A maior parte das escolas em meio rural – ensino pré-primário e primário - encontram-se degradadas, não dispendo de recursos de aprendizagem vitais, tais como: livros e papel e muitas nem sequer possuem água ou sistemas sanitários, ou mesmo electricidade.

Entre os problemas mais complexos de solucionar no sistema educativo, Fatema Mernissi aponta, todavia, como o maior obstáculo a transpor no seu país, acabar com a existência de diferenças de métodos de ensino. As crianças de classes sociais com mais rendimentos aprendem nas escolas privadas, ocidentalizadas, enquanto muitos milhões de crianças pobres iniciam a sua vida escolar nas instituições corânicas, lideradas pelas autoridades religiosas. (Mernissi 2002:80)

Enquanto as crianças ricas entram, desde o início, no ensino pré-escolar onde lhes é ministrado o conhecimento tradicional e moderno, os mais pobres são excluídos à partida desta última formação, especialmente no que toca à matemática e aos jogos educativos modernos.<sup>35</sup>

“É verdade que muitos faqihs e faqihah (professores do ensino corânico) conscientes da necessidade de alterar os seus métodos e o conteúdo dos curricula, solicitam aos jovens para que comprem alguns manuais de matemática e jogos actualizados”. Mas a maioria não está equipada com esses instrumentos. (Mernissi 2002: 80).

Do seu ponto de vista, o facto das crianças mais desfavorecidas passarem os seus sete primeiros anos de vida (escolaridade obrigatória em Marrocos), em escolas corânicas, torna-as incapazes de ultrapassar profundas dificuldades no futuro, especialmente,

---

<sup>35</sup> Ver anexos QUADRO 10.

devido à falta dos conteúdos das ciências modernas e das línguas estrangeiras, aos quais, que por seu turno, é dada prioridade no ensino pré-escolar ocidentalizado.

A diferença de universo cultural das crianças muçulmanas, designadamente em Marrocos – o que resto poderá generalizar-se ao resto dos outros países desenvolvidos e em desenvolvimento - é dependente do contexto sócio-económico dos pais das crianças. No caso particular do mundo árabe e em especial em Marrocos, diz Mernissi, que ele se torna, provavelmente, como um dos factores responsáveis pela xenofobia e rejeição, que mais tarde, já adultas, estas crianças sentem relativamente ao Ocidente. As oportunidades de encontrar emprego estão fortemente associadas e dependentes ao domínio do conhecimento moderno.

Neste cenário, as escolas corânicas são provavelmente as mais fáceis de ser mantidas, porque o equipamento escolar existente, e tal como há muitos séculos, está reduzido ao mínimo, e a um único professor, que lecciona crianças de todas as idades, na mesma sala de aulas. As crianças são lideradas e supervisionadas por um único e o mesmo indivíduo, o dia inteiro, excepto por raros momentos, quando ele/ela tem de se ausentar. Quando não está presente, o professor é substituído por um aluno mais velho, que toma o seu lugar.

Talvez por isso, como afirma Mernissi, este é um dos motivos pelos quais o sistema se mantém e ainda representa a única oportunidade para milhões de pais, possuidores de rendimentos baixos, de assegurar às suas crianças o ensino pré-escolar.

Este universo tornou-se ainda mais complexo, dada a grande diferença das escolas corânicas actuais em Marrocos, da década de 40 em relação às actuais (século XXI). Presentemente, existe aí uma total separação dos alunos segundo a sua pertença social, enquanto nos anos 40, a divisão fazia-se em função da vizinhança: pobres e ricos do mesmo bairro frequentavam a mesma escola.

Além disso, as crianças mais abastadas frequentam as escolas inglesas ou francesas (maternelles) particulares, onde aprendem a ler e a escrever lendo contos de fadas ocidentais em línguas estrangeiras, votando apenas algumas horas do dia à língua árabe e à educação religiosa. Já, a generalidade dos mais pobres continua a iniciar a sua alfabetização na escola corânica, porque estes são os únicos centros de dia à sua disposição.

Em Marrocos, sustenta Mernissi (Mernissi 2002: 80) o número destes estabelecimentos acessíveis aos de menor rendimento, as escolas corânicas, financiados pelo Estado, é mesmo assim mínimo comparado com a procura escolar, num país onde a taxa de natalidade é uma das altas do mundo (cerca de três por cento de crescimento/ano da população).

Todavia, colocar uma criança numa escola moderna e privada em Marrocos custa pelo menos 100 dólares por mês, não incluindo alimentação, e obrigando os progenitores a custear ou a tomar conta da(s) criança(s), durante o intervalo para o almoço, durante cerca de duas horas. Imagine-se, interroga a investigadora, o que custaria a uma família de rendimento médio, que normalmente possui mais de um filho, num país onde o salário mínimo legal é inferior a 150 dólares por mês. Uma escola corânica no bairro custará uns meros três dólares, e as empregadas domésticas, operárias e artesãs deixam as suas crianças naquelas instituições desde que saem de casa até largarem o trabalho (Mernissi 2002:80-81).

É interessante notar, diz a socióloga marroquina, que a maioria dos petro-dólares do mundo árabo-muçulmano investidos na manutenção da *asala* (autenticidade) são, porém, condicionados pela propaganda do conhecimento tradicional. O dinheiro gasto, por exemplo, na promoção da vida cultural dos emigrantes muçulmanos na Europa não só financia a criação das escolas corânicas no seio dessas comunidades locais, mas também nos seus países de origem.

Além da generalização da escolarização, da erradicação do analfabetismo e do desenvolvimento a todos os seus níveis, um ensino de qualidade, e uma melhor adequação da formação - emprego, a valorização da diversidade cultural do país e a sua integração na economia do conhecimento, do saber e das novas tecnologias, foram outras das prioridades do governo e monarquia marroquinas. Aziz Chaker, sócio-economista, jurista marroquino, e professor na faculdade de Direito de Fés, admite que, no seu todo, os efectivos dos três ciclos de ensino primário, colegial e secundário conheceram um aumento de cerca de 40% na década de 1993-2003 (Chaker 2004:1) As raparigas, frisa, foram as principais beneficiárias na medida em que o crescimento dos seus efectivos foi de 59 por cento neste período contra 27 por cento dos rapazes. No primário, o progresso da taxa líquida de escolarização concentrou-se, no meio rural no seu conjunto (83% em 2003 contra 31% em 1991).

No entanto, o exame dos indicadores relativos ao ciclo colegial demonstra que, apesar dos avanços reais, os factores de desperdício se mantiveram significativos, sustenta Chaker, segundo qual, “os diferentes obstáculos à entrada no primário (factores sócio-culturais, institucionais e geográficos) são apesar de tudo, muito mais relevantes quando se analisa os obstáculos no acesso ao segundo ciclo”.

No fundamental, são os problemas financeiros e o acesso aos estabelecimentos de ensino – como aliás chamara a atenção Mernissi -, mas por outro lado, a atitude sócio-cultural dos pais, que interagem e determinam a decisão das famílias de enviar ou não os filhos à escola.

As despesas escolares e a distância relativamente à escola são os factores que mais determinarão, segundo Chaker, aqueles que os educadores consideram como os mais relevantes na tomada de decisão de enviar os seus educandos à escola. As despesas terão constituído cerca de 58% dos verdadeiros obstáculos à escolarização do segundo ciclo, enquanto 56% dos inquiridos terão referido a distância (Chaker 2004:215).

De facto, cerca de um terço dos pais inquiridos, em inquéritos cruzados conduzidos por vários ministérios marroquinos, analisados pelo investigador, consideram também a inacessibilidade geográfica (34,32 por cento) e a inexistência de cantina (34,6 por cento) como factores importantes, e até determinantes para a não escolarização de alguns dos seus filhos.

A necessidade de mão-de-obra infantil e a inadequação da formação relativamente ao mercado de trabalho, registam também taxas muito próximas, mas mais fracas para explicar a não escolarização dos jovens marroquinos (respectivamente de 9,02 e 8%.)

Quanto à questão do matrimónio das raparigas, a prioridade para a não ida, ou para a desistência da escola, uniu 45 por cento dos pais na sua decisão. É neste momento, que se terá de ter em conta, um problema complexo, profundamente enraizado nos valores e nos costumes, mas que não terá a haver necessariamente com o peso da religião. Facto é que a idade do casamento em Marrocos é uma decisão que não se prende totalmente com o factor religioso, isto é, devido a constrangimentos impostos pelo Islão. A verdade é que em diferentes regiões do mundo não islâmico, o casamento acontece numa fase precoce da vida dos jovens -, podendo, contudo, realizar-se com um certo atraso depois da descolarização. Sem margem para dúvida, são os resultados sobre o bem-estar, quando a rapariga ou o rapaz em causa deixaram o sistema, num momento em que ela

ou ele ainda não adquiriram um conjunto de conhecimentos mínimos, que os ajudariam a assumir, em melhores condições, a vida como pais/mães de família e trabalhadores.

No entanto, o que se verifica, é que a idade das raparigas que casam, pela primeira vez, em Marrocos subiu, em média, para 25 anos em meio rural e para 28 anos, em meio urbano. Esta evolução parece demonstrar uma discrepância bastante acentuada entre a idade da descolarização e a idade média do casamento, pelo menos, de 10 anos.

Durante esta longa fase de espera, as jovens em causa, as que deixam o sistema, terão perdido, uma oportunidade para acederem a qualquer formação ou qualificação, isto é, tanto para o seu bem-estar e como para o das suas famílias, como na performance da sua vida profissional. Geralmente, elas engrossarão largas faixas de população activa de idade jovem, de fraco nível de instrução e, por consequência, muito pouco produtivas.

O analfabetismo, anterior e longamente referido, é assim a consequência evidente da não escolarização ou da descolarização precoce de milhões de homens e de mulheres que não têm oportunidades de ter um lugar na escola. Nove em 10 mulheres rurais são analfabetas, contra menos de 45% por cento de mulheres em meio urbano, o que demonstra uma completa falência do sistema. (Chaker 2004: 225)

“A educação, enquanto recurso, não traz, contudo, na prática, as mesmas vantagens aos homens e às mulheres. Se estas últimas não têm acesso à escolarização facilmente, elas não podem beneficiar de todas as oportunidades do sistema: redes técnicas e científicas, grandes escolas, ciclos de formação contínua e complementar especializada para os grandes professores, empregos de responsabilidade à escala local para o pessoal administrativo feminino, etc.” (Chaker 2004:218-219) Num sistema social patriarcal, os homens conseguem, todavia, defender-se melhor, já que mesmo o emprego menos qualificado está, em princípio, e em primeiro lugar, aberto ao sexo masculino, visto que o modelo social marroquino, apesar da evolução já sentida, coloca o homem como a autoridade em termos de subsistência da família.

As mulheres, por outro lado, encontram uma outra enorme desvantagem neste contexto, porque não participam globalmente no controlo da política educativa, uma vez que elas estão menos envolvidas na produção do discurso educativo, na gestão do sistema e só e raramente ocupam cargos de decisão.

O conteúdo dos programas e do livro escolar em particular, agrava igual e profundamente a reprodução de estereótipos das relações sociais de sexo. Eles reflectem

e reforçam mesmo as relações de desigualdade entre homens e mulheres, tais como elas são praticadas na realidade do dia a dia (Chaker 2004:221). Um dos efeitos perversos da política desenvolvimentista e tecnicista dos poderes públicos, em matéria de educação actual – à primeira vista modernizador e libertador da mulher -, mantém, paradoxalmente, pelo seu conteúdo, o vector da ideologia da discriminação entre os sexos. No entanto, as diferentes disposições da Carta Nacional de Educação e Formação, nomeadamente as que tratam da descentralização e da participação das populações aí envolvidas, poderiam, se fossem seguidas efectivamente, constituir um dos recursos de uma política educativa fundada na igualdade e na qualidade.

Ao chamar a atenção para os graves obstáculos ao acesso à escola, Chaker fala também das condições geo-climáticas (enclaves, inacessibilidades, condições climáticas rudes, particularmente no Inverno em certas regiões) que afastam do sistema, nomeadamente, indivíduos residentes num habitat disperso. Contudo, o investigador reitera, que do seu ponto de vista, o primeiro factor constrangedor, designadamente em meio rural, está ligado ao sub-equipamento em infra-estruturas que o caracterizam (a ausência de boas estradas, pontes, electricidade, água, etc), afirma o investigador.. A solução, argumenta Chaker, parte da competência de diversos departamentos ministeriais. E isto é demonstrado, adianta, citando um estudo realizado com o apoio do Banco Mundial, pelo ministério das Obras Públicas de Marrocos, em 1996, para as províncias de Larache, Settat, El Haouz e Chefchaouen, que revelou que o efeito das estradas sobre o desenvolvimento escolar foi não apenas positivo no plano quantitativo (crescimento do número de alunos), mas também no plano qualitativo (redução das faltas dos professores e dos alunos) (Chaker 2004: 217).

De acordo com os dados obtidos constatou-se uma correlação positiva entre a construção de estradas nas zonas rurais e o progresso da taxa de escolarização, ainda que este último factor não possa ser considerado individualmente. Para o conjunto das quatro províncias em análise, a taxa de escolarização das crianças entre os sete e os 15 passou de 44 para 80 por cento entre 1985 e 1995 para os rapazes, e de 15 para 52 por cento para as raparigas (no mesmo período em questão). (Chaker 2004: 217)

Como parece ser consensual entre os membros da ONU, e de acordo com os documentos públicos de Marrocos, e de acordo com a Constituição do país, e diversos

textos onusianos<sup>36</sup>, aceites pelo governo marroquino, o princípio da igualdade pressupõe que as mesmas oportunidades devem ser oferecidas às raparigas e aos rapazes. Todavia, no sistema e sociedade marroquinos, existe, argumenta Chaker, todo um trabalho de socialização e de integração psicológica nas raparigas que lhes incute o sentimento de que elas ainda não são capazes de fazer o mesmo que os rapazes. Estes clichés ligados à distinção de sexo têm uma incidência real sobre as escolhas das jovens para seguirem ou não disciplinas científicas (ciências exactas) ou técnicas, e sobre as aptidões expressas nestas matérias. O maior preconceito constatado é, diz Chaker, considerar que as matemáticas são do domínio dos homens. (Lembre-se, a propósito os comentários altamente contestados, proferidos por um presidente da Universidade norte-americana de Harvard, sobre as habilidades intelectuais dos homens e das mulheres).

Fátima Casewit, adverte também para os desafios educativos que actualmente se colocam em Marrocos - quer em meio rural que em meio urbano - , que se prendem, sobretudo, com a inexistência de uma prática de um ensino de qualidade tanto para rapazes como para raparigas. Embora nos últimos anos, o sistema educativo marroquino se tenha estendido rapidamente, afirma a investigadora, confirmando os dados dos relatórios do PNUD (PNUD para o mundo árabe: 2005) e as estatísticas do próprio governo de Marrocos.

Em grande parte, diz Casewit, este foi um esforço do Ministério da Educação Nacional (MNE) marroquino, designadamente no que concerne a escolaridade primária. Mas, inscrever as crianças na escola é apenas a primeira batalha. A segunda é mantê-las no sistema. A realidade marroquina revela, contudo, que sobretudo em meio rural, apesar de se aderirem à escola, poucos meses depois de iniciado o ciclo escolar, elas acabam por abandoná-lo. Objectivamente, os constrangimentos que enfrenta o sistema educativo são enormes, tendo em conta, por exemplo, que o orçamento do MEN não aumentou ao mesmo ritmo que o número de inscrições.

Analisando este e outros tabus, designadamente as aptidões e mesmo o legado de oportunidades entre homens e mulheres, o politólogo marroquino Mohammed Mouaqit, professor na faculdade de ciências jurídicas, económicas e sociais da universidade Hassan II, Ain Chock, em Casablanca, defende que, sendo a escola, em princípio, o espaço por excelência onde se operam as igualdades sexuais das aptidões para a

---

<sup>36</sup> Ver anexos QUADRO 7.

aquisição de papéis sociais, em Marrocos, ela continua a servir como o principal instrumento de continuidade da ideologia patriarcal (Mouaqit 2004: 97-98).

Da mesma forma, a universidade moderna substitui-se, no ensino do estatuto pessoal, às instituições de transmissão da *fiq* (lei), antigas (como a *Qarawiyyine*) ou novas (como *Dâr Al-Hâdit Al-Hassania*).

A atenção dos professores e dos observadores marroquinos tem estado condicionado, desde há longas décadas, ao estatuto de inferioridade ao qual estão confinadas as mulheres nos programas escolares, através dos manuais de ensino, argumenta, por seu turno, Amina Lemrini, inspectora do ensino secundário, em Salé, e uma das principais activistas da ADFM (*Association Démocratique des Femmes du Maroc*).

O sexismo no ensino, diz ela, reconhece não ser caso particular do seu país, poderia ser considerado anódino e de pouco peso, tendo em conta a necessidade de conceder uma formação de base visando a aprendizagem das ciências e da linguagem. A sua argumentação, apoiada em estudos especializados e em observações da vida quotidiana, tem como objectivo evidenciar que, pelo contrário, esta discriminação marca as atitudes sociais dos alunos, mesmo após a fase de escolarização, na sua vida adulta, permitindo a reprodução e comportamentos e relações sociais, durante gerações, o que conduz à desvalorização das mulheres.

Num texto, elaborado com a participação da Fundação alemã *Friedrich Ebert*<sup>37</sup>, Lemrini focalizou o seu trabalho em duas fontes: a análise da imagem da mulher tal como apresentada num manual de língua árabe; num inquérito realizado com 72 alunos do sexto ano do ensino secundário.

“Independentemente dos progressos recentes das técnicas pedagógicas, os manuais escolares continuam a ser o principal suporte da aprendizagem na escola. Em Marrocos, existem (1994) 44 manuais para o primeiro ciclo do ensino fundamental, incluindo todas as disciplinas. Actualmente (1994) o ensino da língua árabe apoia-se na colecção *Qira'ti*, em vigor desde o início dos anos 80 (...) dele realça-se que as mulheres, as raparigas como adultas, apenas representam 18 por cento dos temas estudados. E que a maior parte das estão contidas em ilustrações (19% do total das ilustrações).” Quanto aos exemplos dos temas aí respeitantes, sobre os seres humanos analisados nos temas de reflexão, Lemrini diz que apenas um interessa às mulheres. Em 95 textos, apenas 20

---

<sup>37</sup> “Femmes et education, blocages et impacts”, 1994.

(cerca de 20 por cento) concede papéis principais às crianças de ambos os sexos. Ainda assim, as raparigas apenas constituem 15 por cento (três contra 17 rapazes) deste conjunto. E apenas um único texto narra a história de uma menina, enquanto 85 por cento tem como heróis os rapazes, a maioria no papel de narradores. A comparação demonstra claramente, sustenta Lemrini, a sub-representação da mulher, tanto em número como na relevância do seu papel, numa sociedade na qual as mulheres são a metade da população.

Por outro lado, e quando representadas, as mulheres aparecem inseridas no seu estatuto de filha, de mãe ou de esposa, e mesmo nas histórias de animais, as fêmeas são sempre personagens que cuidam das suas crias. “Os homens, pelo contrário, são homens, crianças, adolescentes, esposos, e também têm estatutos diversos, de acordo com uma profissão, além de que são identificados pelos seus nomes próprios. Quando uma menina é apresentada como cozinheira, “ela aparece apenas como a pequena cozinheira (...)”.

Lemrini acentua também a discriminação feita nos manuais escolares, na década de 90, quanto ao nível de conhecimentos possuídos e enfatizados para ambos os sexos. Invariavelmente, os rapazes aparecem como sendo alfabetizados, possuindo pelo menos o nível mínimo de instrução. Quanto às mulheres a constatação é inversa, apenas as meninas que frequentam a escola são mencionadas como literadas, mas grande parte, e sem equívocos, do sexo feminino é descrito como tratando-se de pessoas ignorantes.

A mulher é descrita como um ser doce, dócil - enquanto o homem é inteligente e viril, colocando-se acima das pressões sociais que destroem as mulheres. Mas não raros são os textos, os poucos que tratam das mulheres, em que o sexo feminino não seja tido como um todo, tendo por tema e preocupações centrais ‘as qualidades do coração’.

A mulher é ‘a dona da casa’ produtora de imensas tarefas domésticas, incluindo cuidar dos filhos, da alimentação, da saúde, da higiene, mas o homem, nos manuais escolares, é descrito como aquele que detém ‘o poder’, a autoridade material e moral.

A imagem da mulher em casa é reforçada por outros signos, designadamente o vestuário, com o sexo feminino vestindo os fatos tradicionais, longos e a cabeça coberta (excepcionalmente as enfermeiras são apresentadas nos seus uniformes). Os homens, pelo contrário, só se movimentam nos seus trajes tradicionais nos dias de festa, ou durante a velhice.

No entanto, os manuais escolares não são, do ponto de vista de Lemrini, o único instrumento escolar susceptível de imprimir no espírito dos alunos os valores em curso. “O conjunto dos programas e o discurso do ensino através de todas as disciplinas, particularmente da história e da geografia desde a escola primária, e mais tarde da filosofia, apresentam neste sentido um enquadramento uniforme e coerente.”

Os estudos de M. El Ayyadi, citados pela investigadora, nos quais foi analisado o discurso religioso, através dos manuais de instrução islâmica de literatura e filosofia, testemunham esta convergência ideológica dos suportes pedagógicos.

El Ayyadi constata que “a família, segundo estes manuais, suporta-se sobre um certo número de virtudes ... que fazem da família muçulmana uma instituição social na qual a harmonia é a regra entre o casal. Esta harmonia baseia-se na distribuição de tarefas e na complementaridade de papéis do homem e da mulher. Esta última, enquanto esposa e mãe, representa o afecto, devendo obedecer ao marido que, em contrapartida deve ser bom e cuidadoso com ela. Compete à mulher cuidar do lar, e das crianças. O homem, por seu turno, detém a autoridade, assegurando a subsistência e a segurança da família.”<sup>38</sup>

À propagação da mensagem de socialização sexista exercida pela escola, religiosa/privada e pública junta-se, diz Lemrini, outras instituições como a família, os média, o direito, a tradição cultural, etc.

Mesmo assim, para os jovens alfabetizados, os valores e as práticas de conjunto destas instituições, pilares da sociedade, são mais fortemente assimiladas através do discurso escolar, aquele que lhes está mais acessível entre os instrumentos desta “violência simbólica” como é definida por Pierre Bourdieu.

Lemrini, na sua investigação, e como acima referenciado, conduziu um outro estudo, baseado num inquérito feito, entre 1990-1991, a 72 alunos, de duas classes do sexto ano do ensino fundamental de base de uma escola pública de Salé, aos quais colocou a seguinte questão: “O papel da mulher mantém-se há muito limitado às ocupações domésticas. Actualmente, ela trabalha fora de casa. Segundo a vossa opinião qual dos papéis é-lhe mais conveniente?”

Com idades médias entre os 12 e os 13 anos, os interrogados demonstraram três tipos opiniões (70% eram rapazes e 30% por cento raparigas): o primeiro grupo – 55% das

---

<sup>38</sup> Este discurso está analisado e comentado por F. Bennani, sobre a repartição das tarefas entre os casais através do direito marroquino e da fiqh muçulmana, numa tese do 3º ciclo, Faculdade de Ciências Jurídicas Económicas e Políticas, Rabat, 1991, em árabe.

crianças (maioria rapazes, 73%) consideram que o lugar da mulher deve ser reservado ao lar e que ela não deve criticar este estatuto; só assim poderia ser considerada uma mulher perfeita, uma “verdadeira mulher”; o segundo grupo – 33% do total dos inquiridos continuava a insistir sobre o papel da mulher em casa, em primeiro plano, concedendo-lhe, porém, espaço para o trabalho; o último e terceiro grupo, apenas 12% (do qual a maioria, 63% eram raparigas) insistiram sobre a igualdade do homem e da mulher e no facto de que a capacidade desta última era idêntica à do primeiro. As jovens argumentaram com base da prática que viviam, isto é, na observação da diversidade de funções que na realidade são asseguradas pelas mulheres – médicas, engenheiras, advogadas, professoras, e no sucesso em todos os domínios científicos, da agricultura (onde elas estão em competição, ainda em que em inferioridade numérica com os homens). Segundo as jovens inquiridas no terceiro grupo, as mulheres confirmavam positivamente o seu papel no desenvolvimento da sociedade e no progresso do mundo e dos povos e no desenvolvimento económico, sobretudo, sobretudo no sector fabril.

Lemrini constatou que o último grupo era pouco relevante em termos percentuais relativamente aos dois primeiros, mas que, no entanto, a força da família poderia ter um papel importante na sua formação, e até opor-se ao discurso veiculado pela escola, nomeadamente, se a família em questão tivesse evoluído mais rapidamente do que os manuais escolares, e pudesse envolver-se ainda mais profundamente no crescimento afectivo e intelectual dos seus educandos/filhos.

Por outro lado, insistia a investigadora, a persistência de certos valores que começavam a estar desadequados da realidade poderia conduzir a uma alteração da forma de pensar dos jovens, sobretudo daqueles que detinham uma capacidade de maior crítica e de auto-crítica.

Uma década mais tarde, o pensamento de Lemrini parece ter resultado nalgumas conclusões “positivas”. Em 2003, a pedagoga desenvolveu um estudo, intitulado “Educação e Formação”, com o patrocínio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da UNICEF e da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para o Sudoeste Asiático (ESCWA), para a direcção de estatística do ministério marroquino do Equipamento, revelando alguns progressos face às suas pesquisas realizadas na década anterior.

Segundo Lemrini, os dados quantitativos de 2003, sobre a participação das raparigas e dos rapazes na educação assinalavam avanços no sentido da igualdade. “É confirmada esta tendência (mais igualdade de género) pelo relatório do PNUD para o desenvolvimento humano de 2002, o qual anuncia que Marrocos está no ‘bom caminho’ em matéria de redução das disparidades homens – mulheres no domínio da educação”. (Lemrini 2003). A investigadora enfatiza em 2003 o papel dos poderes públicos nesta transformação, nomeadamente nos anos anteriores, afirmando que “eles são inegáveis, (bem como) a contribuição fundamental das ONG (...).”

Lemrini frisa, contudo, em 2003, que as desigualdades persistem, e que o tratamento ‘clássico’ desta questão se manteve. Com apoio de estatísticas, e explicado, normalmente de forma global, a fraca proporção das mulheres alfabetizadas em relação aos homens, e a sub-escolarização das raparigas face à dos rapazes, sobretudo em meio rural, mantém-se. “Tal abordagem parece atingir os seus limites pelo facto das dificuldades que esta análise encontra em diagnosticar claramente as disparidades, de forma a agir conseqüentemente de forma eficiente e eficaz” (Lemrini 2003).

Segundo a autora, o objectivo essencial seria, por um lado, propor elementos para construir uma grelha analítica, que enquadrasse, no plano metodológico, o tratamento da relação homens – mulheres face à educação; por outro, utilizar esta grelha, na medida do possível, para analisar a situação da educação, pondo em evidência o abismo entre os homens e as mulheres no domínio da educação, enfatizando as causas, os mecanismos e os impactos existentes; e, finalmente, elaborar recomendações para uma maior tomada de consciência e maior acção da perspectiva género na educação para que as mulheres e os homens, ambos os sexos, possam aceder a uma educação satisfatória e valorizadora.

Numa síntese do *Inquérito Nacional Sobre os Valores* (INSV), desenvolvido entre Setembro e Outubro de 2004 (liderado por um comité científico chefiado por Rahma Bourqia e Abellatif Benncherifa e Mohamed Rozy e Mohmamd Abderebbi, (redigido por Hassan Rachik), no quadro dos trabalhos do Relatório 50 anos depois do desenvolvimento humano em Marrocos, perspectivas para 2025”- demonstra-se que se estão a gerar novas alterações, no sentido prescrito por Lemrini. A família seria o refúgio dos valores e das práticas tradicionais (solidariedade, cerimónias, ritos domésticos). Contudo, a propósito de alguns pontos repara-se que se nota um começo de ruptura com a tradição; a não aprovação dos casamentos arrançados pelos pais, o

recuo de uma concepção autoritária das relações entre pais e filhos, a valorização do diálogo, das relações conjugais e da sua autonomia. Sendo certo que a tradição não se faz sentir em todos os locais com a mesma intensidade, as relações conjugais, por exemplo, já não têm forçosamente de se fundar na obediência e na divisão discriminatória dos papéis dos cônjuges. Nalguns contextos sociais as pessoas já não encontram motivos suficientemente fortes para manter alguns valores e práticas tradicionais. Pelo menos, assim o revela a conclusão final do documento do Comité que redigiu o INSV, o primeiro, que no dizer dos seus autores foi realizado “deste género e desta envergadura em Marrocos”. São os próprios quem afirma que o documento “reflecte em si mesmo uma transformação do valor face aos valores” e que “ele vem preencher um vazio imenso”.<sup>39</sup>

Os relatores do INSV advertem, no entanto, para as dificuldades de falar de valores numa sociedade onde os mesmos ideais, as mesmas opiniões devem ser partilhadas pelos seus membros. Este é o caso, por exemplo, de sociedades muito rígidas, fortemente homogéneas no plano social e cultural, ou em regimes despóticos, que impõem uma ideologia política única.

Os resultados assinalados pelo relatório anteriormente mencionado, “*Une Illustration Graphique de 50 ans de Développement, perspectives 2025*” também vão no mesmo sentido. Repare-se, designadamente a evolução da proporção dos adultos celibatários que está a aumentar de forma acentuada, numa sociedade onde predomina ainda uma forte tradição.<sup>40</sup> Ou, ainda a título de exemplo, e muito significativo, é a crescente baixa de natalidade, isto é, a diminuição progressiva a que se assiste do número e crianças por mulher.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> Rachik, H., e tal. Rapport de synthès de l’enquête nationale sur les valeurs 2004, ver anexos QUADROS 11 e 12. .

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Idem.

Figura 4 - A proporção de adultos solteiros entre 1971-2004

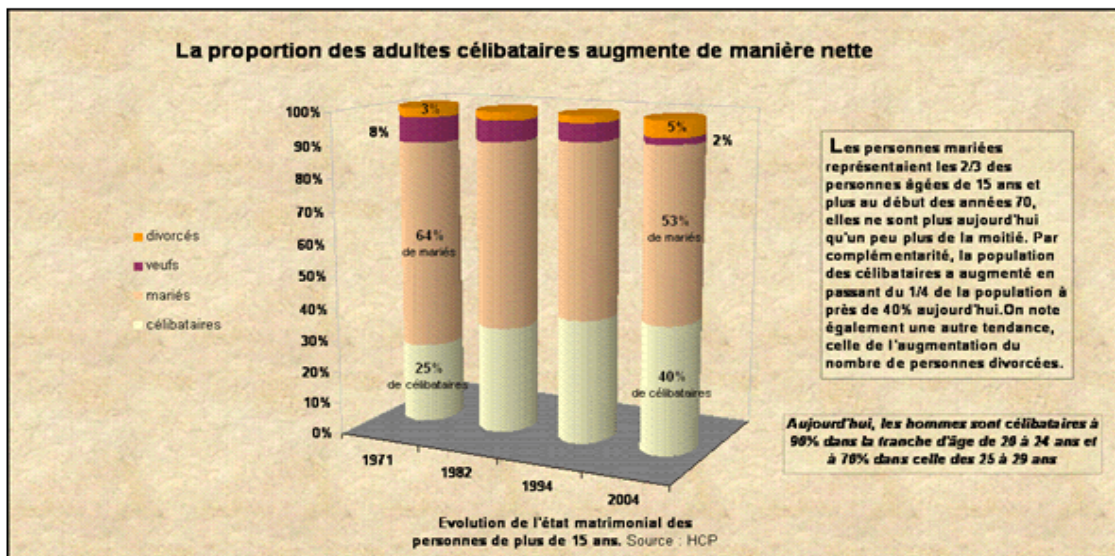
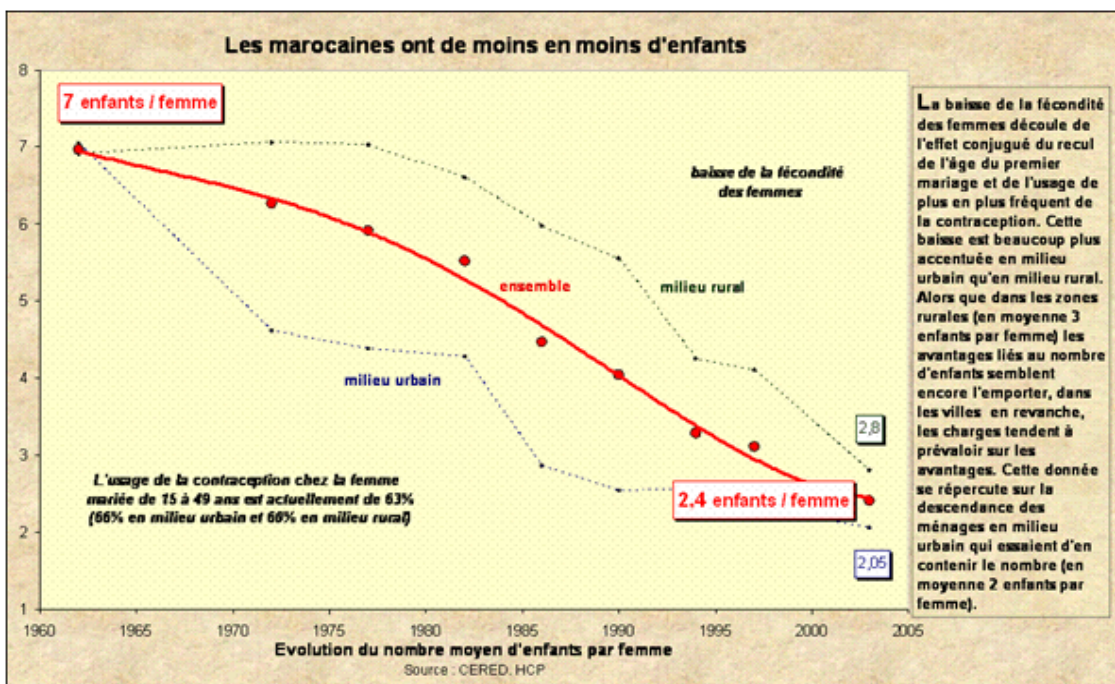


Figura 5 - As marroquinas têm menos filhos



Fonte : Haut commissariat du Plan du Maroc ((Une Illustration Graphique de 50 ans de Développement, perspectives 2025)

## **2.2. A educação das mulheres e o emprego**

Tal como noutros países em desenvolvimento, a sociedade marroquina não tem reconhecido o real impacto da participação social das mulheres e das consequências que esta gera nas actividades económicas e no bem – estar colectivo. E bem como noutros países do chamado Terceiro Mundo, muitas mulheres trabalham sem remuneração para as suas famílias, gerando o sentimento de que as suas contribuições não têm qualquer valor enquanto actividade económica. Trata-se de um preconceito histórico, que não afecta apenas as sociedades árabo - muçulmanas, mas uma grande maioria das mulheres a nível mundial, reflectindo-se na desvalorização das contribuições femininas em diversas áreas de actividade, e na economia em particular.

É consensual, entre a generalidade dos indivíduos, que, por exemplo, o impacto da actividade das mulheres no mundo árabe é muito fraco. A base teórica para a elaboração de estatísticas sobre a participação do esforço de trabalho das mulheres árabes é o sistema de contas nacional, o qual, por seu turno, é definido pelo conceito tradicional da teoria neo-clássica que define a produção humana em termos de bens e serviços trocados no mercado e medidos pelo seu valor monetário.

Por isso, o relatório do PNUD sobre o mundo árabe de 2005, recomenda que este olhar deve ser alterado, em particular, na perspectiva do bem-estar das mulheres, e dos indivíduos em geral, tendo em conta, designadamente a contribuição do sector ‘fantasma’ que inclui toda este trabalho feminino para a economia desses países.

Em primeiro lugar, sugerem os autores do relatório do PNUD para o mundo árabe de 2005, que os critérios para as transacções no mercado e o seu valor monetário implicam definições restritas sobre o bem-estar e a riqueza, conceitos que a literatura sobre o desenvolvimento – ver Amartya Sen, por exemplo-, já há muito vêm pondo em causa e que não se enquadram sequer na noção de desenvolvimento humano.

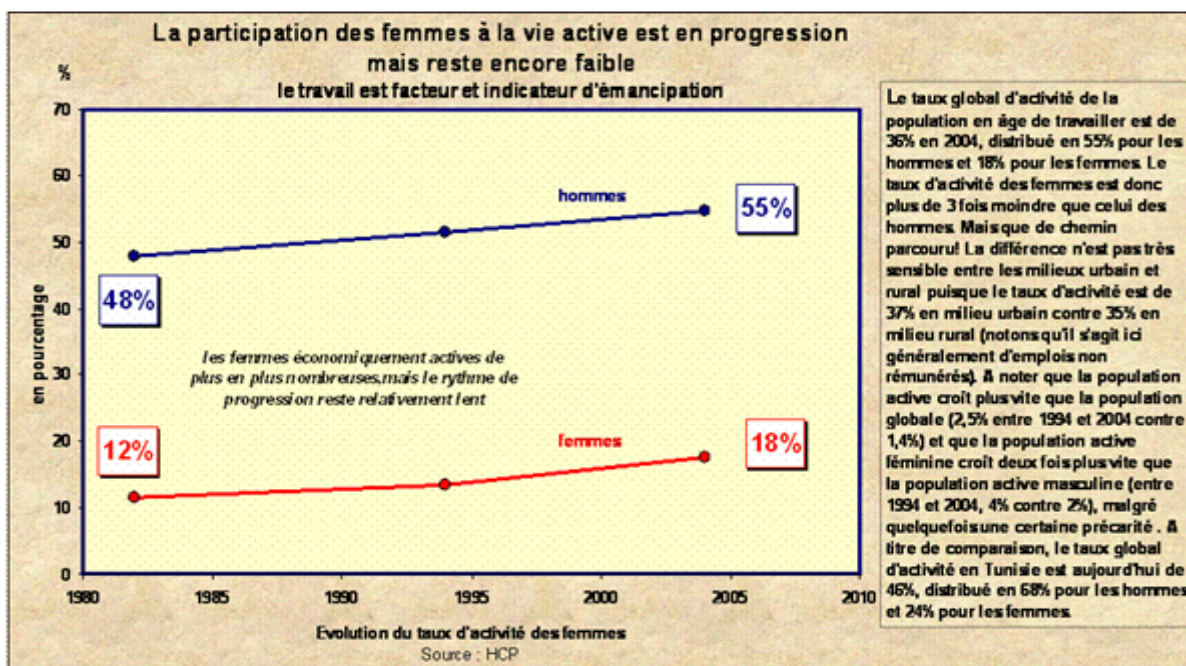
E é por isso que os indicadores existentes subestimam a participação feminina na actividade económica, dado que esta está forçosamente incluída indirecta ou directamente nas contas e nos rendimentos das famílias. Em resumo, métodos tradicionais de medição do emprego das capacidades femininas, especialmente em termos económicos, são portadores de uma grande injustiça no que toca à actual contribuição do sexo feminino, que pode ser medido em termos muito mais elevados, senão em termos financeiros, pelo menos em termos de valores humanos. É que muitas

destas actividades como o transporte de água, de combustível, trabalhos domésticos, etc, não são incluídos nas estatísticas que seguem a tal lógica tradicional dos sistemas de contas e dos instrumentos vulgarmente utilizados para colectar dados sobre a actividade financeira e económica de uma sociedade.

“Em Marrocos, por exemplo, a participação económica feminina nestes termos, entre 1997-1998, alcançou 71,4 por cento no meio rural, 34,6 por cento em meio urbano, e 50,6 por cento a nível nacional. Estes números excederam em muito as estimativas medidas segundo os instrumentos tradicionais (comparar com os dados fornecidos pelo Departamento Francês de Estatísticas francês, sobre Marrocos, para 1998)” (PNUD sobre o mundo árabe: 2005).

Mas, dados do Alto Comissariado do Plano de Marrocos (fig.6) parecem ser menos optimistas.

**Figura 6 - A participação das mulheres marroquinas na vida activa aumenta mas mantém-se franca face aos homens**



Fonte. Haut commissariat du Plan du Maroc (“*Une Illustration Graphique de 50 ans de Développement, perspectives 2025*”)

Tal como o entende a marroquina Rita Al Khayat (Khayat, R. el: 2005), os autores do último relatório do PNUD sobre o mundo árabe acentuam a sua preocupação para

aquilo que designam como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento daquela região, isto é, o profundo abismo que existe entre a participação masculina e feminina na actividade económica e a sua profunda correlação com a ausência ou lento desenvolvimento sustentado da região. Também este é cenário vivido em Marrocos - os entraves ainda existentes sentidos pelas mulheres árabes no espaço doméstico e público, apesar de o país ter ratificado a Convenção Pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

No meio deste cenário, um dos mais profundos tabus e um dos obstáculos essenciais à tomada de consciência do direito à expressão e participação dos indivíduos, continua a ser, todavia, além da ausência do direito das mulheres à educação e ao emprego, ou a liberdade de participação política. Tanto mais que as mulheres constituem cerca de metade da população deste país (30 milhões de habitantes).

A situação só poderá ser alterada quando se verificar um aumento da participação feminina na vida económica em Marrocos, o qual depende da influência de factores estruturais, agindo ao nível da macro-sociedade e dos quais os mais importantes são as relações sociais de género, o papel e a natureza do Estado, as estratégias de desenvolvimento perseguidas e as disparidades entre as classes sociais.

As formas das actividades das mulheres são diversas e estendem-se desde o sector informal ao empresarial formal (privado), cujo aparecimento é recente, tendo pouco mais de duas décadas. O trabalho feminino é precário e a prevalência de estratégias de sobrevivência favorecem a existência de enormes bolsas de pobreza.

Sendo um desafio para o desenvolvimento sustentável do país, Marrocos tem de travar todos os obstáculos que impedem a entrada das mulheres no mundo do trabalho. Trata-se de uma oportunidade e de um desafio, na medida em que a mobilização do potencial humano representado pelas mulheres pode gerar mais riqueza, acelerar o crescimento económico e contribuir para o aumento do nível de vida e de bem-estar dos marroquinos e das marroquinas.

No entanto, ainda se verificam enormes diferenças e discriminações neste domínio, derivados de uma série de factores de carácter político, económico e cultural e religioso. Na sequência desta mundividência, e no plano económico, quase todos os sistemas económicos integraram, à sua maneira, a não reciprocidade. A representação tradicional da mulher permitiu ao modo de produção capitalista mesmo assim extrair uma mais

valia comparativamente superior sobre o trabalho feminino, como sustenta Said Saaid, professor de economia e gestão marroquino, e antigo secretário de Estado da Protecção Social, da Família e da Infância, e dos principais responsáveis pelo plano de integração da mulher no desenvolvimento (em Marrocos). Segundo Saaid, a esta mais valia retirada pelo “sistema capitalista” (salários mais baixos) deve acrescentar-se a não tomada em consideração das tarefas domésticas de reprodução da força do trabalho (Saaid, S.: 2004).

Em Marrocos, segundo o economista, o Plano de Acção Nacional para a integração da mulher no desenvolvimento demonstra a importância dos entraves sócio-culturais que limitam de forma determinante as capacidades das mulheres em participar na vida económica.

É precisamente o contexto cultural, que, segundo o economista, continua a veicular a imagem da mulher ‘improdutiva’ ou a da mulher que tem de ser protegida. Sobretudo as mulheres das zonas rurais, afirma Saaid, são responsáveis por diversas tarefas quotidianas e participam realmente no bem-estar da família mas são consideradas ‘inactivas’ pelas estatísticas (Esta questão é, contudo, claramente colocada pelos relatores dos documentos do PNUD não só para o mundo árabe mas para os referentes ao conjunto de países que integram a ONU, os quais enfatizam sobretudo a falta de instituições e de instrumentos económicos sociais para explicar estes obstáculos vividos pelas mulheres. Os pontos de vista de Saaid e dos relatores do PNUD são convergentes, ao abordarem, genericamente a questão de forma englobante para todas as regiões do mundo, e ao denunciarem o facto de que a não quantificação do trabalho das mulheres, nomeadamente nas tarefas domésticas ou no sector informal, faz delas, verdadeiros ‘fantasmas’ em todos os continentes do planeta).

Mas Saaid demonstra que é a a manutenção dos constrangimentos culturais e, menos as desigualdades sociais, que continua a limitar, frequentemente, o acesso ao espaço público, a certos empregos, e a certas formações. As tradições continuam a autorizar o homem a pressionar a sua mulher ou noiva para que ela cesse de trabalhar no exterior, apesar das últimas modificações nas regras do Código de Família, em 2004.

Quanto ao acesso à propriedade, desmistificando o peso dos preceitos religiosos, das leis e dos regulamentos, Saaid, defende que a discriminação a que são votadas as

mulheres tem, sobretudo, ligação directa com hábitos e costumes incrustados na sociedade rural marroquina.

Chegado aqui este trabalho parece relevante reflectir sobre uma questão fundamental. Será que os entraves ao movimento das mulheres na vida económica são iguais para todas as mulheres na sociedade marroquina? Será que eles estão directamente ligados também às diversas pertenças de classe social? As diferenças de classe social significam um acesso desigual a diferentes recursos – e isto não é apanágio da realidade marroquina -, quer sejam eles materiais (capital, créditos bancários, terras, etc), e não materiais ou intangíveis (direitos, autonomia, tomada de controlo de decisão, etc), como aliás argumenta Saaid (Saaid 2004).

Nos países onde as disparidades sociais são mais elevadas – caso de Marrocos, por exemplo relativamente até a outros país MENA, as mulheres que pertencem a estratos sociais com menores rendimentos terão menos possibilidades sociais, económicas e políticas, ao contrário das que estão inseridas nas classes mais ricas, as quais podem até considerar-se ‘emancipadas’ comparativamente às primeiras.

Saaid refere que nos países do Sul, o Estado mantém um importante papel na elaboração das políticas sociais, na definição de estratégias de desenvolvimento e na promulgação de leis que determinam, em larga medida, as oportunidades oferecidas às mulheres na vida económica, e, mais globalmente, decidem o estatuto e o lugar que elas ocupam na sociedade.

Em Marrocos, o lugar central ocupado pelo Estado no universo político – tanto temporal como espiritual – é, porém, um factor determinante nas relações de género que predominam na sociedade. Até à chegada ao poder de Mohamad VI, o Estado defendeu uma concepção radical, conservadora e patriarcal do papel da mulher, sobretudo através da *Moudawana*, baseada numa “leitura tradicional dos fundamentos do Islão”.

A investigadora marroquina sobre os direitos das mulheres, Rabea Naciri, argumenta que “durante o período pós independência, o Estado serviu-se da *Moudawana* como moeda de troca (com os islamistas)”.<sup>42</sup>

Saaid acrescenta que, nessa época, a subordinação das mulheres foi atirada para o terreno dos úlemas mais conservadores e para os meios mais tradicionalistas, o quer

---

<sup>42</sup> Naciri, Rabea, “La Moudawana et sa reforme: le role de l’État”, Prologues, H.S., nº3, 2002, p.42

dizer, que os textos seculares e os assuntos políticos ficaram na mão do Estado, ou seja, na mão do rei (Hassan II). Estas afirmações parecem vir de encontro ao discurso de Mernissi quando esta descreve o papel que o uso do véu pode significar, e a mais valia que ele representa para os estados árabo-muçulmanos repressivos em tempo de crise. O seu uso, do *hijab*, serve para apaziguar os ânimos dos ulema e do sistema patriarcal em geral.

Desde logo, e o que tem marcado a actuação da gestão real, nos mais diversos assuntos do Estado, em particular - 'dividir para reinar' - e no que toca ao cenário da reforma do direito de família é que esta último é modulado em função da natureza político-religiosa do poder monárquico, que será mais político ou mais religioso segundo a lógica e o interesse do próprio monarca na evolução da sociedade. Hassan II, entre os seus pares e detractores, nacionais e internacionais, era conhecido aliás pela sua habilidade de acrescentar ou reduzir os poderes dos conselheiros e dos seus opositores seguindo precisamente esta estratégia de poder.

No entanto, e ao mesmo tempo que remetia a temática feminina para o domínio mais conservador da sociedade, através da sua estratégia de promoção da escolarização feminina, o monarca favoreceu, à primeira vista, paradoxalmente, a emergência da célula familiar nuclear, ocorrendo uma maior visibilidade da mulher no espaço público. A baixa da natalidade permitiu a esta aceder mais facilmente ao mundo do trabalho.

No plano económico, o Estado marroquino privilegiou uma abordagem da integração da mulher na vida económica, dando relevância à dimensão social e caritativa. A ênfase foi posta nos projectos de pobreza, nomeadamente nos micro-projectos, e entre a cooperação feminina e o micro-crédito.

A influência do Estado, garante Saaid, exerceu uma influência muito relevante na situação económica das mulheres através da estratégia de desenvolvimento e da política económica adoptadas. Deste ponto de vista, realce-se uma ruptura profunda entre a actuação do Estado a partir dos anos 80, quando a inserção no mercado mundial, através de uma política de industrialização orientada para as exportações, seria privilegiada no quadro da aplicação dum programa de ajustamento estrutural, imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), visando liberalizar a economia marroquina, promovendo a privatização e a desregulamentação, e aplicando uma política de austeridade da gestão das finanças públicas.

Diversos estudos relevaram, sustenta este economista, que o resultado das trocas comerciais internacionais fizeram progredir, nalguns países do Sul, sem grandes recursos naturais – por exemplo, Marrocos não possui recursos petrolíferos - , o emprego das mulheres nos sectores votados à exportação. De acordo com um relatório do Gabinete Internacional do Trabalho sobre o emprego a nível mundial, entre 1998-1999<sup>43</sup>, quando a vantagem comparativa de um país reside no baixo custo da mão-de-obra para a produção de bens de forte coeficiente de trabalho, as mulheres, menos bem pagas, tiram proveito geralmente, mais do que os homens, do aumento das exportações. A reorientação das indústrias de substituição das importações para a das exportações de sub-tratamento vai também preocupar o sector local dos países do Sul, com a mesma preferência pelo emprego feminino, considerado como dócil, activo, e menos dispendioso comparativamente ao recurso à mão-de-obra masculina.

Todavia, e como também adverte Saaid, este impacto positivo da mundialização sobre a situação económica das mulheres em países como Marrocos, deve ser analisado cuidadosamente.

Em primeiro lugar, a feminização do emprego dá lugar a uma exploração considerável da mão-de-obra feminina, sobretudo, nas zonas francas de exportação, e nas indústrias de sub-tratamento: salários baixos, condições de trabalho difícil, assédio sexual.

Em segundo lugar, a entrada das mulheres no mercado de trabalho é, por vezes, o resultado do agravamento das condições sócio-económicas das famílias, por exemplo, dado o aumento do custo de vida ou da perda de emprego do marido. (Isto independentemente da livre vontade da mulher trabalhar).

Finalmente, uma parte do emprego feminino é orientada para o sector informal, que registou um desenvolvimento espectacular durante as duas últimas décadas, traduzindo a procura de estratégias de sobrevivência, com consequências sócio-económicas, a longo prazo, associadas ao exacerbamento da concorrência internacional e à aplicação das medidas de ajustamento estrutural.

De facto, a maior parte das medidas de ajustamento estrutural (desvalorização da moeda, liberalização das exportações, reduções das despesas públicas de carácter social, supressão de empregos, e redução dos salários, privatização de empresas públicas) tiveram um impacto negativo na vida da maior parte da população marroquina. A

---

<sup>43</sup> Bureau International du Travail, rapport sur l'emploi dans le monde, employabilité et mondialisation, le role crucial de la formation.

combinação da subida dos preços, os rendimentos reais em baixa e as despesas governamentais restritivas nos sectores sociais – saúde, educação e protecção social-, tendem a traduzir uma deterioração alarmante, diz Saaïd, das condições de vida da maior parte dos pobres do país. O impacto negativo sobre as mulheres é amplificado pelo facto de existirem desigualdades de género: as actividades produtivas das mulheres são subestimadas e sub-remuneradas e a divisão sexual do trabalho confere-lhes responsabilidades essenciais para tarefas reprodutivas. A inflação dos preços dos alimentos essenciais e de outros produtos de base, bem como a redução dos serviços sociais, afectam em primeiro lugar o sexo feminino, dado o seu papel nas tarefas das famílias. Com o fim da subvenção de alimentos, imposto pelo ajustamento estrutural, com os salários em baixa e os preços em alta, o poder de compra das mulheres não pode senão deteriorar-se. Isto traduz-se numa alimentação mais barata para as crianças e menos nutritiva, ou por quantidades de alimentação ainda mais pobre. E a partir do momento em que as famílias têm de reduzir o seu consumo de calorias, isso traduz-se, de imediato, na queda do consumo alimentar das raparigas e das mulheres, que acabam por consumir menos que os homens e os rapazes (que, de acordo com os papéis tradicionais ainda são a autoridade ‘moral e material’ das famílias).

Porém, cabe aqui fazer um parêntesis, se se comparar a situação das mulheres magrebina, no caso concreto, marroquinas, face à vivida noutras sociedades árabo-muçulmanas, em particular, às que constituem aquilo a que poderíamos chamar o ‘coração’ do Médio-Oriente petrolífero (A título de exemplo, a Arábia Saudita, Kuwait etc), e até mesmo à Argélia, país da constelação magrebina. As economias baseadas no petróleo, que produz enormes riquezas nalguns países MENA, o uso de tecnologias de capital intensivo, reforça negativamente as desigualdades de género. São necessários poucos trabalhadores – caso da Arábia Saudita, o que evita ou adia a entrada das mulheres, mesmo as mais qualificadas, no mercado de trabalho. As opções que são dadas às mulheres restringem-se a um pequeno número de profissões, tais como o ensino e a medicina. (Nos países do Golfo, empregos que são considerados impróprios para as mulheres locais, são atribuídos a mulheres provenientes do sudoeste e sudeste-asiático) (Fahimi et al 2003: 1-8).

Como anteriormente dito, o contexto macro-económico é formatado pelas oportunidades económicas que dependem por seu turno dos modos de produção,

instituições, nível de industrialização, estado da economia rural e factores relacionados. A verdade é que a força de trabalho feminina é tradicionalmente alta nas sociedades agrárias tais como o Egipto, Marrocos e República do Iémen. Contudo, nem todo o emprego produz os mesmos efeitos nas escolhas das mulheres. As que participam no trabalho agrícola e informal não têm os mesmos custos de oportunidade associados aos filhos do que os das mulheres que trabalham no sector formal. Nestes casos, é a mudança da participação feminina ao longo do tempo que importa porque ela reflecte a sua saída da agricultura.

“Com excepção de Israel e das micro-economias do Golfo, a generalidade dos países MENA mantém as características de países do ‘terceiro-mundo’ onde predomina a pobreza da grande maioria dos habitantes. Apesar dos investimentos massivos derivados da renda petrolífera, o crescimento económico entre 1970 e 1980 atingiu apenas 1 a 2 por cento da renda anual, com excepção da Tunísia”, (Torres, A 2004:64).

Mas, da mesma forma que no Egipto ou na Tunísia, o emprego feminino em Marrocos sofre contudo do facto de não ser um país rico em recursos naturais, nomeadamente petróleo como alguns dos países do Médio-Oriente. As economias diversificadas que estavam isoladas do boom petrolífero dos anos 70, tais como Marrocos (e a Tunísia), registaram um declínio do emprego agrícola mas viram o sector das manufacturas crescer durante a década de 80, o que lançou muitas mulheres no mundo do trabalho. Transformações que ocorreram quando ambos os países introduziram os programas de ajustamento estrutural, que apesar de restritivas, repuseram alguma estabilidade na economia na década de 90, com a indústria de manufacturas e serviços a manterem uma fatia constante do emprego e a permitirem a entrada de muitas mulheres no sector formal.

Verificou-se, além disso, que o sector privado, em Marrocos, com excepção da agricultura, acabou por ser o mais dinâmico, crescendo a uma taxa anual de dois por cento (cinco vezes acima da média dos países MENA) e tornando-se responsável por mais de 10 por cento da criação líquida de emprego na década de 90. E embora se registre, uma tendência de feminização, seguida por uma de desfeminização do emprego no sector privado, caso do Egipto e da generalidade dos países MENA, a excepção ocorre em Marrocos, especialmente no sector têxtil. É preciso ter em conta que países como Marrocos não dependem da transferência de salários de emigrantes ou da mera

exportação de serviços ou do petróleo, como a maioria dos países da península arábica, que, aliás, sofreram retrocessos económicos, mas também nos direitos políticos e cívicos de homens e mulheres - no momento em que se verificou a inversão em baixa, dos preços do ouro negro.

Uma das interrogações que pode ser levantada nesta etapa de reflexão – houve ou não mudança no estatuto da mulher marroquina em termos domésticos e públicos, nomeadamente no mundo do trabalho, nos últimos 51 anos? Interrogando-se sobre esta questão, Chami alerta que convém esclarecer se as iniciativas femininas as reenviaram ou não para uma nova esfera, e assim sendo, onde reside a alteração. Do ponto de vista da investigadora, as diferenças surgem fundamentalmente na forma e não no conteúdo. A partir do momento em que as marroquinas começaram a ganhar dinheiro de forma transparente, os modos de funcionamento da sociedade foram alterados. O respeito passou a ser grandemente devido ao casal que detém o dinheiro. E quando é a mulher quem financia o lar, ela adquire quase sistematicamente a autoridade sobre todos os outros membros da família. As relações entre os sexos modificaram-se, assim, sensivelmente.

Pode-se afirmar por isso que o acesso da mulher ao trabalho assalariado foi determinante para a visibilidade do seu papel económico. No fundo, o primeiro passo foi entrar e sair livremente do lar e investir no espaço público; a entrada da mulher no mercado de trabalho gerou um dos movimentos sociais mais importantes do país.

Como diz Michelle Perrot, o facto de muitas mulheres, incluindo em Marrocos (número actual e total se possível), se terem tornado professoras, educadoras, já há algumas décadas, concede-lhes, na transmissão da educação um papel muito importante, mesmo que, nem sempre, todas tenham disso consciência (Perrot 2004: 42). “De facto, esta transmissão inconsciente deveria ser da nossa parte objecto de reflexão. Porque, no final o que é que se transmite inconscientemente às crianças sobre as quais temos responsabilidades? Ou seja, existe uma imensa cultura feminina que é construída a partir da situação das mulheres e que constitui um campo que os sociólogos, os historiadores, os etnólogos e os economistas do desenvolvimento devem evidentemente decifrar porque (esse universo) é muito rico” (Perrot 2004: 42).

Marrocos ratificou uma série de convenções internacionais, nomeadamente da Organização Internacional do Trabalho, essenciais para uma melhor performance da

mulher no emprego. Todas estas disposições auguram progressos. Os inquéritos da UNICEF, que quantificaram a população rural, na década de 80, demonstraram que, já nessa década, as mulheres eram extremamente produtivas, o que também vem confirmar os dados do PNUD para o mundo árabe de 2005, anteriormente referido.

Com efeito, ainda que continuassem a ser marginalizadas nos projectos de desenvolvimento agrícola – tal como outros camponeses (homens) – as mulheres rurais investiam, por exemplo, nos viveiros, um domínio vital para toda a população. Subremuneradas ou mesmo não remuneradas, as camponesas conseguiam, entretanto, comercializar ainda os seus produtos artesanais, através do contrabando.

Votadas assim ao comércio informal e formal, as mulheres ganham dinheiro expondo-se muitas vezes ao perigo, no primeiro caso. Os seus rendimentos inserem-se maciçamente na economia subterrânea. E, apesar de todos os obstáculos e da instabilidade ligada ao comércio, é no sector informal que as mulheres recuperam o poder. Não estando compatibilizado, este comércio informal escapa ao Estado que o tolera, uma vez que não tem capacidade para controlar e gerir toda esta população.

Empreender torna-se quase que uma segunda natureza destas mulheres, porque muitas de entre elas são em primeiro lugar chefes de família (cerca de 30%), para além das que imigram e das mulheres militares cuja situação financeira também é precária.

Apesar da maior parte das mulheres continuar a sofrer constrangimentos e discriminações no plano laboral (salários mais baixos, postos subalternos), mesmo quando a legislação não as discrimina, nota-se, todavia, uma evolução importante, sobretudo, quando as iniciativas femininas são suportadas por instituições estatais ou por cooperativas femininas, auxiliadas por seu turno por associações femininas, que normalmente dependem de organizações da sociedade civil nacional ou internacional

Segundo a investigadora marroquina Lemrini, os entraves ao sucesso profissional das mulheres em Marrocos, com algumas excepções, não são de ordem jurídica. O código da função pública, por exemplo, reconhece a igualdade entre homens e mulheres em matéria de direitos no que toca às promoções. O que acontece é que aquilo a que se poderia designar ‘tecto de vidro’, o quer dizer, que, nada, aparentemente existe para estimular as ambições profissionais do sexo feminino, mas que os bloqueios são

sobretudo invisíveis. Com efeito, segundo A.Lamrini<sup>44</sup>, a administração pública é misógina – no alto da escala, os homens detém o poder e marginalizam as mulheres, incluindo aquelas que são tão competentes como eles ou mesmo mais competentes. (Lemrini 2002: 92-94). Os exemplos, na generalidade dos serviços públicos são diversos e todas as desculpas são apresentadas: “ elas não aceitam qualquer lugar, não participam nas reuniões desde que estas ocorram a horas tardias, não gostam de partir para o exterior, estão frequentemente em licença de parto...”, sustenta a investigadora. Tudo isto põe em causa o estatuto das mulheres, agrava a sua situação de inferioridade, inclusive, nos quadros das relações familiares, reforçando a mentalidades e as práticas patriarcais, que fazem com que os homens não partilhem nada ou muito pouco as responsabilidades familiares das mulheres, enquanto que os seus salários acabam por até ser ‘benvindos’. A realidade revela, mais uma vez, que os baixos níveis de vida associados à ausência dos chamados petro-dólares serão potenciadores de uma maior necessidade de dois salários – masculino e feminino. É que apesar da sua riqueza em fosfatos, Marrocos tornou-se cada vez menos dependente das suas exportações desta matéria-prima e mais dependente do sector têxtil e do turismo, duas indústrias que contam cada vez mais com mulheres trabalhadoras. Estudos realizados em Marrocos, diz Lemrini, demonstram que quando elas são solteiras têm, porém, mais oportunidades de emprego.

### **2.3. A educação das mulheres e o acesso à participação política.**

Nas eleições de 2002, as últimas legislativas em Marrocos, 35 mulheres tornaram-se membros do Parlamento, depois dos partidos políticos terem chegado a um consenso quanto à necessidade de construir uma quota de 10 por cento para as mulheres na Câmara Baixa. Bazia Skalli, admite contudo que é urgente criar melhores condições do exercício do poder legislativo, quer ao nível do Parlamento quer ao nível local, bem como o nível dos partidos, sindicatos, e associações. E propõe alterações e reformas estruturais que visem o ensino, a democratização e a responsabilização das estruturas de gestão, bem como ao nível político, apelando a eleições mais transparentes, a uma maior presença feminina nas bancadas partidárias.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Lemrini, A., *Les femmes fonctionnaires du Maroc, enquête et témoignages*, les ed. toubkal, 2002, pp.92-94.

<sup>45</sup> Ver anexos QUADRO 15.

Apesar de uma presença cada vez maior das mulheres, as direcções dos partidos e dos sindicatos e das associações, os primeiros continuam largamente dominados por homens. A feminização das estruturas e a tomada em conta da dimensão das mulheres nos programas terá de ser largamente fortalecida, diz Skalli, não somente por razões morais mas também para existir uma maior eficácia na sociedade. “Existem enormes quantidades de energia, de potencialidades e de competências feminina desperdiçadas. (...) Parece que se estão a instalar consensus democráticos, que são salutares para o nosso país. Contudo, a democracia implica a participação dos cidadãos, mulheres e homens no mesmo plano de igualdade segundo os seus centros de interesses, políticos, económicos, sociais e culturais. Para isso, os cidadãos e as cidadãs, tem necessidade de um contexto que restabeleça a confiança, favoreça a sua participação e responsabilidade e através destas a sua capacidade de acção, por si mesmos, e para o país.”(Skalli 2002:112-114).

Malika Berandi lembra que “o combate pela igualdade interpela em primeiro lugar o espaço familiar como lugar de construção democrática no domínio privado.”<sup>46</sup> No entanto, em termos de espaço público, diversas leis árabes são bem claras quanto à proibição das associações femininas se envolverem em política ou assuntos políticos. Este obstáculo legal à liberdade de expressão implica que a política continua a estar fora das actividades da sociedade civil, sendo aceite apenas nalguns sectores do trabalho caritativo e social privado.

Apesar da importância das organizações ou dos grupos no fornecimento deste tipo de serviços, que sobretudo se destinam a largos segmentos de populações de mulheres, existem dúvidas quanto à sua habilidade de mudar o ainda existente hiato entre o poder de ambos os sexos.

A representação das mulheres nas associações é normalmente restrita a mulheres educadas e de classes mais altas ou classe-média, o que significa que as mais pobres e mais desprotegidas estão fora do discurso e sobrevivem sem qualquer participação política activa. Por isso mesmo, muitas das estratégias destas organizações de mulheres determinam-se mais pela acção em prol dos direitos humanos, como uma forma de conseguirem batalhar pelos direitos de todos o que, naturalmente, irá incluir o universo feminino.

---

<sup>46</sup> Género e direitos da família” – *Fémini-Masculin, la marche vers l'égalité au Maroc*, 1993-2003, Fes, pp.18-89.

Embora o crescimento de exigência dos grupos de mulheres árabo-muçulmanas tenha obtido uma resposta cada vez mais clara dos governos no que se refere às quotas de representação das mulheres na vida política activa<sup>47</sup>, e isso tenha conduzido a uma maior visibilidade do sexo feminino, não obstante os Salafitas, que no caso marroquino, por exemplo, se opõem ao facto de a mulher se tornar activa na sociedade civil – espaço público – adoptando uma clara negação do direito da mulher a ser mais do que mãe, mulher e educadora dos seus filhos e advertindo continuamente contra a mistura dos sexos. “O mais que este movimento aceita é a actividade feminina em obras sociais em organizações caritativas privadas” (PNUD para o mundo árabe: 2005).

Por outro lado, poder-se-á questionar a estratégia e os objectivos da Irmandade Muçulmana, de raízes egípcias, ao adoptar a posição de apoiar os direitos políticos das mulheres, aceitação que se apoia na interpretação de estudiosos como al-Ghazali e al – Qaradawi, que se baseam na jurisprudência islâmica.

O desafio no seio do próprio islamismo político é, no fundo, saber como desenvolver uma visão islâmica alternativa da mulher, diferente ou oposta das tendências ou avanços das posições e estatutos da mulher no discurso e na prática ocidental, e, como resultado, ‘inventar’ ou reinventar um novo papel para a mulher muçulmana, como uma das condições vitais para a construção da sociedade islâmica que eles pretendem construir.

A agenda internacional foi testemunha de mudanças fundamentais no início dos anos 80, que aumentaram a importância das questões tais como os direitos humanos, os direitos das mulheres e das minorias e a transformação da democracia. As exigências operadas no mundo árabo-muçulmano não fugiram muito deste percurso, sobretudo, as pressões exercidas no que toca ao aumento das liberdades femininas.

Para muitos países árabo-muçulmanos, a questão dos direitos políticos das mulheres tornou-se uma espécie de fachada política, como argumentam os relatores do PNUD (PNUD para o mundo árabe 2005:22). “As mulheres funcionaram como um símbolo facilmente manipulável para países que queriam escapar à crítica política quanto à situação anti-democrática e despótica, precisamente numa altura em que os relatórios sobre os direitos humanos e os direitos das mulheres estavam a exercer pressão no sentido da mudança” (PNUD para o mundo árabe: 2005).

---

<sup>47</sup> Ver anexos QUADRO 15.

Em termos de desenvolvimento humano, a transformação do estatuto das mulheres requer, em primeiro lugar, que todas as mulheres tenham acesso aos seus plenos direitos, à realização das suas plenas capacidades, em termos de saúde, alimentação, educação e de participação em todas as actividades fora de suas casas. Todas estas questões estão desde logo articuladas na CEDAW, cujos princípios são, aliás, extensíveis às mulheres subestimadas e desprotegidas em todos os continentes.

Mas a aplicação destes princípios e a sua boa prática dependem, naturalmente, não só no mundo árabo-muçulmano como de resto noutras partes do globo, da profunda alteração da mentalidade masculina, como assinalam ainda os relatores do PNUD para o mundo árabe, em 2005, o que aliás já tinha sublinhado noutros relatórios para a região, em anos anteriores, caso do terceiro relatório, de 2004, segundo o qual, “ a forma de estabelecer sociedades justas e transparentes passa por uma profunda reforma política centrada na boa governação e na protecção das liberdades individuais e colectivas”.

Entre todas as recomendações feitas pelo relatório de 2004, destacar-se-ia uma de extrema relevância, dado até o seu mediatismo e debate fora do mundo islâmico, que se referia, mais uma vez, a urgente alteração do estatuto de minoridade conferido às mulheres no mundo árabo-muçulmano. Segundo os autores do documento, quando se discutem os sistemas políticos, por exemplo, nos países árabes “é necessário recordar que uma das conclusões mais relevantes do PNUD para o mundo árabe de 2004 no que diz respeito à liberdade de expressão e à governação, é que não existe nenhuma contradição essencial entre o estabelecimento da liberdade na sociedade e a boa governação por um lado, e por outro os objectivos finais da charia’t como sociedade. Criar uma sociedade deste tipo (‘ideal’?) implicaria, contudo, dotar a doutrina e saber islâmicos no sentido mais lato com os objectivos da doutrina islâmica” (PNUD sobre mundo árabe 2004: 28). Será possível estabelecer o equilíbrio entre as duas?

Certo é que o *empowerment* das mulheres, coração do relatório do PNUD para o mundo árabe de 2005 continua a marcar a temática do défice de desenvolvimento humano que os Estados árabes têm tentado tratar, contudo, inadequadamente, em particular no que toca ao enquadramento das mulheres. Esforços no sentido de tratar desta questão tem sido, segundo o PNUD, limitados a operações de cosmética no sentido dar às mulheres mais cultas e mais ricas, lugares de liderança nas estruturas existentes nos actuais

regimes, sem estender este *empowerment* a todas as mulheres, o que em última instância, obrigaria a alargá-lo a todos os cidadãos.

### **III Capítulo: As organizações femininas e o Papel do Processos de Barcelona para a emancipação das mulheres marroquinas**

#### **3.1. As organizações femininas: constituição, evolução, influência na sociedade marroquina**

Tal como acontece(u) na generalidade dos países árabo-muçulmanos, as reivindicações dos movimentos femininos em Marrocos têm sido marginalizadas nos debates políticos convencionais. Presentemente esta tendência é particularmente acentuada porque Marrocos, tal como nos outros países árabes/muçulmanos, tem sido palco de um crescendo dos movimentos islamistas. Este cenário tem aprofundado a crise de identidade nacional, bem como as contradições que lhe são inerentes na imagem do Estado e das elites políticas.

Utilizando o conceito de feminismo no seu sentido mais abrangente – como um conceito que engloba a investigação académica, textos jornalísticos e actividade das ONG, que promovem as mulheres no contexto cultural em Marrocos -, Fátima Sadiqui coloca o papel das activistas dos direitos das mulheres no seu país segundo as seguintes perspectivas, a citar: “a forma como o feminismo marroquino afectou e foi afectado pela sociedade civil; a forma como tanto o feminismo marroquino e a sociedade civil afectaram e foram afectadas pela globalização e democratização (...)”, (Sadiqui 2004: 52-53).

Olhando para a história dos movimentos feministas em Marrocos, estes nasceram com a entrada das mulheres na política através da sociedade civil, embora este fenómeno nunca tenha sido observado nesta perspectiva.

As organizações femininas nasceram em 1944, quando o país ainda tinha o estatuto de protectorado francês. Nesse ano, foi criada a “União das mulheres de Marrocos (L’ Union des Femmes du Maroc), tendo dois anos mais tarde aparecido mais duas associações – “A Comissão das Mulheres” e “As Irmãs da Pureza “ (*Akhawatu Ssafaa*). Todas estas organizações não funcionavam verdadeiramente como organizações políticas formais, sendo sobretudo associações de familiares (mulheres, irmãs, viúvas, etc) de dirigentes nacionalistas marroquinos. Estas mulheres pertenciam à alta sociedade urbana, e embora nunca tivessem problematizado as questões em termos formais, elas foram de extrema utilidade para a entrada das mulheres na esfera pública.

Em Marrocos, a questão da participação das mulheres na vida política começou inicialmente por estar associada à reivindicação dos direitos políticos, exigência essa feita por uma geração de mulheres instruídas, que tinham estado activamente envolvidas no processo de luta contra o “poder colonial” (o protectorado francês) e no desenvolvimento da política nacional nos anos pós independência. Na euforia dos primeiros anos do segundo período, algumas mulheres, que tinham laços políticos e familiares com a esfera política formal, exigiam o direito à representação política como um reconhecimento público das suas capacidades e do patriotismo demonstrado num momento em que o país tinha precisado (luta colonial) e que precisava delas (depois da libertação) em lugares na administração pública e na liderança política.

Elas enfatizavam o direito da participação feminina na gestão dos assuntos internos com base nas capacidades e no papel sócio-económico que as mulheres estavam dispostas a desempenhar. No início, ainda não se tratava de exigir uma representação em termos de interesses específicos de género. O que elas pretendiam era aceder ao espaço político nos mesmo termos que os homens.

Segundo esta perspectiva, que Rábea Naciri classifica de “optimista” (Naciri 1998: 1-2), era suficiente, para uma mulher, munida de um passado de militância ou de instrução superior/académica (ou ambas), esperar retirar benefícios e usufruir das mesmas oportunidades que os homens ao ser reconhecida como actor político em igualdade de circunstâncias com o outro sexo.

Todavia, esta visão transformou-se, num contexto de liberalização económica e de “alguma” democratização do sistema político, com a emergência de uma nova geração de associações femininas. O aparecimento de novas formas de organização social contribuiu para redireccionar e alargar a análise e a discussão para novos desenvolvimentos sócio-económicos e políticos, retirando as “reclamações” femininas da esfera meramente relativa à participação das mulheres no poder político.

A partir de meados da década de 80, como nota a investigadora Rabea Naciri, embora contendo laivos do discurso liberal feminista, as actividades do movimento feminino em Marrocos raramente podem ser identificadas como “políticas” no sentido formal do termo. “(Contudo) as suas energias e talentos, na utilização de meios não convencionais de comprometimento (com as questões femininas), contribuíram grandemente para

alargar o campo político em Marrocos fazendo do estatuto da mulher um tema de debate político (...)” (Naciri 1998:1).

Ironicamente, defende Naciri, as suas estratégias discursivas encorajaram o sentimento de que “a política” está exclusivamente limitada à esfera política formal (instituições políticas, partidos políticos, etc) soberanamente dominados pelos homens. Este paradoxo deve ser explicado no contexto do país. A forte ênfase na identidade árabe e muçulmana e a sua focalização na unidade étnica, linguística e cultural são alguns dos factores que contribuíram para a ambivalência do Estado e dos corpos políticos no que respeita às reivindicações das mulheres. Esses mesmos factores também permitem explicar as diferentes estratégias adoptadas pelas associações femininas tendo em vista alcançar os seus objectivos.

De facto, o movimento contemporâneo de mulheres deve muito a todas aquelas que, por falta de melhores opções, trabalharam em associações filantrópicas depois de terem contribuído activamente no movimento de independência (Naciri 1998:7). Devem (os actuais movimentos femininos) ainda mais à “primeira geração” de mulheres que continuaram a trabalhar no sentido de se integrarem nos partidos de esquerda nos anos 60 e 70. A segunda geração de organizações femininas (a partir da década de 80) tem particular interesse dada a sua inovação qualitativa sobre às suas reivindicações, práticas e discurso, as quais contribuíram para a ruptura com muitas associações e partidos de esquerda, na década seguinte. A separação ocorreu a diversos níveis: em termos organizacionais – estruturas de mulheres independentes separaram-se dos partidos políticos e dos sindicatos; relativamente às reivindicações e exigências, que agora podem ser classificadas de feministas porque já não são percebidas como estando dependentes apenas de relações de classes mas também em termos de relações de género; e quanto a novos métodos de trabalho e alianças que contribuíram para transformar a paisagem política marroquina, i.e., dando lugar a novas e vibrantes estruturas da sociedade civil e à necessidade dos partidos políticos tradicionais trabalharem com novos grupos.

Esta segunda geração de grupos feministas pode ser caracterizada em dois grandes tipos. O primeiro engloba aquelas mulheres que se declaram feministas, provenientes em grande parte dos partidos políticos, mas com uma relativa independência em relação a estes (caso da Association Démocratique des Femmes du Maroc, L’Union pour

L'Action Fémine, Le 95 Collectif Maghreb Égalité e L'Association pour les Droits de la Femme). O segundo é constituído sobretudo por secções femininas dos partidos políticos, sendo observadas como instrumentos para reforçar a posição os partidos mais fortes, especialmente as mulheres mais instruídas (por exemplo, L'Organisation de la Femme Istiqlalienne e de L'Association des Femmes Démocrates).

### **3.2. A luta pela Independência: movimentos femininos e nacionalismo. A chegada ao poder de Hassan II – a estratégia do monarca. Morte de Hassan II: O fim da Guerra Fria – tentativas de reformas, por exemplo do Código de Família. A subida ao poder de Mohammed VI: a abertura para a democracia e a igualdade de género.**

No seu livro “Batalhando Diariamente: entrevistas com as mulheres marroquinas”, Fatema Mernissi refere uma conversa tida com uma mulher do médio Atlas, uma mulher das montanhas que emigrara para Rabat visando manter um negócio de tecelagem de tapetes. As dificuldades por ela vividas para se acomodar à vida urbana levam-na, à mulher rural, a reflectir sobre a sua infância nas montanhas. Mas a socióloga marroquina adverte para o facto de “ser necessário evitar generalizações, evitar projectar nas mulheres pobres as preocupações dos intelectuais da classe média, e acima de tudo, assegurar que se ouve tudo, mesmo coisas que não se enquadram nas teorias e belas construções (teóricas)”. Acima de tudo, Mernissi afirma que nos devemos precaver de procurar um retorno ao passado como uma alternativa para as mulheres (no caso em questão, as do médio Atlas). “Porque para até Tahra (a mulher entrevistada) (...) olha para a educação como a solução para a geração futura. Ela idealiza a sua infância, o seu passado, de forma a encontrar forças para se confrontar com o futuro, não para voltar para trás”.<sup>48</sup>

Segundo Sumi Colligan<sup>49</sup>, a experiência do colonialismo nesta região foi um poderoso instrumento de formatação da memória social que serve como uma lente crítica e

---

<sup>48</sup> Colligan, Sumi, « Sorting of Out Voices on Women's Rights in Morocco », Journal of International Women's Studies, pp.1-17, [www.bridgew.edu/SoAS/jiws/vol11/sumi.htm](http://www.bridgew.edu/SoAS/jiws/vol11/sumi.htm);

<sup>49</sup> idem

interpretativa do valor e da aplicabilidade das mais recentes agendas dos direitos humanos e dos direitos das mulheres no que concerne as organizações feministas locais e internacionais.

A intersecção de desigualdades sociais, a nível local, nacional e global, no Norte de África, e em particular em Marrocos, geraram condições de um fluxo de variáveis imprevisíveis. Como resultado disso mesmo, as mulheres encontram-se muitas vezes “apanhadas” entre o pré-capitalismo e o Ocidente moderno, forças capitalistas transnacionais e expectativas, e por outro lado, enfrentam a repressão, e o autoritarismo dos seus regimes. Vivendo nestas contradições, as mulheres frequentemente adoptam uma diversidade de abordagens para resolver estas contradições, as oportunidades e os constrangimentos que enfrentam, tendo em conta as suas diferentes autonomias, privilégios, protecções e recursos. A relação destas mulheres com os poderes hegemónicos, normalmente masculinos, é por isso mesmo complexa e a linha de separação entre a sua autonomia e a da sua convivência pode ser extremamente complexa.

A primeira experiência do “colonialismo francês”<sup>50</sup> no que diz respeito ao estatuto das mulheres foi caracterizado por duas etapas básicas: a primeira, foi baseada na etnologia aplicada e no orientalismo; a segunda, envolveu a governação indirecta. O segundo período, que se seguiu à devastação da Primeira Guerra Mundial deu lugar à expropriação de terras, a projectos de grande envergadura e à criação de grandes negócios. Os franceses consolidaram o seu poder através de contratos com a classe rural alta marroquina, transformando o sultão numa figura de fachada, mantido praticamente em prisão domiciliária. Ao mesmo tempo, elaboravam apertados planos de segurança sobre as populações, fixando os seus números em mapas. Sob a capa da “etnociência”, os franceses estudaram as práticas e os costumes dos marroquinos referentes ao estatuto e à ordem hierárquica, de forma a estabelecerem e manterem autoridade e controlo, utilizando o conceito de “diferença” para manterem o *status quo*.

Nesta linha, a França evitou deliberadamente fazer esforços no sentido de aumentar privilégios e direitos das mulheres, acreditando que assim manteria uma espécie de “tampão” sobre os assuntos internos, evitando despoletar a revolta dos locais (marroquinos).

---

<sup>50</sup> O protectorado durou entre 1912-1956

Mesmo assim, estudiosos como Vinogradov (Vinogradov 1974:198), argumentam que esta atitude dos franceses no protectorado gerou sentimentos muito negativos, e que inclusive terá destabilizado muitos casamentos, dada a forma humilhante como os homens locais eram tratados pela potência estrangeira dominante.

O movimento de independência forneceu, finalmente, às mulheres oportunidades para transgredirem os seus papéis tradicionais e desafiar as assumpções comuns a cerca do género. Não surpreendentemente, como nota Colligan, as suas manifestações de emancipação estiveram intimamente ligadas ao estatuto social. Muitas mulheres, mesmo das classes mais pobres, em zonas urbanas, em Casablanca e Rabat, envolveram-se no tráfico de armas e alimentos para os homens da resistência, depois do exílio de Mohammad V em 1953. Um dos temas recorrentes dos testemunhos das mulheres que participaram na luta armada contra o invasor francês é a forma como a sua atitude revolucionou a sua própria auto-imagem, bem como a forma como os homens também as olhavam no seu universo.

Infelizmente, e tal como aconteceu depois de muitas independências, designadamente em África, depois de resolvido o conflito com o colonizador, e na sequência das suas contribuições já não serem consideradas necessárias, as mulheres não foram encorajadas a continuar e a alargar o seu potencial, regressando ao estado de “invisibilidade”. Este estado foi reforçado até porque o próprio governo marroquino não lhes reconheceu o estatuto de combatentes. De acordo com a perspectiva dos nacionalistas, todas as pessoas eram necessárias para trabalhar a batalha contra a ocupação, o que significava que a dissolução de uma parte da fronteira entre o privado e o público era necessária durante algum tempo e para restaurar a antiga ordem devastada pela ocupação.

Os interesses de classe, tal como noutros países, tendem a dividir as mulheres e tornar mais difícil a sua tarefa de encontrarem áreas comuns de acção. Por exemplo, as mulheres de classe média tiveram sucesso em entrar em profissões e empregos no sector público, enquanto que a maior parte das mulheres rurais, pobres, que procuraram a cidade, deixaram os seus lares para se tornarem empregadas domésticas.

Mas anos 90 implicam uma viragem substancial na vida dos marroquinos e das marroquinas. Marrocos passa então a ser palco de uma maior abertura política e de uma maior democratização – foi eleito o primeiro governo socialista em 1998, subiu ao trono um novo monarca (Mohammad VI), foi instituído um sistema de quotas nas eleições de

2001, foram eleitas trinta e cinco mulheres no Parlamento em 2002, aprovada uma nova Lei do Código de Família (*Moudawana*) em 2004 e alargado o número de mulheres nos gabinetes religiosos mais preponderantes em 2004-05.

Estes desenvolvimentos estão inter-relacionados de uma forma relativamente complexa: um mês após ter subido ao poder, Mohammad VI num discurso público, a 2 de Agosto de 1999, levantava as seguintes questões: “Como é que a sociedade pode atingir o progresso se as mulheres, que representam metade da nação, vêem os seus direitos violados e sofrem de injustiça, violência e marginalização, incompatíveis com a dignidade e a justiça concedidas pela nossa gloriosa religião?” (Le Matin 2003).

O discurso quotidiano, segundo Fatema Sidiqi, traduz os imperativos do governo socialista, eleito em 1998, que então apoiava as reivindicações femininas e encorajava o sistema de quotas, visando assegurar o recrutamento das mulheres para o sistema político através da imposição de 10 por cento dos lugares das listas de cada partido para as mulheres. Além disso, a presença de 35 mulheres no Parlamento acelerou o processo da reforma legislativa. Durante este período, o porte do véu deixou de estar no centro do debate político, assumindo uma base “multifuncional” e de “moda”, tornando-se também claro que o feminismo liberal nunca tentara colocar em perigo o Islão enquanto religião. Estes desenvolvimentos ajudaram a reconciliar os pontos de vista das feministas liberais e as mulheres que usavam o véu pertencentes às que associações e partidos islâmicos. “Muitas mulheres liberais usam o *hijab* e jovens profundamente religiosas casam com liberais. Marrocos é um caso único neste sentido, ou seja, pode-se falar de feminismo islâmico e secular como categorias discretas. Todas as feministas marroquinas, liberais ou religiosas, confrontam-se com o patriarcalismo mas não põem em causa o Islão enquanto a religião do país.” (Sidiqi 2006:38).

Segundo a autora, a nova geração “islâmica” de mulheres tem consciência do fardo do patriarcalismo. A maior parte delas está filiada em associações, partidos islâmicos, ou em ambos, e não se consideram anti-liberais. A sua relação com as feministas liberais não é de confronto, já que as últimas não atacam o Islão, e tem consistentemente atacado o patriarcalismo e não o Islão. Existem na verdade graus de distância entre os dois grupos: enquanto as feministas liberais participam no discurso islâmico sublinhando os seus aspectos culturais e não politizando os seus aspectos religiosos, as

jovens feministas islâmicas focam a sua retórica na relação dos aspectos legais com os religiosos como uma forma de legitimar a sua acção.

“As mulheres estão cada vez mais conscientes de que foram deliberadamente excluídas do sagrado, não por imposição do Islão mas porque o Islão foi revelado numa sociedade extremamente patriarcal, a qual é capaz de gravar uma imagem específica das mulheres no subconsciente islâmico.” (Sidiqi 2006:38)

### **3.3 A cooperação da UE e os direitos das mulheres de Marrocos, o processo de Barcelona.**

Tendo em conta o relacionamento entre a União Europeia e os seus parceiros do Mediterrâneo leste e do sul, procurar-se-á analisar, também, neste trabalho, até que ponto a Europa não tem sabido ou podido exercer a “pressão” necessária para que o progresso dos direitos das mulheres nos países árabo-muçulmanos, designadamente em Marrocos, seja uma realidade. Será que à UE importa, em primeiro lugar, não pressionar as nomeclaturas com receio de não reforçar o lastro islamista que se sente no norte de África?

Embora existente desde a década de 70, a cooperação e a ajuda dos países da União Europeia aos países do sul e do leste do Mediterrâneo aprofundou-se, a partir dos anos 90, sobretudo com formalização da chamada Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), consequência do Processo de Barcelona, decorrente da Declaração de Barcelona em Novembro de 1995. Além de questões económicas, os objectivos desta parceria englobam matérias que incluem a estabilidade política, o reforço dos laços culturais e a protecção ambiental entre os parceiros. Da margem norte do Mediterrâneo entraram em 1995 para a parceria os 15 países membros da UE e 12 países situados no sul e leste do Mediterrâneo (Argélia, Chipre, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana).

Dos três pilares que constituem o “cabaz” da PEM<sup>51</sup>, o económico contém as propostas mais substanciais dos três, ao enumerar áreas onde a cooperação deveria ser intensificada tais como as estatísticas. O “cabaz” social, cultural e humano, por seu turno, enumera um conjunto de áreas nas quais o diálogo e a troca deveriam permitir a criação de mais compreensão na região: desenvolvimento do respeito pelas culturas e religiões, promoção da educação e da formação dos jovens e descentralização da cooperação, protecção dos direitos dos emigrantes, mais cooperação no combate à emigração clandestina, prevenção do terrorismo, tráfico de drogas, combate ao crime organizado e à corrupção, ao racismo e à xenofobia e à intolerância, e finalmente, reforço do papel da sociedade civil.

Todavia, ao reconhecerem a importância da promoção dos direitos humanos e da democratização, a cooperação neste campo torna-se extremamente difícil de implementar, dado que “o debate sobre a democracia e os direitos humanos no Mediterrâneo está relacionado com o debate sobre a identidade e as relações entre duas civilizações”, segundo a Comissão de Estudos Euro-Mediterrânicos (EuroMesCo), constituída formalmente em Sesimbra em Junho de 1996.<sup>52</sup> Talvez por isso mesmo, segundo a EuroMesCo, a Declaração de Barcelona acabe por se transformar numa formulação vaga quanto à urgência do desenvolvimento do Estado de Direito e da Democracia. Referindo antes como essencial “o direito de cada parceiro de escolher e de desenvolver livremente o seu próprio sistema político, sócio-cultural, económico e judicial”, a UE procura evitar ser acusada de ingerência nos modelos dos seus parceiros do sul e leste do Mediterrâneo.

No contexto actual, e das ameaças internacionais geradas pelo terrorismo e novas formas de conflitos, o aumento da voz dos movimentos islamistas radicais em diversos países MENA e o alastrar do conflito do Médio-Oriente, agravado pela crise do Iraque, produzem, todavia, um duplo efeito para o progresso da PEM: por um lado, os factores

---

<sup>51</sup> Os três pilares da Parceria Euro- Mediterrânica (PEM) são : a construção de uma zona de prosperidade económica comum através da parceria económica e financeira e do estabelecimento gradual de uma zona de comércio livre; a definição de uma área comum de paz e de estabilidade através do reforço do diálogo político e da segurança; a aproximação entre os povos através da parceria cultural, social e humana com o objectivo de encorajar a compreensão entre as culturas e o intercâmbio entre as sociedades civis dos parceiros.

<sup>52</sup> EuroMesCo

[www.euromesco.net/media/EurMesCoWomenRights\\_Report\\_20\\_04\\_2006.pdf](http://www.euromesco.net/media/EurMesCoWomenRights_Report_20_04_2006.pdf)

acima mencionados constituem um obstáculo sério ao estabelecimento de um diálogo transparente baseado na confiança; por outro, continuam a concentrar a agenda dos altos responsáveis nas questões da segurança interna e internacional, da paz e do terrorismo, que se mantém prioritárias face, designadamente, ao aprofundamento do debate sobre os direitos humanos e, em particular, sobre os direitos das mulheres.

No quadro da Declaração de Barcelona, em 1995, recorde-se, que se enfatizou então o papel chave dos direitos das mulheres como uma questão vital para um real comprometimento da comunidade internacional, no quadro das convenções das Nações Unidas. Com a participação da generalidade dos intervenientes de Barcelona, decorreria, designadamente, em Pequim, a Conferência sobre os direitos das mulheres, que teve lugar na capital da República Popular da China (RPC)<sup>53</sup>. Reafirmando-se em Pequim a importância dos direitos humanos, nesta cimeira internacional, os seus participantes foram, todavia, ainda mais ambiciosos do que os intervenientes de Barcelona, reconhecendo os primeiros, finalmente, que não se poderia falar de liberdades fundamentais e respeito por todos os seres humanos se se omitissem os direitos das mulheres, e de que não se poderia falar de democracia sem uma total e igual participação de homens e mulheres na sociedade. (Esta declaração foi reconfirmada na Conferência de Nova Iorque – Pequim + 5 –, em 2000).

No seio da Parceria Euro-Mediterrânica nos últimos 11 anos, têm sido entretanto traçadas pelos parceiros diversas questões relacionadas com os direitos das mulheres, visando colocá-las em plano de igualdade com o conceito mais global de direitos humanos. Trabalhar esta problemática na perspectiva do género parece tanto mais premente, tendo em conta que se analisa uma vasta região onde predominam sociedades onde os elementos do sexo feminino continuam a sofrer profundas discriminações decorrentes do espaço cultural e religioso em que se movimentam.

A situação torna-se ainda mais crítica, como diz Rabea Naciri - investigadora marroquina e activista dos direitos humanos, e dirigente da Associação das Mulheres Democráticas de Marrocos (ADFM) - , dada “uma forte tendência para que os governos dos países da região MENA (Middle Africa and North Africa), bem como as instituições da UE, de olharem para os direitos das mulheres nos países árabo-muçulmanos como uma questão religiosa e cultural e que, por isso mesmo, deveria ser

---

<sup>53</sup> Esta cimeira realizou-se também no ano de 1995.

tratada internamente”. De acordo com Naciri, “é preciso combater a ideia de que o estatuto das mulheres deverá ser debatido como um problema isolado, tendo em conta o quadro da urgente modernização dos países MENA” (Naciri: 2003).

### **3.4. Na Parceria Euro-Mediterrânica, ainda falta espaço para as mulheres?**

As activistas dos direitos humanos e das mulheres oriundas da região MENA (Middle East and North Africa) têm seguido assim, e com particular atenção, a evolução da parceria euro-mediterrânica, especialmente, face ao potencial que o processo poderá representar para o progresso e a consolidação do respeito pelas liberdades do sexo feminino. Contudo, muitas Organizações Não Governamentais (ONG) contestam a generalidade dos instrumentos políticos, institucionais e financeiros desta parceria, saídos da conferência de Barcelona, criticando o facto daqueles terem sido desenhados na quase total ausência dos interesses das mulheres, e com uma participação insignificante das ONG femininas, particularmente de mulheres do sul e do leste da bacia do Mediterrâneo.

Num relatório produzido para a Rede Euro-Mediterrânica dos Direitos Humanos criada em Janeiro de 1997 – uma organização da sociedade civil que surgiria como uma resposta à fragilidade das instituições no âmbito da Declaração de Barcelona e da Parceria Euro-Mediterrânica<sup>54</sup>, Naciri observa que, ao contrário do que se verificou no discurso e práticas dos parceiros da PEM, no seio da Euro Mediterranean Human Rights Network sempre se enfatizou que as questões dos direitos das mulheres na região mediterrânica são um elemento fundamental do debate global sobre os direitos humanos. E que embora se assista a uma lenta consciencialização desta premissa no interior da Parceria Euro-Mediterrânica, “muitas mulheres ainda olham para a parceria como uma janela de oportunidades para fazerem prevalecer, nas suas respectivas sociedades, os valores dos direitos humanos, ou seja, uma base de trabalho para abrir as instituições dos seus países aos valores da democracia”.

A única referência concreta às mulheres, no quadro da cooperação multilateral da Parceria Euro-Mediterrânica, regista-se no segundo cabaz/pilar da Declaração de

---

<sup>54</sup> EuroMediterranean Human Rights Network

<http://www.euromedrights.net/pages/91/page/language/2>

Barcelona, i.e., no capítulo relacionado com a cooperação económica e financeira, quando os signatários enfatizam “o papel chave das mulheres no desenvolvimento económico e social e na criação de emprego”. Assim sendo, a PEM falha no reconhecimento de que os direitos das mulheres são inseparáveis dos direitos humanos e da democracia, globalmente falando. O estatuto das mulheres é tratado como uma questão social isolada, tal como a pobreza, a iliteracia, a formação e a criação de emprego para os membros do sexo feminino.

Os Acordos de Associação que constituem o quadro bilateral da cooperação entre os estados individualmente e a UE também fracassam, afirma Naciri. Embora as referidas convenções que, maioritariamente dizem respeito a compromissos comerciais e à liberalização do comércio, incluam uma cláusula geral sobre os direitos humanos, especificando que o respeito pelos princípios democráticos e os direitos humanos básicos é “um elemento essencial” dos acordos, não existe qualquer menção ao respeito pelos direitos das mulheres na cláusula em questão.

Perante este cenário, a escassa atenção que segundo a investigadora marroquina a PEM devota aos direitos do sexo feminino entra em manifesta contradição com um dos alertas essenciais do Relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) para os países árabes de 2002, onde se denuncia o facto de, além da falta de liberdade e do seu baixo nível de instrução, o estatuto das mulheres no mundo árabe constituir um dos três principais deficits que entravam o desenvolvimento sustentado da região.

A juntar aos argumentos anteriores, Naciri argumenta que “o contexto pós 11 de Setembro de 2001 tem tido um impacto negativo no trabalho das organizações femininas defensoras dos direitos humanos nos países árabes do sul do Mediterrâneo.”

A autora observa que as mulheres dos países do Norte de África e do Médio Oriente, especialmente as muçulmanas, são frequentemente alvo de estereótipos a norte do Mediterrâneo, sendo caracterizadas como desprotegidas, incapazes de mudar o seu estatuto, como se encontrassem “encurraladas” numa sociedade estática. E acrescenta que “a percepção das estruturas comunitárias é de que as mulheres muçulmanas do Mediterrâneo, à luz da sua tradição, são muito diferentes das europeias, o que torna o diálogo quase irreconciliável entre as duas culturas.”<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> EuroMediterranean Human Rights Network

A falta de firmeza na abordagem dos dossiers sobre as mulheres na Parceria Euro-Mediterrânica também é incoerente, segundo a investigadora marroquina, com as obrigações internacionais dos estados que integram a mesma. De acordo com a Declaração de Pequim, a UE e os estados que adoptaram a Declaração de Barcelona devem ter uma obrigação positiva de incluir a análise do género no desenho, implementação, monitorização e avaliação de todas as suas políticas e programas para assegurar que têm como objectivo e que atingem, na prática, resultados não discriminatórios, procurando assim, trabalhar globalmente para a igualdade de género.

Cada um dos 27 parceiros também adoptou a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos Humanos, documentos que condenam a discriminação com base no género. Mais, a Declaração de Barcelona estipula que os signatários devem agir de acordo com a Carta e a Declaração Universal, promover o estado de Direito e a democracia nos seus sistemas políticos, o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Assim sendo, e apesar da escassa referência aos direitos das mulheres nos seus documentos fundamentais e constitutivos da PEM, a UE e os seus parceiros mediterrânicos estão obrigados também a eliminar todas as reservas quanto ao tratado CEDAW (Convention Against all Forms of Discrimination Against Women) para assegurar o cumprimento da equidade entre os sexos.

A União Europeia comprometeu-se a integrar as questões do género e da igualdade entre ambos os sexos em todas as suas políticas, incluindo na cooperação para o desenvolvimento, tal como é afirmado em diversos documentos comunitários.

O Conselho de Ministros da UE decidiu inclusive, durante a presidência francesa da UE, no segundo semestre de 2000 (seguida pela presidência sueca no primeiro semestre de 2001), que cada presidência deveria incorporar a problemática da equidade e do género em, pelo menos, dois Conselhos, em paralelo com o Conselho de Assuntos Sociais e do Emprego, onde normalmente já se abordam estas temáticas.

Mas, como dizem dois investigadores do Centro EuroMed Jean Monet “onze anos sobre a DB tendem a provar que os países árabes do Mediterrâneo estão pouco interessados em se comprometer numa cooperação multi-dimensional com a UE e mais empenhados na cooperação económica, bilateral e multilateral, a fim de se manterem longe da adopção dos modelos de direitos humanos e de democracia europeus (...) A

verdade é eles (os países MENA) não estão simplesmente interessados em reformar os seus sistemas políticos (...)", (Panebianco, Stefania et Rossi, Rosa: 2004). Segundo estas investigadoras, "a UE deveria reagir ao enorme hiato que existe entre a retórica política e a realidade. Uma coisa é a existência de um artigo constitucional definindo, por exemplo Marrocos como uma monarquia constitucional, outra coisa é existir um governo que presta contas ao parlamento".

Por seu turno, e num relatório que produziu em Abril de 2006, a EuroMesCo constata que é consensual que a par da promoção dos direitos humanos também a inclusão da democracia é uma questão nuclear do potencial político subjacente ao Processo de Barcelona. E, embora a Cimeira Euro-Mediterrânica de 2005 não tenha produzido um progresso substancial nesta matéria nos países MENA, o relatório da EuroMesCo defende que os encontros a alto nível sobre as mulheres, organizados em paralelo com esta cimeira, revelaram que se tem verificado evolução na incorporação da temática do género no âmbito da Parceria Euro-Mediterrânica.

A EuroMesCo admite, porém, tal como Rabea Naciri, que não existem referências aos aspectos legais e políticos das mulheres na parceria, a questões específicas que as afectam tais como a violência e que não se faz menção explícita sobre a forma como se deve encarar o progresso no tratamento de toda esta problemática, bem como a evolução desta deveria ser medida.

Uma vez que a DB é bastante vaga quanto à forma como as reformas devem ser implementadas, tem sido muito difícil organizar, reconhece a EuroMesCo, as iniciativas e o trabalho relativo à implementação prática de medidas, para resolver objectivos ainda mais vagos no que diz respeito à especificidade das questões femininas no âmbito da PEM.

Uma análise dos Acordos de Associações existentes revela que em todos os países onde foram estabelecidos, com excepção da Síria (onde não foi feito qualquer acordo), os direitos das mulheres são apenas evocados muito superficialmente. Todos os documentos incluem declarações normativas a cerca do papel das mulheres em termos de desenvolvimento económico e social. Apenas os acordos com o Egipto e a Jordânia referem explicitamente a necessidade de dar maior oportunidade às mulheres no acesso à educação universitária e à formação, e apenas o acordo com o Líbano menciona a vontade de pôr em prática a igualdade entre ambos os sexos.

O motivo para este tratamento diferenciado é ambíguo, reconhece a EuroMesCo, tendo em conta que a generalidade das mulheres dos países do sul e do leste do Mediterrâneo enfrentam o mesmo tipo de constrangimentos. Refira-se que o artigo 2 de todos os acordos frisa claramente que “as relações entre todas as partes, tal como as provisões de todos os acordos, deverão basear-se no respeito dos princípios democráticos e dos direitos humanos fundamentais tais como constam na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que serve de fundamento à política local e internacional e constitui um elemento essencial dos acordos”.

O Parlamento Europeu (PE) apelou, entretanto, a uma profunda reforma na cláusula sobre os direitos humanos e a democracia, numa resolução de Fevereiro de 2005 (o Relatório Agnoletto), onde expunha a necessidade de ser redigido um novo modelo de cláusula, que deveria estar integrado em todos os acordos. A nova cláusula teria em consideração princípios tais como o dever da UE integrar a igualdade de género em todas as suas políticas. O PE mostrou-se também empenhado quanto à urgência de serem rejeitados todos os novos acordos sem a cláusula, e apelou à penalização de todos os que não a cumprissem, através de um mecanismo de aviso e da opção de suspensão temporária dos acordos, bem como do aumento do papel da UE na monitorização do cumprimento dos mesmos. Se a Comissão e o Conselho seguissem estas sugestões, seria possível, segundo o relatório da EuroMesCo, registar e denunciar um número cada vez maior das sérias e graves violações que ocorrem sobre os direitos das mulheres, e dar em simultâneo à PEM instrumentos mais sérios de penalização para todos os que violassem.

Embora existam fundos alocados no quadro do programa MEDA I e MEDA II e no âmbito da Iniciativa Europeia para a Democracia e os Direitos Humanos (EIDHR), a EuroMesCo admite que o financiamento existente para este tipo de programas é insuficiente, e que ele tem sido canalizado somente para questões sociais e económicas. A EuroMesCo recomenda que já se deveria ter organizado um programa regional no seio do programa MEDA, com o intuito de promover especificamente os direitos das mulheres.

Alguns passos positivos e concretos foram, porém, dados para integrar a questão dos direitos das mulheres na PEM, nos últimos anos. A UE e Marrocos concordaram, por exemplo, em integrar a igualdade de oportunidades e as necessidades específicas das

mulheres no diálogo euro-marroquino, em todos os aspectos da cooperação incluindo nos projectos MEDA. Mas Naciri critica o alcance desta medida, dizendo que este teria sido um passo realmente válido, se tivesse sido alargado a todos os países da região MENA.

“Ao aprovarem esta reserva”, Naciri frisa, “os estados entraram em total contradição com a Declaração de Pequim - adoptada anteriormente por todos os parceiros de Barcelona -, que estipula que, apesar de ser muito importante não perder de vista a importância da diversidade nacional e regional, dos valores culturais, históricos e religiosos, é dever dos estados, independentemente dos seus sistemas políticos, económicos e culturais, promover e proteger todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais”.

Assim, e apesar de a UE e dos seus parceiros mediterrânicos reconhecerem o papel relevante das mulheres, a investigadora marroquina questiona-se: “Será que ao insistirem apenas em projectos económicos e em micro-empresas, os programas de financiamento europeus para as mulheres no quadro da PEM não funcionam apenas como pequenas mais valias proporcionadas às mulheres?”<sup>56</sup> O problema não é o facto de as mulheres ainda não participarem suficientemente na economia dos seus países (é preciso, contudo, analisar esta afirmação com cautela, tendo em conta as diversas realidades dos países MENA), mas sim, o das suas contribuições serem normalmente canalizadas sobretudo para a esfera doméstica, o que significa que são pouco ou nada reconhecidas (...), sustenta a investigadora do EMHRN.

Reconhecendo a pouca relevância dada às assimetrias do género dentro das instituições que gerem a PEM, o documento do EMHRN assinala, contudo, o Parlamento Europeu (PE) como um dos actores mais positivos nestas questões. O PE tem dado o seu contributo, designadamente, ao debater os direitos das mulheres e a discriminação na região MENA. Em 2002, um relatório do PE sobre os direitos das mulheres e da igualdade de oportunidades nos países mediterrânicos distinguia claramente a necessidade de promover os direitos civis fundamentais do sexo feminino, questionando em particular a sua discriminação no código de família dos diversos estados da região.

---

<sup>56</sup> EuroMediterranean Human Rights Network

<http://www.euromedrights.net/pages/91/page/language/2>

(A este respeito, o PE solicitou, na mesma altura, à Comissão Europeia, que seguisse, cautelosamente, o resultado e a implementação das suas recomendações).

Mas, diz Naciri, se, globalmente, a União Europeia quer promover realmente os direitos das mulheres, “ela tem de se comprometer a alocar os recursos materiais e políticos necessários, de uma forma concertada e coerente, para implementar os seus objectivos”.

A EuroMesCo reconhece, por seu turno, que último programa de trabalho de cinco anos da PEM, adoptado em Novembro de 2005, revela já alguns sinais de uma evolução mais concreta sobre esta problemática. De acordo com o referido programa, os parceiros ficaram obrigados a adoptar medidas para alcançar a igualdade do género, prevenir todos os tipos de discriminação e assegurar a protecção dos direitos das mulheres. E apela ainda a um aumento significativo da percentagem das mulheres no trabalho em todos os países signatários da PEM.

Apesar do balanço positivo, organizações como a EuroMesCo, notam que a PEM falhou no enquadramento das relações entre estados à luz de duas realidades: primeiro, fracassou em reconhecer que as mulheres não apenas actores subsidiários mas actores centrais nos processos de transformação política; e segundo, que o islamismo, como um fenómeno diverso que é na realidade, não pode ser observado como um único universo, um mundo indiferenciado, munido de um único código de conduta moral e cultural relativo, designadamente às mulheres, mas que ele deve ser analisado como estando sujeito ou modificado de acordo com mudanças políticas permanentes.

Tal como a EMHRN também os autores do documento da EuroMesCo<sup>57</sup>, recomendam uma nova abordagem da questão do género no quadro da PEM, respeitando a filosofia inerente à Conferência de Pequim de 1995, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de 2000, o Consenso Europeu de 2001, O Programa de Acção para integrar o Género na Política de Cooperação Europeia em 2001, a Comunicação de 2006 sobre Uma Visão Europeia para a Igualdade entre Homens e Mulheres: 2006-2010.

---

<sup>57</sup> EuroMesCo [www.euromesco.net/media/EurMesCoWomenRights\\_Report\\_20\\_04\\_2006.pdf](http://www.euromesco.net/media/EurMesCoWomenRights_Report_20_04_2006.pdf)

“Os direitos das mulheres devem ser incorporados em todas as políticas oficiais da PEM, e os governos deveriam ser encorajados a adotar uma posição idêntica e a deixar de tratar os direitos das mulheres como uma questão isolada.”

Como reconheciam os participantes do encontro de um Fórum Civil realizado em 2005 no Luxemburgo, a propósito da temática das mulheres no âmbito da PEM, “na última década, a PEM não se reforçou em termos de instrumentos para acompanhar os processos legislativos em evolução ou para encorajar a sua emergência. Parece que as mulheres aguentam o choque de um status quo entre os parceiros em benefício das chamadas prioridades comuns (combate ao terrorismo, política de segurança e controlo da emigração, mercado de comércio livre (...))” (EuroMesCo:2006). Os direitos, refere o documento da EuroMesCo, são para ser conquistados, mas os meios para o conseguir estão sujeitos ainda a estratégias divergentes e fundamentais, entre reformistas e conservadores.

## CONCLUSÕES

Fatema Mernissi parece ser uma das investigadoras marroquinas que melhor vem captando, nas últimas duas décadas, a essência paradoxal das sociedades islâmicas e a forma como estas têm vindo a tratar o papel das mulheres no mundo árabo-muçulmano. Duas das principais causas geradoras das tensões existentes têm, do seu ponto de vista, uma forte componente económica e social: o desemprego e as pressões demográficas, ambos constituídos por largos contingentes de jovens, dos quais uma grande percentagem são precisamente as mulheres, que ela estima em cerca de 83 milhões para o conjunto dos países árabes.

E é neste contexto que, afirma ela, o culto do *hijab* (o véu) se torna uma “dádiva do céu” para os políticos árabo-muçulmanos que enfrentam crises. “Não é (o *hijab*) apenas um pedaço de pano, mas sinónimo de divisão de trabalho. Reenvia as mulheres para a cozinha. Qualquer estado muçulmano pode reduzir o seu nível de desemprego para metade fazendo apelo apenas à *Sharia*’t, no seu significado despótico da tradição califal”.

Olhando para o futuro e observando como acabou o mundo árabe estático da sua geração, transmitido pelos seus pais e professores “para nos sentarmos, obedecermos e calarmos”, a investigadora marroquina sublinha que “um novo e dinâmico mundo árabe emergiu, no qual a mobilidade constante, quer do espaço mental quer do espaço físico, lutando com opiniões divergentes, e seleccionando a partir de diferentes culturas, foi adoptado instintivamente pelos jovens árabes como técnicas de sobrevivência.”

“A principal destas técnicas é o conhecimento, uma das mais democráticas fontes de poder, e uma das causas porque o extremismo do Estado perdeu terreno no mundo árabe foi, por exemplo, a explosão de tecnologias como a Internet e a televisão via satélite na região”, sustenta Mernissi.

Todavia, além de ser só possível através da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a aquisição de conhecimento e de educação é também motor das mesmas. Tal como diz Amartya Sen “A participação requer conhecimento e competências educacionais básicas, (por isso) negar a oportunidade de escolarização a algum grupo -

por exemplo, às meninas - é directamente contrário às condições elementares da liberdade participativa. (...)”. Assinala também o prémio Nobel da Economia de 1998, que o desenvolvimento resulta da expansão das liberdades – políticas, económicas, institucionais e sociais -, das quais as pessoas desfrutam ou deviam desfrutar.

Seguindo ambas as linhas de pensamento, acima referenciadas, chegou-se à problemática desta investigação – “Em que medida a educação pode contribuir para a emancipar as mulheres no espaço doméstico e público, em Marrocos?”.

Quando se indagaram as causas mais profundas da desigualdade do género em Marrocos, teve-se, assim, também, de ter em linha de conta a realidade económica do país. É hoje consensual que a educação é uma estratégia chave para reduzir a pobreza. De acordo com o FPNU (Fundo da População das Nações Unidas), os países que fizeram investimentos sociais na saúde, planeamento familiar, e na educação, conseguiram diminuir as suas pressões demográficas, e aumentar mais o seu crescimento económico do que outros que não efectuaram esses investimentos.

Concluiu-se ao longo do trabalho que, além de aumentar a sua qualidade de vida em termos económicos, o acesso ao conhecimento é o principal instrumento ao serviço do sexo feminino em Marrocos, capaz de facilitar a tão necessária autonomia privada e política, para que as mulheres marroquinas não continuem sujeitas à vitimização, submissão e diferenciação face ao sexo oposto, tanto na esfera privada como pública, numa sociedade onde predomina uma estrutura baseada na forte unidade da família, e na (ainda) inquestionável liderança do elemento masculino.

A verdade é que a desigualdade entre homens e mulheres no acesso à educação e ao conhecimento, em Marrocos, retardou e retarda, desde há muitas décadas, o desenvolvimento económico do país: os custos da baixa participação das mulheres na esfera económica e política continuam a ser muito altos e a ser sentidos em toda a sociedade e em diferentes aspectos. Ou seja, em última instância o que está em perigo é o desenvolvimento sustentável de todo um país, já que os constrangimentos que se identificaram impedem a expansão dos maiores e melhores talentos de um qualquer povo, minando, reduzindo e impedindo o aperfeiçoamento global de todos os seus cidadãos.

Marrocos ocupa o 123º lugar na lista do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) para o mundo

árabe de 2005, i.e., quase no fim de uma longa lista de 177 países. (De acordo com o seu lugar no IDH, o país situa-se entre os países em desenvolvimento de médio rendimento).

Mesmo tendo o governo de Rabat feito um esforço apreciável, nas últimas décadas, as jovens e as mulheres adultas de Marrocos continuam ter menor acesso ao conhecimento dos que os membros do outro sexo. Tal cenário tem travado o acesso das mulheres ao trabalho, reduzido a sua participação na vida pública e alimentado as pressões que sobre elas são exercidas no espaço privado, designadamente, a violência doméstica.

No final desta investigação, pode-se concluir que as principais resistências à escolarização das jovens e das mulheres em Marrocos têm profundas causas endógenas (culturais, históricas, políticas, económicas e religiosas nacionais) e exógenas (contextos cultural, histórico, político e económico internacionais).

Porque razão se invoca, só em último lugar, a força do Islão, quando se apontam causas internas? Não se concluiu, ao longo do nosso trabalho, que a religião seja a variável fundamental para esclarecer as existentes desigualdades de género. O universo árabo-muçulmano é observado com frequência como um lugar uno, um espaço, onde há muitos séculos se reproduzem, por exemplo, idênticos esquemas sociais de matriz patriarcal, formatados essencialmente, ou só, pelo discurso religioso mais conservador, sem que seja dado devido relevo a outras especificidades nacionais e regionais. As realidades, por exemplo, das mulheres sauditas, marroquinas, indonésias, somalis, paquistanesas ou afegãs, não são idênticas.

É consensual que o “ideal feminino” traçado nos textos das chamadas religiões do Livro não difere muito entre si. Mas, a verdade é que, e com frequência, tal como sublinha Fatema Merinissi, se omite a importância da organização patriarcal na estruturação das relações sociais nos universos não muçulmanos, sejam eles católicos, judaicos, budistas, hindus, ou até laicos, no Ocidente (independentemente do nível de rendimento dos povos em observação).

Metodologicamente não pareceu assim válido usar o “Islão” como única vertente para explicar situações muito paradoxais que existem nos países muçulmanos, até porque as contradições do texto corânico sobre as relações entre os dois sexos são muitas e muito ambíguas. Leituras mais ortodoxas do texto (Corão) poderão caminhar no sentido da submissão jurisprudencial das mulheres em relação aos homens; algumas leituras mais

progressistas têm apelado, pelo contrário, a uma relação de igualdade entre ambos, à sombra daquilo que os pensadores modernos chamam “a ética” do Islão.

Mas, se o factor “religião” não deve ser sobrevalorizado nem desvalorizado, no processo de desenvolvimento, como lembra Sen e Nussbaum, reconhece-se que promover a capacidade económica dos indivíduos não é suficiente para promover a sua educação ou vice-versa.

Tendo em conta o relacionamento entre a União Europeia e os seus parceiros do Mediterrâneo leste e do sul, admite-se também, neste trabalho, que a Europa não tem exercido a “pressão” necessária para que o progresso dos direitos das mulheres nos países árabo-muçulmanos, designadamente em Marrocos, seja uma realidade. Isto porque, segundo a UE, importa não reforçar o lastro islamista que se sente no norte de África.

Julga-se por isso, que para explicar as assimetrias entre ambos os sexos em Marrocos devem ser analisadas todas estas variáveis críticas, incluindo costumes e a evolução política, designadamente o posicionamento das hierarquias tradicionais no poder. A conjugação de todas estas causas é complexa, mas teve de ser explorada.

## BIBLIOGRAFIA :

- Al-Jabri, Mohammed Abed**, *Introdução à crítica da razão árabe*, Unesp, 1999;
- Amiti, Khadija et al.**, *Femmes et Démocratie*, Le Fennec, Avril 2001 ;
- Arrow, K.**: 1999, “Amartya K. Sen’s Contributions to the Study of the Social Welfare”, *Scandinavian Journal of Economics* 101 (2), pp 163-172).
- Association Fès-Saiss**, *Société civile, genre et développement durable, actes du colloque international organisé au Palais de Congrès de Fès les 14-15-16 Février 2002*, sous la direction du professeur Moha Ennaji, 2004, ouvrage publié avec le concours de Luso-American Foundation (FLAD), Royaume du Maroc, Publications de l’Association Fès-Saiss, Série : Colloques – Fatima Sadiq : Moroccan Feminism and Civil Society, pp. 52 – 54;
- Association Démocratique des Femmes du Maroc**, « *L’Égalité entre les Hommes et les Femmes : Point de vue de la population marocaine* » - rapport d’Analyse des Résultats du Sondage d’Opinion », ADFM, Juin 2004 ;
- Association Marocaine pour Les Droits des Femmes**, *A L’École de L’Impunité, le harcèlement sexuel en milieu scolaire et universitaire* , Le Fennec, Casablanca, Mars 2003 ;
- Association Marocaine pour les Droits des Femmes**, « *Education A L’Égalité, Convention sur l’élimination de toutes les formes de discrimination à l’égard des femmes, guide à la disposition des Organisations des Droits Humains* », Fondation Friedrich Ebert ;
- Association Marocaine pour les Droits des Femmes**, *Témoignages de Femmes*, Le Fennec, Juillet 2002 ;
- Bendourou, Omar**, *Libertés Publiques et État de Droit au Maroc*, Friedrich Ebert Stiftung, FesMaroc, 2004 ;
- Benzine, Rachid**, *Os novos pensadores do Islão*, Tribuna, Maio 2005;
- Calouste Gulbenkian, Arquivos do Centro Cultural**, *Le Portugal et la Méditerranée* , Volume XLIII, Lisboa-Paris, 2002 ;
- Chaker, Aziz**, *Genre et éducation, Féminin-Masculin, la marche vers l’égalité au Maroc-1993/94*, Friedrich Ebert Stiftung, Fés Maroc, 2004 ;

**Cheddadi, Abdesselam** : «La question de la tolérance dans les sociétés islamiques », in Esprit, [www.eurozine.com/articles/2005-12-01-cheddadi-fr.html](http://www.eurozine.com/articles/2005-12-01-cheddadi-fr.html);

**Collectif 95 Maghreb Égalité**, *Dalil pour l'égalité dans la famille au Maghreb*, Collectif 95, Mai 2003 ;

**Colligan, Sumi**, « *Sorting of Out Voices on Women's Rights in Morocco* », Journal of International Women's Studies, pp.1-17, [www.bridgew.edu/SoAS/jiws/vol11/sumi.htm](http://www.bridgew.edu/SoAS/jiws/vol11/sumi.htm);

**Ennaji, Moha et al.**, *Société Civile, Genre et Développement Durable(actes du colloque international organisé au Palais des Congrès Fès les 14-15 -16 février 2002)*, Association Fès-Saïss et Luso American Foundation (FLAD), 2004 ;

**Espace Associatif**, *Quelle Contribution Associative à la Réduction du Déficit de la Démocratie Locale, tables rondes 2002*, Friedrich Ebert Stiftung, 2003 ;

**EuroMediterranean Human Rights Network**

[www.euromed.rights.net/english/englesk.htm](http://www.euromed.rights.net/english/englesk.htm)

<http://www.euromedrights.net/pages/91/page/language/2>

**EuroMesCo**

[www.euromesco.net/media/EurMesCoWomenRights\\_Report\\_20\\_04\\_2006.pdf](http://www.euromesco.net/media/EurMesCoWomenRights_Report_20_04_2006.pdf)

“EuroMesco, Women as Full Participants of the Euro Mediterrean Community of Democratic States”, a EuroMesCo Report, April, 2006;

**Fahimni, F. R. et al.**, «*Empowering Women, Developing Society : Female Education in the Middle East and North Africa* », Population Reference Bureau, October, 2003, Washington ;

**Göle, Nilüfer**, « *Le voile, le renversement du stigmate et la querelle des femmes, 213-223*, in *Les Femmes entre Violences et Stratégies de liberté, Maghreb et Europe du Sud* », sous la direction de Christiane Veauvy et al., edt. Bouchene, 2004 ;

**Guerraoui, Driss et al.**, *Femmes Fonctionnaires Du Maroc, Enquête et Témoignages - (témoignages de Lemrini, Meshak et Skalli)*, les ed. toubkal, Harmattan, 2002 ;

**Guimarães, Adelino Torres**, «*Terrorismo : o apocalipse da Razão (islamismo político, sociedade, economia)*”, in Adriano Moreira (Coordenação de), *Terrorismo*, Coimbra, Almedina, 2004, pp.1-103, ([www.adelinotorres.com](http://www.adelinotorres.com));

**Gutas, Dimitri**, *Pensée Grecque, Culture Arabe*, Aubier, 2005 ;

**Haut Commissariat du Plan du gouvernement du Maroc**, « *Objectifs du Millénium pour le Développement, rapport national 2005* », HCdu Plan, 2006 ;

**Hélie - Lucas, M. A.**, “*Women Living Under Muslim Laws, “What is your tribe? Women’s struggles and the construction of Muslimness”*”- dossier 23-24, july 2001;

**Initiatives Féminines**, collection dirigée para Aicha Belarbi, ed. Le Fennec, Casablanca, Maroc, Février 1999;

**Khayat, Rita et al.**, *Les Femmes Arabes*, Aini Bennai, Casablanca, 2003;

**Khayat, Rita el et Goussout, A.**, *Psychiatrie, Culture et Politique* , Aini Bennai, Casablanca, 2005 ;

**Maalouf, Amin**, *As Identidades Assassinas*, Difel, Algés, Setembro, 1999;

**Mernissi, Fatema**, *Islam and Democracy, Fear of The Modern World*, Perseus, 2<sup>nd</sup> ed., 2002;

**Mernissi, Fatema**, *Sonhos Proibidos- Memórias de um Harém em Fes*”, Asa, Maio 2002;

**Molyneux, M e Razavi, S.**: “*Gender Justice, Development and Rights*”, January 2003, UNRISD, p.13;

**Mouaqit, Mohammed**, ““*Genre, développement et égalité* », pp.277-297, Féminin-Masculin, la marche vers l’égalité au Maroc, ed. Friedrich Ebert Stiftung, Fés, Maroc, 2004 ;

**Mouaqit, Mohammed**, «*Des –assujettissement » des femmes et modernisation de l’État au Maroc et dans le monde arabe-mulsuman »*, *Les femmes entre violences et stratégies de liberté, Maghreb et Europe du Sud* », pp. 89-104, ed. Bouchene, 2004 ;

**Phillips, Anne**, “*Multiculturalism, Universalism and the Claims of Democracy*”, *Democracy, Governance and Human Rights*”, Programme Paper Number 7, UN Research Institute for Social Development, December 2001;

**PNUD**, *Relatório do Desenvolvimento Humano do Mundo Árabe*, 2005;

**PNUD**, *Relatório do Desenvolvimento Humano sobre os países MENA*, 2004

**PNUD**, *Relatório do Desenvolvimento Humano sobre os países MENA*, 2003;

**PNUD**, *Relatório do Desenvolvimento Humano sobre os países MENA*, 2002;

**Ministère chargé de la Condition de la Femme, La Protection de la Famille et de L’Enfance et de l’intégration des Handicapés**, « *Les Représentations Dominantes de la Place des Femmes dans la vie politique* », MCCFPFEH avec la Fondation Friedrich Ebert, Avril 2002 ;

**Naciri, Rábea**, “The Women’s Movement and Political Discourse in Morocco”, occasional paper 8, March, 1998, 1-28, United Nations Research Institute for Social Development , United Nations Development Programme;

**Nussabaum, Martha**, « *Women’s Education : A Global Challenge* », Journal of Women in Culture and Society 2003, vol.29, n°2 ;

**Rachik, H, et al.**, “*Rapport de synthèse de l’enquête nationale sur les valeurs*”, Cinquentaire de l’Indépendance du Royaume du Maroc, pp. 1-76  
[http://www.rdh50.ma/FR/pdf/rapports\\_transversaux/valeura474pages.pdf](http://www.rdh50.ma/FR/pdf/rapports_transversaux/valeura474pages.pdf)

**Said, Edward W.**, *Orientalismo*, Cotovia, 2004;

**Sadiqi, Fatema**, *Moroccan Feminism and Civil Society, 52-53, Société Civile, Genre et Développement Durable, actes du colloque internationale organisé au Palais des Congrès Fès les 14-15 février 2002*, sous la direction du Professeur Moha Ennaji, 2004 (ouvrage publié avec le concours de Luso-American Foundation (FLAD), edt. Association Fes-Saïss;

**Security, Global** ([www.globalsecurity.org/military/world/spending.htm](http://www.globalsecurity.org/military/world/spending.htm));

**Seddik, Youssef**, *Qui sont les barbares? Itinéraire d’un penseur d’islam* , ed.l’aube, essai, 2005 ;

**Sen, Amartya**, *O Desenvolvimento como Liberdade*, Gradiva, Fevereiro 2003;

**Spitaels, Guy**, *La triple insurrection islamiste*, Fayard, Mars 2005 ;

**Talbi, Mohamed**, *Réflexion d’un musulman contemporain*, Le Fennec Poche, Mai 2005 ;

**Talbi, Mohamed et Jarczyk, G.**, *Penseur libre en Islam*, Albin Michel, 2002 ;

**Tredano et al.**, *Dialogue entre religions et civilisations, contribution majeure à la culture de la paix* , Dar Al Qalam, Rabat, 2002 ;

**Trautner, Bernhard J.**, « *Muslim Reformism in the Face of Contemporary Challenges by Political Plurality – extreme oriente lux?, a research proposal*”, Center for Development Studies Bonn, 2003;

**Unies, Nations**, « *Déclaration et Programme D’Action de Beijing, Beijing + 5, Déclaration Politique et Document Final* », Nations Unies et IOM, janvier 2002 ;

**Veauvy, Christiane et al.**, *Les femmes entre violences et stratégies de la liberté, Maghreb et Europe du Sud* , ed. Bouchene, 2004 ;

**Vernet, Juan**, *Lo que Europa Debe al Islam de España*, El Acantilado, noviembre, 2001;

**Jahanbegloo, Ramin**, « *Beyond the clashes of Intolerance* », [www.eurozine.com/articles/2006-05-19-jahanbegloo\\_en.html](http://www.eurozine.com/articles/2006-05-19-jahanbegloo_en.html)

**Zakariya, Fouad**, *Laïcité ou islamisme, les arabes à l'heure du choix*, La découverte/al-fikr, Paris, Caire, 1989 ;

**Zeghal, Malika**, *Les islamistes marocains, le défi à la monarchie* , Le Fennec, Casablanca, 2005 ;

<http://www.rdh50.ma/fr/atlas.asp>

« *Une Illustration Graphique de 50 ans de Developement, 50 ans de developement, perspectives 2025* » ;

[www.globalsecurity.org/military/world/spending.htm](http://www.globalsecurity.org/military/world/spending.htm)

## ANEXOS:

### Quadro 1 – IDH relacionado com o género nos países MENA

#### Monitoring human development: enlarging people's choices and achieving equality for all women and men

Table A4 -19

#### GENDER-RELATED DEVELOPMENT INDEX

HDI Rank		Gender-related development index (GDI) rank 2003	Gender-related development index (GDI) value 2003	Life expectancy at birth, female (years) 2003	Life expectancy at birth, male (years) 2003	Adult literacy rate, female (% ages 15 and above) 2003a	Adult literacy rate, male (% ages 15 and above) 2003a	Combined gross enrolment rate for primary, secondary and tertiary level schools, female (%) 2002/03	Combined gross enrolment rate for primary, secondary and tertiary level schools, male (%) 2002/03	Estimated earned income, female (PPP US\$) 2003	Estimated earned income, male (PPP US\$) 2003	HDI rank minus GDI rank 2003
High Human Development												
40	Qatar	..	..	76.0	71.2	..	0.0	84	80	..	..	..
41	United Arab Emirates	..	..	80.8	76.4	80.7	75.6	79	69	..	..	..
43	Bahrain	41	0.837	75.9	73.1	83.0	92.5	85	77	7,685	24,909	-2
44	Kuwait	39	0.843	79.5	75.2	81.0	84.7	85	75	8,448	24,204	1
Medium Human Development												
58	Libyan Arab Jamahiriya	..	..	76.2	71.6	70.7	91.8	100	93	..	..	..
71	Oman	60	0.759	75.7	72.8	65.4	82.0	63	63	4,013	21,614	-4
77	Saudi Arabia	65	0.749	73.9	70.1	69.3	87.1	57	58	4,440	20,717	-5
81	Lebanon	68	0.745	74.2	69.8	81.0	92.4	80	77	2,430	7,789	-4
89	Tunisia	69	0.743	75.4	71.2	65.3	83.4	76	73	3,840	10,420	0
90	Jordan	73	0.740	72.9	69.9	84.7	95.1	79	77	2,004	6,491	-3
102	Occupied Palestinian Territories	..	..	74.0	70.9	87.4	96.3	81	78	..	..	..
103	Algeria	82	0.706	72.4	69.8	60.1	79.5	72	76	2,896	9,244	-3
106	Syrian Arab Republic	84	0.702	75.1	71.6	74.2	91.0	60	65	1,584	5,534	-2
119	Egypt	..	..	72.1	67.7	43.6	67.2	..	..	1,614	6,203	..
124	Morocco	97	0.616	71.9	67.5	38.3	63.3	54	62	2,299	5,699	-1
141	Sudan	110	0.495	57.9	54.9	49.9	69.2	35	41	918	2,890	-2
Low Human Development												
150	Djibouti	..	..	54.0	51.6	..	..	23	31	..	..	..
151	Yemen	121	0.448	61.9	59.3	28.5	69.5	41	69	413	1,349	-4
Without HDI Rank												
..	Iraq	..	..	60.5	57.4	..	..	55	71	..	..	..
..	Somalia	..	..	47.6	45.4	..	..	..	..	..	..	..

Source: UNDP, HDR 2005, Table 25:299-302.

## Quadro 2 – IDH dos países MENA

### Monitoring human development: enlarging people's choices ...

Table A4 - 1

#### HUMAN DEVELOPMENT INDEX

HDI Rank	Human development index (HDI) value 2003	Life expectancy at birth (years) (HDI) 2003	Adult literacy rate (% ages 15 and above) (HDI) 2003	Combined gross enrolment rate for primary, secondary and tertiary schools (%) 2002/03	GDP per capita (PPP US\$) (HDI) 2003	Life expectancy index	Education index	GDP index	GDP per capita (PPP US\$) rank minus HDI rank	
<b>High Human Development</b>										
40	Qatar	0.849	72.8	89.2	82	19,844	0.80	0.87	0.88	-13
41	United Arab Emirates	0.849	78.0	77.3	74	22,420	0.88	0.76	0.90	-18
43	Bahrain	0.846	74.3	87.7	81	17,479	0.82	0.86	0.86	-7
44	Kuwait	0.844	76.9	82.9	74	18,047	0.87	0.80	0.87	-11
<b>Medium Human Development</b>										
58	Libyan Arab Jamahiriya	0.799	73.6	81.7	96	..	0.81	0.86	0.72	9
71	Oman	0.781	74.1	74.4	63	13,584	0.82	0.71	0.82	-30
77	Saudi Arabia	0.772	71.8	79.4	57	13,226	0.78	0.72	0.82	-33
81	Lebanon	0.759	72.0	86.5	79	5,074	0.78	0.84	0.66	14
89	Tunisia	0.753	73.3	74.3	74	7,161	0.80	0.74	0.71	-20
90	Jordan	0.753	71.3	89.9	78	4,320	0.77	0.86	0.63	14
102	Occupied Palestinian Territories	0.729	72.5	91.9	80	..	0.79	0.88	0.52	26
103	Algeria	0.722	71.1	69.8	74	6,107	0.77	0.71	0.69	-20
106	Syrian Arab Republic	0.721	73.3	82.9	62	3,576	0.81	0.76	0.60	8
119	Egypt	0.659	69.8	55.6	74	3,950	0.75	0.62	0.61	-10
124	Morocco	0.631	69.7	50.7	58	4,004	0.75	0.53	0.62	-16
141	Sudan	0.512	56.4	59.0	38	1,910	0.52	0.52	0.49	-6
<b>Low Human Development</b>										
150	Djibouti	0.495	52.8	65.5	24	2,086	0.46	0.52	0.51	-18
151	Yemen	0.489	60.6	49.0	55	889	0.59	0.51	0.36	15
<b>Without HDI Rank</b>										
..	Iraq	..	58.9	39.7	63	..	..	..	..	..
..	Somalia	..	46.5	..	..	..	..	..	..	..
<b>All developing countries</b>										
..	Least developed countries	0.518	52.2	53.6	45	1,328	0.45	0.50	0.60	..
..	Arab States	0.679	67.0	64.1	62	5,685	0.70	0.61	0.72	..
..	East Asia and the Pacific	0.768	70.5	90.4	69	5,100	0.76	0.83	0.71	..
..	Latin America and the Caribbean	0.797	71.9	89.6	81	7,404	0.78	0.87	0.74	..
..	South Asia	0.628	63.4	58.9	56	2,897	0.64	0.58	0.67	..
..	Sub-Saharan Africa	0.515	46.1	60.5	50	1,856	0.35	0.56	0.63	..
..	Central and Eastern Europe and the CIS	0.802	68.1	99.2	83	7,939	0.72	0.94	0.75	..
..	OECD	0.892	77.7	..	89	25,915	0.88	0.95	0.85	..
..	High-income OECD	0.911	78.9	..	95	30,181	0.90	0.98	0.86	..
..	High human development	0.895	78.0	..	91	25,665	0.88	0.96	0.85	..
..	Medium human development	0.718	67.2	79.4	66	4,474	0.70	0.75	0.70	..
..	Low human development	0.486	46.0	56.6	46	1,046	0.35	0.53	0.58	..
..	High income	0.910	78.8	..	94	29,898	0.90	0.97	0.86	..
..	Middle income	0.774	70.3	89.6	73	6,104	0.75	0.84	0.73	..
..	Low income	0.593	58.4	60.6	54	2,168	0.56	0.58	0.64	..
..	World	0.741	67.1	..	67	8,229	0.70	0.77	0.75	..

Source: UNDP, HDR 2005, Table 1:219-222

### Quadro 3 – Tendências do IDH/Pobreza e Rendimentos nos países MENA

Table A4 -2

#### HUMAN DEVELOPMENT INDEX TRENDS

HDI Rank	Human development index (trend)						
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2003
<b>High Human Development</b>							
40	..	..	..	..	..	..	0.849
41	0.734	0.769	0.787	0.812	0.814	..	0.849
43	..	0.747	0.780	0.809	0.826	0.838	0.846
44	0.763	0.777	0.780	..	0.813	0.837	0.844
<b>Medium Human Development</b>							
58	..	..	..	..	..	..	0.799
71	0.494	0.547	0.641	0.699	0.738	0.769	0.781
77	0.603	0.659	0.673	0.708	0.741	0.762	0.772
81	..	..	..	0.677	0.727	0.742	0.759
89	0.514	0.570	0.622	0.657	0.698	0.738	0.753
90	..	0.641	0.664	0.683	0.708	0.742	0.753
102	..	..	..	..	..	..	0.729
103	0.506	0.558	0.610	0.649	0.671	..	0.722
106	0.540	0.587	0.623	0.646	0.672	0.692	0.721
119	0.439	0.487	0.540	0.579	0.611	..	0.659
124	0.429	0.478	0.515	0.548	0.579	0.610	0.631
141	0.349	0.376	0.396	0.428	0.465	0.500	0.512
<b>Low Human Development</b>							
150	..	..	..	..	0.477	0.487	0.495
151	..	..	..	0.393	0.436	0.470	0.489
<b>Without HDI Rank</b>							
Iraq	..	..	..	..	..	..	..
Somalia	..	..	..	..	..	..	..

Source: UNDP, HDR 2005, Table 2:223-226.

Table A4 -3

#### HUMAN AND INCOME POVERTY

HDI Rank	Human poverty index (HPI-1) Rank	Human poverty index (HPI-1) Value (%)	Probability at birth of not surviving to age 40 (% of cohort) 2000-05	Adult illiteracy rate (% ages 15 and above) 2003	Population without sustainable access to an improved water source (%) 2002	Children under-weight for age (% under age 5) (HPI-1) 1995-2003	Population living below \$1 a day (%) 1990-2003	Population living below \$2 a day (%) 1990-2003	Population living below the national poverty line (%) 1990-2002	HPI-1 rank minus income poverty rank
<b>High Human Development</b>										
40	10	7.8	4.7	10.8	0	6	..	..	..	..
41	..	..	2.2	22.7	..	14	..	..	..	..
43	..	..	3.8	12.3	..	9	..	..	..	..
44	..	..	2.5	17.1	..	10	..	..	..	..
<b>Medium Human Development</b>										
58	33	15.3	4.2	18.3	28	5	..	..	..	..
71	46	21.1	3.9	25.6	21	24	..	..	..	..
77	32	14.9	5.8	20.6	5	14	..	..	..	..
81	18	9.6	5.7	13.5	0	3	..	..	..	..
89	43	18.3	4.7	25.7	18	4	<2	6.6	7.6	27
90	11	8.1	6.4	10.1	9	4	<2	7.4	11.7	5
102	7	6.5	5.3	8.1	6	4	..	..	..	..
103	48	21.3	7.8	30.2	13	6	<2	15.1	12.2	29
106	29	13.8	4.6	17.1	21	7	..	..	..	..
119	55	30.9	7.8	44.4	2	9	3.1	43.9	16.7	18
124	61	34.5	8.6	49.3	20	9	<2	14.3	19.0	35
141	59	32.4	27.0	41.0	31	17	..	..	..	..
<b>Low Human Development</b>										
150	53	29.5	30.6	34.5	20	18	..	..	45.1	..
151	77	40.3	18.8	51.0	31	46	15.7	45.2	41.8	19
<b>Without HDI Rank</b>										
Iraq	..	..	20.5	60.3	19	16	..	..	..	..
Somalia	..	..	38.9	..	71	26	..	..	..	..

Source: UNDP, HDR 2005, Table 3:227-229.

## Quadro 4 – Tendências demográficas nos países MENA

### Monitoring human development: enlarging people's choices to lead a long and healthy life

Table A4 -4

#### DEMOGRAPHIC TRENDS

HDI Rank	Total population (millions)			Annual population growth rate (%)		Urban population (% of total)			Population under age 15 (% of total)			Population age 65 and above (% of total)			Total fertility rate (births per woman)	
	1975	2003	2015	1975-2003	2003-2015	1975	2003	2015	2003	2015	2003	2015	2003	2015	1970-1975	2000-2005
High Human Development																
40	Qatar	0.2	0.7	1.0	5.2	2.3	84.8	92.0	93.6	23.1	21.8	0.9	2.0	6.8	3.0	
41	United Arab Emirates	0.5	4.0	5.6	7.2	2.7	83.6	85.1	87.2	22.8	19.8	0.8	1.4	6.4	2.5	
43	Bahrain	0.3	0.7	0.9	3.4	1.6	85.8	90.0	91.4	27.7	21.7	2.3	4.4	5.9	2.5	
44	Kuwait	1.0	2.5	3.4	3.3	2.4	83.8	96.2	96.9	24.8	23.2	1.1	3.1	6.9	2.4	
Medium Human Development																
58	Libyan Arab Jamahiriya	2.4	5.6	7.0	3.0	1.8	60.9	86.2	89.0	30.8	28.9	2.9	5.6	7.6	3.0	
71	Oman	0.9	2.5	3.2	3.6	1.9	19.6	77.6	82.6	35.2	30.6	1.8	3.4	7.2	3.8	
77	Saudi Arabia	7.3	23.3	30.8	4.2	2.3	58.3	87.6	91.1	38.2	32.3	2.1	3.5	7.3	4.1	
81	Lebanon	2.7	3.5	4.0	1.0	1.0	67.0	87.5	90.1	29.5	24.4	5.9	7.7	4.8	2.3	
89	Tunisia	5.7	9.9	11.1	2.0	1.0	49.9	63.7	68.1	27.5	21.9	5.0	6.8	6.2	2.0	
90	Jordan	1.9	5.4	7.0	3.7	2.1	57.8	79.1	81.1	38.0	31.7	2.3	4.0	7.8	3.5	
102	Occupied Palestinian Territories	1.3	3.5	5.0	3.6	3.0	59.6	71.1	75.6	46.0	41.6	2.7	3.0	7.7	5.6	
103	Algeria	16.0	31.9	38.1	2.5	1.5	40.3	58.8	65.3	31.2	26.7	3.6	5.0	7.4	2.5	
106	Syrian Arab Republic	7.5	18.1	23.8	3.1	2.3	45.1	50.2	52.4	38.0	33.2	2.5	3.6	7.5	3.5	
119	Egypt	39.3	71.3	88.2	2.1	1.8	43.5	42.2	44.9	34.3	31.4	3.8	5.5	5.7	3.3	
124	Morocco	17.3	30.6	36.2	2.0	1.4	37.8	57.4	64.8	31.9	28.4	3.9	5.2	6.9	2.8	
141	Sudan	17.1	34.9	44.0	2.6	1.9	18.9	38.9	49.3	39.7	35.6	2.8	4.3	6.7	4.4	
Low Human Development																
150	Djibouti	0.2	0.8	0.9	4.4	1.6	61.6	83.6	87.6	42.1	37.3	2.2	3.4	7.2	5.1	
151	Yemen	7.0	19.7	28.5	3.7	3.1	14.8	25.7	31.3	47.1	43.4	1.8	2.4	8.5	6.2	
Without HDI Rank																
	Iraq	12.0	27.3	36.5	2.9	2.4	61.4	67.2	66.8	41.7	36.8	2.2	3.0	7.2	4.8	
	Somalia	4.1	7.7	11.0	2.2	2.9	25.5	34.9	42.7	44.1	43.0	2.1	2.7	7.3	6.4	
	All developing countries	2,967.1 T	5,022.4 T	5,885.6 T	1.9	1.3	26.4	42.0	48.6	31.6	28.0	4.3	6.5	5.5	2.9	
	Least developed countries	355.2 T	723.2 T	950.1 T	2.5	2.3	14.8	26.7	33.5	42.2	39.5	2.6	3.5	6.6	5.0	
	Arab States	144.6 T	303.9 T	386.0 T	2.7	2.0	41.7	54.7	59.1	36.3	32.5	3.1	4.4	6.7	3.7	
	East Asia and the Pacific	1,310.4 T	1,928.1 T	2,108.9 T	1.4	0.7	20.4	41.0	51.0	24.9	20.7	5.4	8.7	5.0	1.9	
	Latin America and the Caribbean	318.4 T	540.7 T	628.3 T	1.9	1.3	61.1	76.7	80.9	30.8	26.5	4.9	7.5	5.1	2.5	
	South Asia	838.7 T	1,503.4 T	1,801.4 T	2.1	1.5	21.3	29.8	34.2	34.1	29.3	3.8	5.7	5.6	3.2	
	Sub-Saharan Africa	313.1 T	674.2 T	877.4 T	2.7	2.2	21.0	35.6	42.4	44.0	42.0	2.5	3.3	6.8	5.5	
	Central and Eastern Europe and the CIS	366.6 T	406.3 T	396.8 T	0.4	-0.2	56.8	62.9	63.8	19.1	17.3	10.6	12.9	2.5	1.5	
	OECD	925.7 T	1,157.3 T	1,233.6 T	0.8	0.5	67.2	75.9	78.9	19.8	17.8	11.6	16.1	2.6	1.8	
	High-income OECD	765.9 T	917.4 T	968.5 T	0.6	0.5	69.9	77.5	80.4	17.9	16.4	13.0	18.0	2.2	1.6	
	High human development	972.2 T	1,211.5 T	1,289.2 T	0.8	0.5	68.7	77.2	80.1	19.6	17.6	11.7	16.2	2.5	1.7	
	Medium human development	2,678.2 T	4,205.8 T	4,753.6 T	1.6	1.0	27.9	42.2	48.6	29.2	25.3	4.9	7.2	5.0	2.5	
	Low human development	359.5 T	788.7 T	1,038.5 T	2.8	2.3	18.2	34.0	41.7	44.9	42.6	2.4	3.1	7.0	5.8	
	High income	781.8 T	948.3 T	1,005.6 T	0.7	0.5	70.1	78.0	80.8	18.0	16.5	12.8	17.7	2.2	1.7	
	Middle income	1,849.6 T	2,748.6 T	3,028.6 T	1.4	0.8	34.8	52.9	60.7	25.9	22.3	5.8	8.6	4.5	2.1	
	Low income	1,440.9 T	2,614.5 T	3,182.5 T	2.1	1.6	20.7	30.2	35.7	37.2	33.3	3.4	4.9	6.0	3.9	
	World	4,073.7 T	6,313.8 T	7,219.4 T	1.6	1.1	37.2	48.3	53.5	28.9	25.9	6.0	8.4	4.5	2.6	

Source: UNDP, HDR 2005, Table 5:232-235.

Quadro 5 – Texto resumo das alterações ao Código de Família (Moudawana)

<b>Women Draw the New Moudawana (Family Code)</b>		
<p>Text: Age of marriage: 18 years for women and men</p> <p><i>Explanation: The new Moudawana raises the minimum age of marriage for women to 18. Under the previous Moudawana, the minimum age of marriage for men was 18, while the minimum age for women was 15.</i></p>	<p>Text: Polygamy: an exception granted only by authorization of the wife and the judge</p> <p><i>Explanation: Polygamy is now subject to prior authorization by a judge, granted only under exceptional, stringent legal conditions. A woman can either place a clause in her marriage contract obligating her husband to refrain from taking other wives, or obtain divorce should she not agree to her husband's subsequent marriage.</i></p>	<p>Text: Conjugal domicile: a right of both spouses to reside (in)</p> <p><i>Explanation: Both spouses have the right to reside in the conjugal home, and neither spouse can be thrown out by the other.</i></p>
<p>Text: Marriage without a written contract: 5 years to prove (it)</p> <p><i>Explanation: The new Moudawana gives couples who have concluded oral marriage contracts a 5 year delay in which to prove their marriage by all legal means and obtain and register a written marriage contract.</i></p>	<p>Text: Custodial mother: a right to housing</p> <p><i>Explanation: Mothers granted custody of their children upon divorce have the right to reside in the conjugal home with their children until the father pays the mother a sum to cover housing costs for herself and her children.</i></p>	<p>Text: Division of (marital) property: determined by a written contract between the spouses</p> <p><i>Explanation: While separate marital property is the norm, spouses can draw up a written contract at the time of their marriage establishing an alternative financial relationship (for example, community property).</i></p>
<p>Text: Marital tutor: women of legal age can conclude their marriage contract themselves</p> <p><i>Explanation: Under the previous Moudawana, women needed a marital tutor (a male relative) to conclude their marriage contract in their name. Adult women can now conclude their own marriage contract.</i></p>	<p>Text: Obedience of the wife to her husband: eliminated!</p> <p><i>Explanation: Under the previous Moudawana, women had a legal duty to obey their husbands. This has been eliminated.</i></p>	<p>Text: Divorce: Only in front of a judge</p> <p><i>Explanation: Previously, men could practice verbal, ex parte and extra-judicial divorces (repudiation) without cause, merely registering the divorce afterwards. Now all divorce proceedings, even those initiated unilaterally by the husband without cause, must be held in front of a judge and in the presence of both spouses.</i></p>

## Quadro 6 – Desigualdade de gênero na educação nos países MENA

Table A4 -21

### GENDER INEQUALITY IN EDUCATION

HDI Rank	Adult literacy rate	Adult literacy rate	Youth literacy rate	Youth literacy rate	Female primary net enrolment rate	Primary net enrolment rate	Female secondary net enrolment rate	Secondary net enrolment rate	Female tertiary gross enrolment rate	Tertiary gross enrolment rate
	Female rate (% ages 15 and above)	Female rate as % of male rate	Female rate (% ages 15-24)	Female rate as % of male rate	Female net enrolment rate (%)	(female rate as % of male rate)	Female net enrolment rate (%)	(female rate as % of male rate)	Female gross enrolment rate (%)	(female rate as % of male rate)
	2003	2003	2003	2003	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03	2002/03
High Human Development										
40	..	..	..	..	94	1.00	85	1.06	32	2.71
41	80.7	107	95.0	108	82	0.98	72	1.03	53	2.55
43	83	90	99.3	100	91	1.02	90	1.08	44	1.89
44	81	96	93.9	102	84	1.02	79	1.05	32	2.58
Medium Human Development										
58	70.7	77	94.0	94	..	..	..	..	61	1.09
71	65.4	80	97.3	98	72	1.01	70	1.01	10	1.67
77	69.3	80	93.7	96	54	0.99	52	0.96	30	1.47
81	..	..	..	..	90	0.99	..	..	48	1.19
89	65.3	78	92.2	96	97	1.00	68	1.11	30	1.28
90	84.7	89	98.9	100	93	1.02	81	1.03	37	1.10
102	87.4	91	98.6	100	91	1.00	86	1.05	35	1.04
103	60.1	76	86.1	92	94	0.97	69	1.05	..	..
106	74.2	82	93.0	96	96	0.96	41	0.93	..	..
119	43.6	65	66.9	85	90	0.96	79	0.95	..	..
124	38.3	61	61.3	79	87	0.94	33	0.86	10	0.84
141	49.9	72	69.2	85	42	0.83	..	..	6	0.92
Low Human Development										
150	..	..	..	..	32	0.80	17	0.69	2	0.81
151	28.5	41	50.9	60	59	0.71	21	0.46	5	0.28
Without HDI Rank										
Iraq	..	..	..	..	83	0.85	26	0.66	10	0.54
Somalia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
All developing countries	69.6	84	81.2	92	..	..	..	..	..	..
Least developed countries	44.6	70	56.8	81	..	..	..	..	..	..
Arab States	53.1	71	75.8	87	..	..	..	..	..	..
East Asia and the Pacific	86.2	91	97.5	99	..	..	..	..	..	..
Latin America and the Caribbean	88.9	98	96.3	101	..	..	..	..	..	..
South Asia	46.6	66	63.3	79	..	..	..	..	..	..
Sub-Saharan Africa	52.6	76	67.9	88	..	..	..	..	..	..
Central and Eastern Europe and the CIS	98.6	99	99.6	100	..	..	..	..	..	..
OECD	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
High-income OECD	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
High human development	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Medium human development	73.3	86	84.1	93	..	..	..	..	..	..
Low human development	47.9	73	63.6	86	..	..	..	..	..	..
High income	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Middle income	86.2	93	96.3	99	..	..	..	..	..	..
Low income	49.9	70	65.4	82	..	..	..	..	..	..
World	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..

Source: UNDP, HDR 2005, Table 27:307-310.

## Quadro 7 – Situação da adesão às principais convenções internacionais nos países MENA

### Human and labour rights instruments

Table A4 -24

STATUS OF MAJOR INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS INSTRUMENTS

HDI Rank		International Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide 1948	International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination 1965	International Covenant on Civil and Political Rights 1966	International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights 1966	Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women 1979	Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment 1984	Convention on the Rights of the Child 1989
High Human Development								
40	Qatar		*	*			*	*
41	United Arab Emirates		*	*		*		*
43	Bahrain	*	*	*		*	*	*
44	Kuwait	*	*	*	*	*	*	*
Medium Human Development								
58	Libyan Arab Jamahiriya	*	*	*	*	*	*	*
71	Oman		*	*				*
77	Saudi Arabia	*	*	*		*	*	*
81	Lebanon	*	*	*	*	*	*	*
89	Tunisia	*	*	*	*	*	*	*
90	Jordan	*	*	*	*	*	*	*
102	Occupied Palestinian Territories			*	*	*	*	*
103	Algeria	*	*	*	*	*	*	*
106	Syrian Arab Republic	*	*	*	*	*	*	*
119	Egypt	*	*	*	*	*	*	*
124	Morocco	*	*	*	*	*	*	*
141	Sudan	*	*	*	*	*	*	*
Low Human Development								
150	Djibouti				*	*	*	*
151	Yemen	*	*	*	*	*	*	*
Without HDI Rank								
	Iraq	*	*	*	*	*		*
	Somalia		*	*	*		*	o

\* Ratification, accession or succession.

o Signature not yet followed by ratification

Source: UNDP, HDR 2005, Table 31:320-323.

## Quadro 8 – Situação das convenções fundamentais sobre os direitos do trabalho nos países MENA

Table A4 -25

### STATUS OF FUNDAMENTAL LABOUR RIGHTS CONVENTIONS

	Freedom of association and collective bargaining Convention	Freedom of association and collective bargaining Convention	Elimination of forced and compulsory labour Convention	Elimination of forced and compulsory labour Convention	Elimination of discrimination in respect of employment and occupation Convention	Elimination of discrimination in respect of employment and occupation Convention	Abolition of child labour Convention	Abolition of child labour Convention
HDI Rank	87	98	29	105	100	111	138	182
High Human Development								
40	Qatar		.			.		.
41	United Arab Emirates		.	.	.	.	.	.
43	Bahrain		.	.	.	.	.	.
44	Kuwait	.	.	.	.	.	.	.
Medium Human Development								
58	Libyan Arab Jamahiriya	.	.	.	.	.	.	.
71	Oman		.					.
77	Saudi Arabia		.	.	.	.	.	.
81	Lebanon		.	.	.	.	.	.
89	Tunisia	.	.	.	.	.	.	.
90	Jordan		.	.	.	.	.	.
102	Occupied Palestinian Territories		.	.	.	.	.	.
103	Algeria	.	.	.	.	.	.	.
106	Syrian Arab Republic	.	.	.	.	.	.	.
119	Egypt	.	.	.	.	.	.	.
124	Morocco		.	.	.	.	.	.
141	Sudan		.	.	.	.	.	.
Low Human Development								
150	Djibouti	.	.	.	.	.	.	.
151	Yemen	.	.	.	.	.	.	.
Without HDI Rank								
	Iraq		.	.	.	.	.	.
	Somalia		.	.	.	.		.

. Convention ratified.

Source: UNDP, HDR 2005, Table 32:324-327.

## Quadro 9 - Empenhamento na educação: despesas públicas nos países MENA

Table A4 -16

### PRIORITIES IN PUBLIC SPENDING

HDI Rank	Public expenditure on education (% of GDP)		Public expenditure on health (% of GDP)	Military expenditure (% of GDP)		Total debt service (% of GDP)	
	1990	2000-2002	2002	1990	2003	1990	2003
<b>High Human Development</b>							
40	Qatar	3.5	..	2.4	..	..	..
41	United Arab Emirates	1.8	1.6	2.3	6.2	3.1	..
43	Bahrain	4.1	..	3.2	5.1	5.1	..
44	Kuwait	4.8	..	2.9	48.5	9.0	..
<b>Medium Human Development</b>							
58	Libyan Arab Jamahiriya	..	..	1.6	..	2.0	..
71	Oman	3.1	4.6	2.8	16.5	12.2	7.0
77	Saudi Arabia	5.8	..	3.3	12.8	8.7	..
81	Lebanon	..	2.7	3.5	7.6	4.3	3.5
89	Tunisia	6.0	6.4	2.9	2.0	1.6	11.6
90	Jordan	8.1	..	4.3	9.9	8.9	15.6
102	Occupied Palestinian Territories	..	..	..	..	..	..
103	Algeria	5.3	..	3.2	1.5	3.3	14.2
106	Syrian Arab Republic	4.0	..	2.3	6.9	7.1	9.7
119	Egypt	3.9	..	1.8	3.9	2.6	7.1
124	Morocco	5.3	6.5	1.5	4.1	4.2	6.9
141	Sudan	6.0	..	1.0	3.6	2.4	0.4
<b>Low Human Development</b>							
150	Djibouti	3.5	..	3.3	6.3	..	3.6
151	Yemen	..	9.5	1.0	7.9	7.1	3.5
<b>Without HDI Rank</b>							
..	Iraq	..	..	0.3	..	..	..
..	Somalia	..	..	..	..	1.2	0.0

Source: UNDP, HDR 2005, Table 20:284-287.

Quadro 10 – Ensino pré-escolar em Marrocos (escolas corânicas e ensino pré-escolar moderno)

Enseignement préscolaire		التعليم الأولي	
11 - 1 Ecoles coraniques et enseignement préscolaire moderne		1 - 1 الكتاتيب القرآنية والتعليم الأولي العصري	
	2003-04	2002-03	
<b>Ecoles coraniques</b>			الكتاتيب القرآنية
<b>Elèves</b>	<b>605 031</b>	<b>638 009</b>	التلاميذ
Féminin	224 049	231 302	الإناث
Prématornelle	4 698	13 332	الروض
Féminin	2 231	6 001	الإناث
Niveau I	427 669	349 067	المستوى الأول
Féminin	192 195	130 166	الإناث
Niveau II	172 664	275 610	المستوى الثاني
Féminin	29 623	95 135	الإناث
<b>Classes</b>	<b>36 887</b>	<b>35 830</b>	الأقسام
<b>Educateurs</b>	<b>34 556</b>	<b>36 573</b>	المربون
<b>Enseignement préscolaire moderne (1)</b>			التعليم الأولي العصري (1)
<b>Elèves</b>	<b>79 752</b>	<b>71 979</b>	التلاميذ
Féminin	<b>36 539</b>	<b>34 153</b>	الإناث
<b>Classes</b>	<b>3 421</b>	<b>3 148</b>	الأقسام
<b>Educateurs</b>	<b>4 110</b>	<b>3 869</b>	المربون

Quadro 11 – Valores religiosos segundo o meio de residência, a idade, o sexo, o grau de escolaridade, a posição social (em Marrocos)

2.1 Tableau : Valeurs religieuses selon le milieu de résidence (en %)

	Urbain	Rural	Total
Les gens ne sont plus imprégnés par la niya	59,2	45,6	53,9
Les gens ne respectent plus la kelma	62,6	46,4	56,3
N'a pas confiance dans un tiers lors des affaires	69,8	57,7	65
Recours aux soins traditionnels	24,2	37,5	35,4
Prie régulièrement	74,8	68,7	72,4
Ne fait pas la prière	11	18,5	13,9
Visite fréquemment les sanctuaires	6,4	19	11,3
Ne visite jamais les sanctuaires	60,5	42,3	53,4
Pour la visite des sanctuaires	30,5	54,6	39,9
Contre la visite des sanctuaires	54,9	35,6	47,4
<b>Sources d'information (trois)</b>			
Chaînes TV marocaines	52,5	47,9	50,1
Chaînes Tv par satellite	31,5	6,9	22,6
Radio	13,5	37,7	25,1
mosquée	53,6	67,2	58,9
famille	14,5	23,3	16,9
amis et collègues	31	41,5	31,1
livres	46,5	20,1	37,9
Cassettes	37,1	31,2	35,2
DVD et VCD et vidéo	3,7	6,7	4,9
Internet	4	0	2,7

2.2 Tableau : Valeurs religieuses selon l'âge (%)

	18-24	25-34	35-44	45-59	60 et +
Les gens ne sont plus imprégnés par la niya	57,9	55,1	51,7	51,2	54,5
Les gens ne respectent plus la kelma	59,6	56,6	58,1	51,2	56,1
N'a pas confiance dans un tiers lors des affaires	67,8	68,8	71,8	55,6	57,6
Prie régulièrement	50,3	68,0	68,4	87,0	93,9
Ne fait pas la prière					
Visite fréquemment les sanctuaires	5,3	7,8	11,1	12,6	24,2
Ne visite jamais les sanctuaires	66,7	60,2	56,8	45,9	28,8
Pour la visite des sanctuaires	36,8	30,9	38,9	45,4	54,5
Contre la visite des sanctuaires	52,6	57,8	47,0	39,6	33,3
<b>Sources d'information (trois)</b>					
Chaînes TV marocaines	41,3	55,8	51,7	52,2	40,5
Chaînes Tv par satellite	26	24,1	20,5	26,5	13,3
Radio	19	19,7	16,3	23,7	40,9
mosquée	46,7	48,3	59,9	66,2	89,3
famille	16,5	11,7	19,5	20,8	23,3
amis et collègues	35,7	30,5	36,1	38,2	38,6
livres	52,8	50,2	28,8	27,1	15,0
Cassettes	34,9	39,7	41,3	29,4	22,2
Internet	6,3	3,0	2,6	0	0

2.3 Tableau : Valeurs religieuses selon le sexe (%)

	M	F	T
Les gens ne sont plus imprégnés par la niya	54,0	53,8	52
Les gens ne respectent plus la kelma	57,1	55,6	53
N'a pas confiance dans un tiers lors des affaires	69,3	61,1	54
Recours aux soins traditionnels	27,0	22,9	164
Prie régulièrement	70,3	74,4	55
Ne fait pas la prière	16,4	11,5	55
Visite fréquemment les sanctuaires	10,6	11,9	56
Ne visite jamais les sanctuaires	58,9	48,1	56
Pour la visite des sanctuaires	38,4	41,3	57
Contre la visite des sanctuaires	51,3	43,6	58
<b>Sources d'information (trois)</b>			<b>sexe</b>
Chaînes TV marocaines	44,6	55,4	
Chaînes Tv par satellite	18,8	26,4	
Radio	23,2	19,8	
mosquée	83,5	35,3	
famille	4,5	30,4	
amis et collègues	35,5	34,3	
livres	41,4	33,8	
Cassettes	30,0	40,4	
Internet	3,0	2,3	

2.4 Tableau : Valeurs religieuses selon le degré d'instruction (%)

	Sans	Coranique	Fondamental	Secondaire	Sup.
Les gens ne sont plus imprégnés par la niya	46,3	51,1	53,2	64,3	71,1
Les gens ne respectent plus la kelma	47,0	55,6	61,5	63,3	71,1
N'ont pas confiance dans un tiers lors des affaires	57,5	71,1	66,7	71,4	75,9
Recours aux soins traditionnels à faire					
Prie régulièrement	76,5	85,6	62,8	69,9	71,1
Ne fait pas la prière	14,0	5,6	19,0	12,8	10,8
Visite fréquemment les sanctuaires	19,3	15,6	5,6	3,6	2,4
Ne visite jamais les sanctuaires	39,5	41,1	55,4	73,0	81,9
Pour la visite des sanctuaires	53,0	44,4	38,1	24,0	14,5
Contre la visite des sanctuaires	33,3	47,8	46,8	63,8	78,3
<b>Sources d'information (trois)</b>					
Chaînes TV marocaines	51,3	31,7	57,5	57,9	29,8
Chaînes Tv par satellite	10,3	18,7	18,3	35	52
Radio	34,5	29,1	22,2	8,1	9,4
mosquée	63,7	73,1	58,3	51,3	40,6
famille	37,3	12,2	8,3	4,7	5,4
amis et collègues	45,7	36,8	33,6	22,9	19,3
livres	0	26,5	44,2	66,7	83,6
Cassettes	34	48,1	43	27,1	25,2
Internet	0	0	0	4,6	13,4

**2.5 Tableau : Valeurs religieuses et position sociale**

	FF	OA	EM	EA	CH	ET	AR
Les gens ne sont plus imprégnés par la niya	51,7	41,3	69,5	61,9	58,6	67,5	52,1
Les gens ne respectent plus la kelma	51,4	46,8	72,0	57,1	62,1	60,0	56,8
N'a pas confiance dans un tiers lors des affaires	59,7	62,4	73,2	64,3	68,1	75,0	70,4
Recours aux soins traditionnels à faire							
Prie régulièrement	76,2	67,0	68,3	71,4	56,0	65,0	75,7
Ne fait pas la prière	11,9	18,3	14,6	9,5	26,7	10,0	11,8
Visite fréquemment les sanctuaires	12,4	14,7	4,9	23,8	4,3	2,5	8,9
Ne visite jamais les sanctuaires	46,1	54,1	64,6	47,6	62,9	85,0	56,8
Pour la visite des sanctuaires	44,5	45,0	22,0	59,5	36,2	17,5	33,1
Contre la visite des sanctuaires	40,9	41,3	59,8	33,3	51,7	80,0	55,6
<b>Sources d'information (trois)</b>							
Chaînes TV marocaines	50	37,7	42,7	35,8	37,0	27,5	44,9
Chaînes Tv par satellite	15,6	5,5	45,1	0	20,6	45,0	14,5
Radio	14,1	21	3,6	14,2	14,2	5,0	16,3
mosquée	28,2	77,9	42,7	81	53,5	42,5	70
famille	23,7	5,5	3,6	4,8	6,1	5,0	3
amis et collègues	21	26,7	15,9	23,8	29,3	10	11,3
livres	17,1	11,1	47,5	11,9	41,3	67,5	13,8
Cassettes	26,6	17,4	19,5	9,6	19,0	17	12,6
Internet	0,3	0	3,7	0	1,8	12,5	0

Note : FF : femmes au foyers ; OA : Ouvriers agricoles ; EM : Directeurs + Cadres moyens + employés ; EA : Exploitants agricoles ; CH : chômeurs ; ET : Etudiants ; AR : Artisans + commerçants+ petits métiers

Quadro 12 - Valores políticos segundo o meio de residência, a idade, o sexo, o grau de escolaridade, a posição social (em Marrocos)

3.1 Tableau : Valeurs politiques selon le milieu de résidence (%)

	Urbain	Rural	Total
Inscrits aux listes électorales	80,0	85,9	82,3
Vote aux dernières élections	65,6	76,9	70,0
Déclare sa position politique (droite, gauche...)	19,2	17,2	18,6
Ne connaît pas les catégories gauche, droite...	31,1	56,8	40
Manque d'intérêt à la politique	21,6	35,4	26,7
Adhère à un parti politique	1,6	1,8	1,7
Souhaite adhérer à un parti politique	8,4	12,8	10,1
Adhère à une Association	5,6	10,3	7,4
Souhait adhérer à une association droit de l'Homme	34,9	33,3	34,3
Prêt à voter pour une femme	83,4	80,3	82,2
Egalité entre hommes et femmes (élu parlementaire)	51,7	48,5	50,5
Egalité entre hommes et femmes (fonction de ministre)	49,6	46,3	48,3
Qualité de l'élu : instruction	38,4	35,6	37,3
Qualité de l'élu : maâqoul	94,5	85,1	90,8
Incapacité d'évaluer les partis politiques	39,2	55,4	47,2
Incapacité d'évaluer communes	15,2	20,0	17,6
Incapacité d'évaluer parlement	29,6	43,3	36,3
Incapacité d'évaluer démocratie au Maroc	23,3	27,7	25,0
Incapacité d'évaluer démocratie dans pays arabes	43,0	68,2	52,8
Première langue parlée quotidiennement : dialectal	82,6	73,3	79
Première langue parlée quotidiennement : amazighe	13	26,4	18,2
Volonté d'apprendre l'amazigh	42	30	37,6
A confiance dans l'avenir du Maroc	62	66,7	64,0

3.2 Tableau : Valeurs politiques selon l'âge (%)

	18-24	25-34	35-44	45-59	60 et +
Inscrits aux listes électorales	50,3	81,3	90,2	94,2	93,2
Vote aux dernières élections	38,0	68,4	76,5	86,0	78,0
Déclare sa position politique (droite, gauche...)	22,2	21,9	19,6	14,5	12,1
Ne connaît pas les catégories gauche, droite..	38,0	35,5	40,6	40,1	50,0
Manque d'intérêt à la politique					
Adhère à un parti politique	0,6	1,2	1,7	2,4	3,0
Souhaite adhérer à un parti politique	11,7	11,7	9,8	9,2	6,8
Adhère à une Association	8,8	6,6	4,6	10,1	3,1
Souhait adhérer à une association droit de l'Homme	43,9	40,2	37,2	29,5	12,9
Prêt pour voter pour une femme	80,1	84,0	85,5	82,1	75,8
Egalité entre hommes et femmes (élu parlementaire)	46,8	44,9	51,3	56,0	56,8
Egalité entre hommes et femmes (fonction de ministre)	48,5	43,4	48,3	52,2	52,3
Qualité de l'élu : instruction	44	40,8	38,9	22,6	30,5
Qualité de l'élu : maâqoul	89,9	87,7	95,6	91,3	95,7
Incapacité d'évaluer les partis politiques	29,8	30,1	39,7	50,2	67,4
Incapacité d'évaluer communes	13,5	12,1	17,1	23,7	41,7
Incapacité d'évaluer parlement	26,3	20,3	34,2	45,9	55,3
Incapacité d'évaluer démocratie au Maroc	21,6	20,3	26,1	23,7	38,6
Incapacité d'évaluer démocratie dans pays arabes	45,6	43,0	54,7	58,9	68,2
Première langue parlée quotidiennement : dialectal	76,6	80,1	82,1	80,7	72,0
Première langue parlée quotidiennement : amazighe	19,3	16,0	16,7	16,9	25,8
Volonté d'apprendre l'amazigh	37,4	42,2	45,3	35,7	18,2
A confiance dans l'avenir du Maroc	51,5	56,6	70,5	71,0	72,0

### 3.3 Tableau : Valeurs politiques selon le sexe

	<b>M</b>	<b>F</b>
Inscrits aux listes électorales	87,1	77,7
Vote aux dernières élections	78,7	61,6
Déclare sa position politique (droite, gauche...)	22,9	14,5
Ne connaît pas les catégories gauche, droite..	24,1	55,2
Manque d'intérêt à la politique	17,2	35,8
Adhère à un parti politique	2,9	0,6
Souhaite adhérer à un parti politique	11,7	8,6
Adhère à une Association	13,6	1,4
Souhait adhérer à une association droit de l'Homme	38,2	30,5
Prêt à voter pour une femme	73,8	90,2
Egalité entre hommes et femmes (fonction de ministre)	43,1	53,4
Egalité entre hommes et femmes (élu parlementaire)	46,0	55,0
Qualité de l'élu : instruction	28,8	19,2
Qualité de l'élu : maâqoul	49,9	53,6
Incapacité d'évaluer les partis politiques	29,4	52,8
Incapacité d'évaluer communes	11,5	27,8
Incapacité d'évaluer parlement	24,7	43,8
Incapacité d'évaluer démocratie au Maroc	14,7	34,8
Incapacité d'évaluer démocratie dans pays arabes	42,1	63,0
Première langue parlée quotidiennement : dialectal	77,1	80,8
Première langue parlée quotidiennement : amazighe	19,8	16,6
Volonté d'apprendre l'amazigh	35,8	39,3
A confiance dans l'avenir du Maroc	62,2	65,8

3.4 Tableau : Valeurs politiques selon le degré d'instruction

	Sans	Coranique	Fondamental	Secondaire	Sup.
Inscrits aux listes électorales	85,8	93,3	77,9	78,1	75,9
Vote aux dernières élections	74,8	83,3	66,7	63,3	57,8
Déclare sa position politique (droite, gauche...)	12,1	17,7	19,1	29,1	25,2
Ne connaît pas les catégories gauche, droite..	63,0	41,1	35,5	12,2	6,0
Manque d'intérêt à la politique	44,8	27,8	18,6	8,2	4,8
Adhère à un parti politique	,3	3,3	3,0	2,0	2,4
Souhaite adhérer à un parti politique	7,8	11,1	15,2	7,1	13,3
Adhère à une Association					
Souhait adhérer à une association droit de l'Homme					
Prêt pour voter pour une femme	80,5	84,4	81,8	83,7	85,5
Egalité entre hommes et femmes (élu parlementaire)	50,0	56,7	43,7	56,1	53,0
Egalité entre hommes et femmes (fonction de ministre)	49,5	48,9	43,3	48,0	57,8
Qualité de l'élu : instruction	29,3	25,3	24,5	30,2	59,2
Qualité de l'élu : maâqoul	93,4	94,8	94	85,5	88,2
Incapacité d'évaluer partis politiques	66,3	43,3	31,6	15,3	8,4
Incapacité d'évaluer communes	35,3	18,9	13,4	4,1	1,2
Incapacité d'évaluer parlement	53,8	33,3	28,1	15,3	6,0
Incapacité d'évaluer démocratie au Maroc	38,3	23,3	24,7	9,2	1,2
Incapacité d'évaluer démocratie dans pays arabes	78,3	60,0	48,1	24,0	3,6
Première langue parlée quotidiennement : dialectal	75,8	74,4	80,5	84,7	81,9
Première langue parlée quotidiennement : amazighe	24,0	17,8	16,9	11,7	9,6
Volonté d'apprendre l'amazigh	28,0	28,9	45,9	45,9	50,6
A confiance dans l'avenir du Maroc	70,3	67,8	67,5	57,1	36,1

**3.5 Tableau : Valeurs politiques et position sociale**

	FF	OA	EM	EA	CH	ET	AR
Inscrits aux listes électorales	79,3	89,0	89,0	97,6	72,4	55,0	86,4
Participe aux dernières élections	64,1	83,5	75,6	90,5	62,1	37,5	76,3
Déclare sa position politique (droite, gauche...)	11,9	17,3	29,2	40,4	19,8	25	24,3
Ne connaît pas les catégories gauche, droite..	22,7	39,4	54,9	42,9	50,0	60,0	47,3
Manque d'intérêt à la politique	40,1	22,0	13,4	19,0	12,9	7,5	17,2
Adhère à un parti politique	,6	0	3,7	7,1	1,7	0	3,6
Souhaite adhérer à un parti politique	7,7	11,0	8,5	28,6	12,9	12,5	11,2
Adhère à une association	0,9	14,7	14,6	33,4	6	12,5	5,4
Souhait adhérer à une association droit de l'Homme	28,2	42,2	41,5	40,5	44,8	57,5	34,3
Prêt pour voter pour une femme	90,9	72,5	87,8	66,7	81,0	85,0	75,1
Egalité entre hommes et femmes (élu parlementaire)	56,6	47,7	56,1	38,1	42,2	50,0	41,4
Egalité entre hommes et femmes (fonction de ministre)	54,1	43,1	53,7	31,0	47,4	52,5	36,7
Qualité de l'élu : instruction	17,4	33,9	32,9	19,0	24,1	47,5	26,6
Qualité de l'élu : maâqoul	55,0	37,6	48,8	50,0	49,1	37,5	52,7
Incapacité d'évaluer partis politiques	58,3	42,2	13,4	28,6	25,9	15,0	27,2
Incapacité d'évaluer communes	30,1	11,9	3,7	2,4	12,9	5,0	12,4
Incapacité d'évaluer parlement	47,5	26,6	13,4	9,5	27,6	10,0	28,4
Incapacité d'évaluer démocratie au Maroc	39,2	16,5	6,1	9,5	15,5	5,0	17,2
Incapacité d'évaluer démocratie dans pays arabes	67,1	67,0	23,2	57,1	40,5	10,0	42,6
Première langue parlée quotidiennement : dialectal	79,8	70,6	81,7	69,0	81,0	85,0	80,5
Première langue parlée quotidiennement : amazighe	18,5	29,4	9,8	28,6	13,8	10,0	17,2
Volonté d'apprendre l'amazigh	37,8	30,3	47,6	26,2	43,1	47,5	38,5

Note : FF : femmes au foyers ; OA : Ouvriers agricoles ; EM : Directeurs + Cadres moyens + employés ; EA: Exploitants agricoles; CH : chômeurs ; ET : Etudiants ; AR : Artisans + commerçants+ petits métiers

## Quadro 13 – Desigualdade do género na actividade económica nos países MENA

Table A4 -22

### GENDER INEQUALITY IN ECONOMIC ACTIVITY

HDI Rank		Female economic activity rate (% ages 15 and above) 2003	Female economic activity rate (index, 1990=100, ages 15 and above) 2003	Female economic activity rate (% of male rate ages 15 and above) 2003	Female employment in agriculture (as % of female labour force) 1995-2002	Male employment in agriculture (%) 1995-2002	Female employment in industry (as % of female labour force) 1995-2002	Male employment in industry (%) 1995-2002	Female employment in services (as % of female labour force) 1995-2002	Male employment in services (%) 1995-2002	Women contributing family workers (% of total) 1995-2003	Men contributing family workers (% of total) 1995-2003
High Human Development												
40	Qatar	42.6	129	47	..	..	..	..	..	..	..	..
41	United Arab Emirates	32.1	110	38	(.)	9	14	36	86	55	..	..
43	Bahrain	34.5	121	40	..	..	..	..	..	..	..	..
44	Kuwait	36.2	96	49	..	..	..	..	..	..	..	..
Medium Human Development												
58	Libyan Arab Jamahiriya	25.9	126	35	..	..	..	..	..	..	..	..
71	Oman	20.3	160	27	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Saudi Arabia	22.4	150	29	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Lebanon	30.7	126	40	..	..	..	..	..	..	..	..
89	Tunisia	37.7	115	48	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Jordan	28.1	165	36	..	..	..	..	..	..	..	..
102	Occupied Palestinian Territories	9.6	153	14	26	9	11	32	62	58	46	54
103	Algeria	31.6	165	41	..	..	..	..	..	..	..	..
106	Syrian Arab Republic	29.5	125	38	..	..	..	..	..	..	..	..
119	Egypt	36.0	119	46	39	27	7	25	54	48	33	67
124	Morocco	41.9	108	53	6	6	40	32	54	63	19	81
141	Sudan	35.7	116	42	..	..	..	..	..	..	..	..
Low Human Development												
150	Djibouti	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
151	Yemen	30.9	110	37	88	43	3	14	9	43	26	74
Without HDI Rank												
	Iraq	19.4	134	26	..	..	..	..	..	..	..	..
	Somalia	62.9	99	73	..	..	..	..	..	..	..	..
All developing countries												
Least developed countries												
Arab States												
East Asia and the Pacific												
Latin America and the Caribbean												
South Asia												
Sub-Saharan Africa												
Central and Eastern Europe and the CIS												
OECD												
High-income OECD												
High human development												
Medium human development												
Low human development												
High income												
Middle income												
Low income												
World												

Source: UNDP, HDR 2005, Table 28:311-314.

## Quadro 14 – Empowerment medido de acordo com o género nos países MENA

Table A4 -20

### GENDER EMPOWERMENT MEASURE

HDI Rank	Gender empowerment measure (GEM) rank	Gender empowerment measure (GEM) value	Seats in parliament held by women (% of total)	Female legislators, senior officials and managers (% of total)	Female professional and technical workers (% of total)	Ratio of estimated female to male earned income	
High Human Development							
40	Qatar	..	—	..	..	..	
41	United Arab Emirates	..	0.0	8	25	..	
43	Bahrain	68	0.393	7.5	10	19	0.31
44	Kuwait	..	..	0.0	..	..	0.35
Medium Human Development							
58	Libyan Arab Jamahiriya	..	..	..	..	..	
71	Oman	..	..	7.8	..	..	0.19
77	Saudi Arabia	78	0.253	0.0	31	6	0.21
81	Lebanon	..	..	2.3	..	..	0.31
89	Tunisia	..	..	22.8	..	..	0.37
90	Jordan	..	..	7.9	..	..	0.31
102	Occupied Palestinian Territories	..	..	..	12	34	..
103	Algeria	..	..	5.3	..	..	0.31
106	Syrian Arab Republic	..	..	12.0	..	..	0.29
119	Egypt	77	0.274	4.3	9	31	0.26
124	Morocco	..	..	6.4	..	..	0.40
141	Sudan	..	..	9.7	..	..	0.32
Low Human Development							
150	Djibouti	..	..	10.8	..	..	..
151	Yemen	80	0.123	0.3	4	15	0.31
Without HDI Rank							
..	Iraq	..	..	—	..	..	..
..	Somalia	..	..	—	..	..	..

Source: UNDP, HDR 2005, Table 26:303-306.

## Quadro 15 – Participação política das mulheres nos países MENA

Table A4 -23

### WOMEN'S POLITICAL PARTICIPATION

HDI Rank	Year women received right to vote	Year women received right to stand for election	Year first woman elected (E) or appointed (A) to parliament	Women in government at ministerial level (as % of total) 2005	Seats in lower house or single house held by women (as % of total) 1990	Seats in lower house or single house held by women (as % of total) 2005	Seats in upper house or senate held by women (as % of total) 2005
<b>High Human Development</b>							
40	Qatar	—	—	0.1	..	..	..
41	United Arab Emirates	—	—	0.1	0	0.0	..
43	Bahrain	1973	1973	2002 A	0.1	0.0	15.0
44	Kuwait	—	—	—	0.0	0.0	..
<b>Medium Human Development</b>							
58	Libyan Arab Jamahiriya	1964	1964	..	..	..	..
71	Oman	1994, 2003	1994, 2003	..	0.1	2.4	15.5
77	Saudi Arabia	—	—	—	0.0	0.0	..
81	Lebanon	1952	1952	1991 A	0.1	0	2.3
89	Tunisia	1957, 1959	1957, 1959	1959 E	0.1	4	22.8
90	Jordan	1974	1974	1989 A	0.1	0	5.5
102	Occupied Palestinian Territories	..	..	..	..	..	..
103	Algeria	1962	1962	1962 A	0.1	2	6.2
106	Syrian Arab Republic	1949, 1953	1953	1973 E	0.1	9	12.0
119	Egypt	1956	1956	1957 E	0.1	4	2.9
124	Morocco	1963	1963	1993 E	0.1	0	10.8
141	Sudan	1964	1964	1964 E	(.)	9.7	..
<b>Low Human Development</b>							
150	Djibouti	1946	1986	2003 E	0.1	0	10.8
151	Yemen	1967, 1970	1967, 1970	1990 E	(.)	4	0.3
<b>Without HDI Rank</b>							
..	Iraq	..	..	..	0.2	11	31.6
..	Somalia	..	..	..	..	4	..

Source: UNDP, HDR 2005, Table 30:316-319.

Quadro 16 – Emprego e Salários em Marrocos segundo o sexo

Emploi et salaires		التشغيل والأجور		
13 - 16 Population active occupée selon le sexe, les branches d'activités économiques et les secteurs d'emploi : Ensemble		13 - 16 السكان النشيطون المشغولون حسب الجنس وفروع النشاط الإقتصادي وقطاعات الشغل : المجموع		
Année 2003	ذكور + إناث Masculin + Féminin	إناث Féminin	ذكور Masculin	
				سنة 2003
<b>Branches d'activités économiques</b>				فروع النشاط الإقتصادي
Agriculture, forêt et pêche	4 211 986	1 436 906	2 775 080	الفاحة والغابات والصيد البحري
Industrie extractive	54 525	2 137	52 388	الصناعة الإستخراجية
Industrie manufacturière	1 192 447	459 703	732 744	المنتجات المصنعة
Électricité, gaz, eau	38 985	2 847	36 138	الكهرباء والغاز والماء
Bâtiments et travaux publics	650 529	6 312	644 217	البناء والأشغال العمومية
Réparation	185 596	1 587	184 009	إصلاحات
Commerce de gros et de détail	1 228 487	96 423	1 132 064	تجارة بالجملة وبالتفصيل
Restauration et hôtellerie	181 824	30 682	151 142	الإيواء والإطعام
Transports, entrepôts et communications	342 693	21 553	321 140	النقل والمستودعات والمواصلات
Banques, assurances, affaires immobilières et services fournis aux entreprises	123 326	41 862	81 464	البنك والتأمينات والشؤون العقارية والخدمات المقدمة للمقاولات
Services personnels et domestiques	419 100	164 544	254 556	الخدمات الخصوصية والمنزلية
Services sociaux fournis à la collectivité (1)	480 303	173 675	306 628	الخدمات المقدمة للجماعة (1)
Administration générale	485 729	88 005	397 724	الإدارة العامة
Activités mal désignées	7 242	1 714	5 528	نشاطات مبهمة
<b>Total</b>	<b>9 602 772</b>	<b>2 527 950</b>	<b>7 074 822</b>	<b>المجموع</b>
				قطاعات الشغل
<b>Secteurs d'emploi</b>				
Administration publique et collectivités locales	820 857	202 759	618 098	الإدارة العمومية والجماعات المحلية
Entreprises publiques ou semi publiques	117 551	15 556	101 995	المقاولات العمومية والشبه العمومية
Entreprises privées non agricoles	4 402 094	772 176	3 629 918	المقاولات الحرة الغير الفلاحية
Exploitations agricoles	4 121 510	1 429 673	2 691 837	الضيعات الفلاحية
Autres secteurs	139 878	107 561	32 317	قطاعات أخرى
Non déclaré	882	225	657	غير مصرح به
<b>Total</b>	<b>9 602 772</b>	<b>2 527 950</b>	<b>7 074 822</b>	<b>المجموع</b>

## Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa administrativo de Marrocos

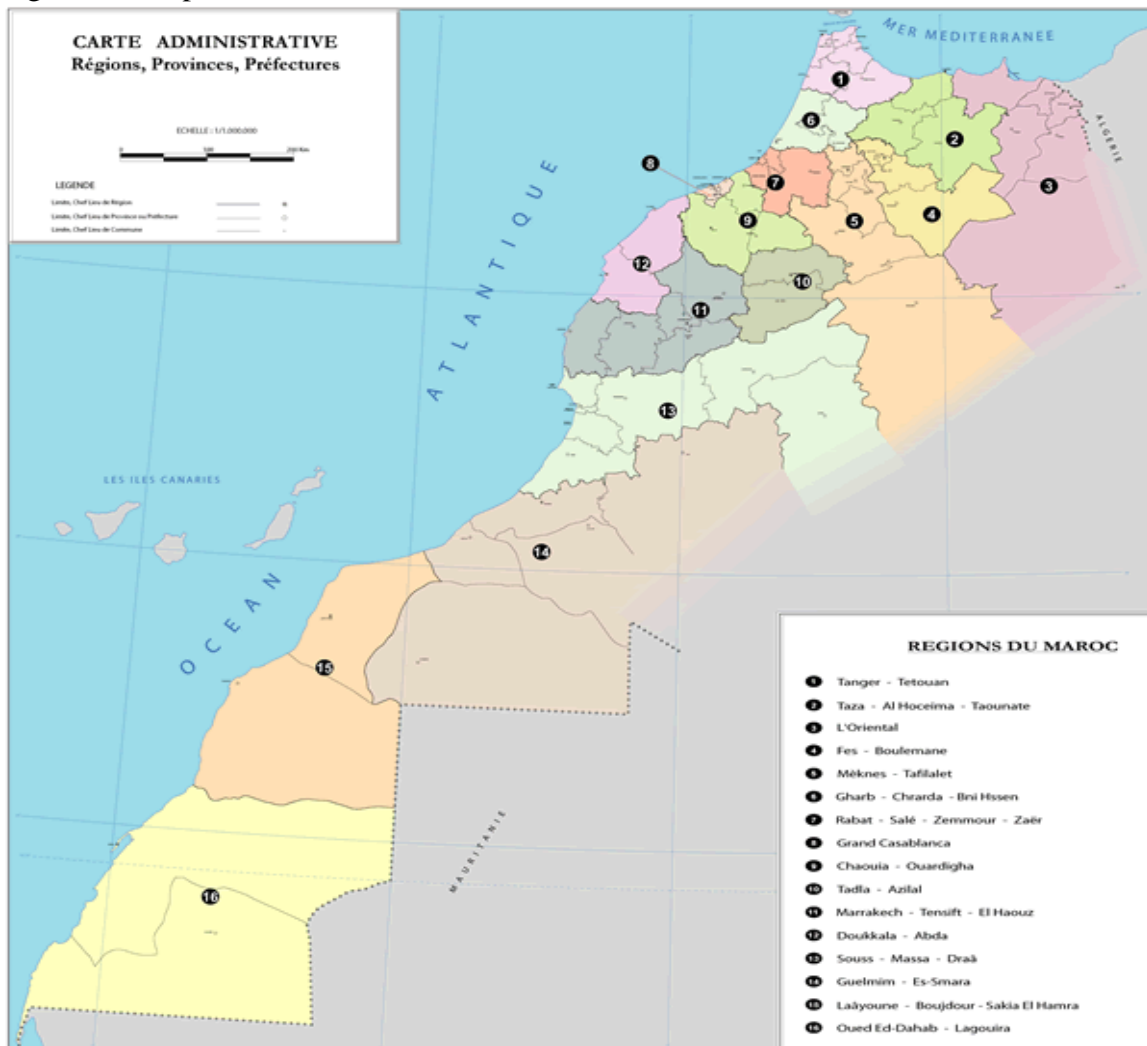


Figura 2 - Dados “relâmpago” sobre Marrocos

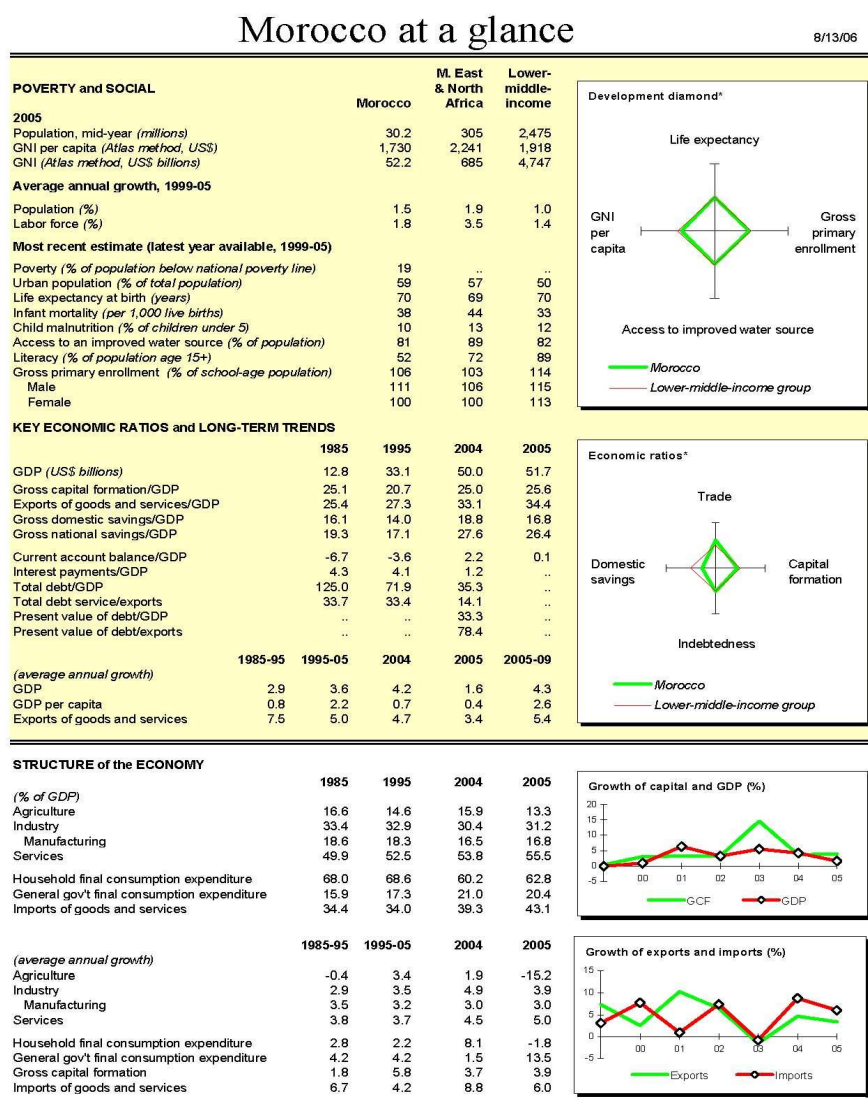


Figura 3 – Dados “relâmpago” sobre Marrocos (cont.)

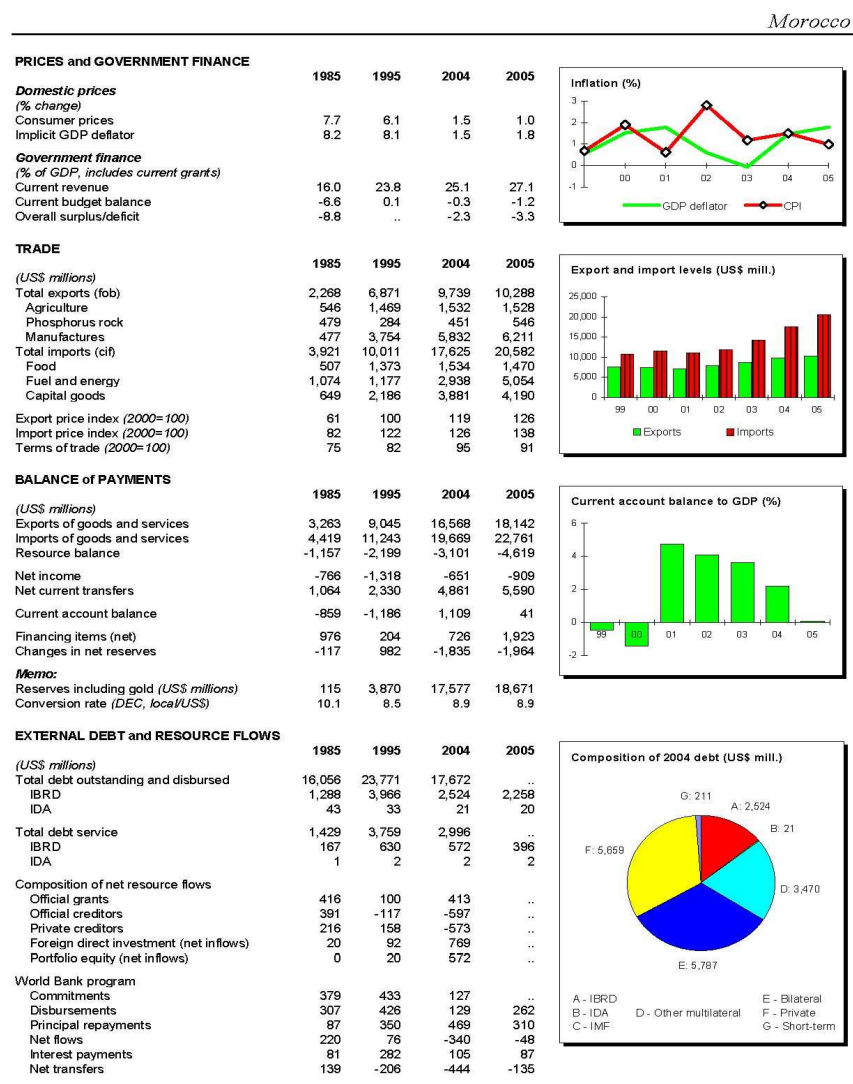


Figura 4 – Regressão da Taxa de Analfabetismo entre 1955 e 2010

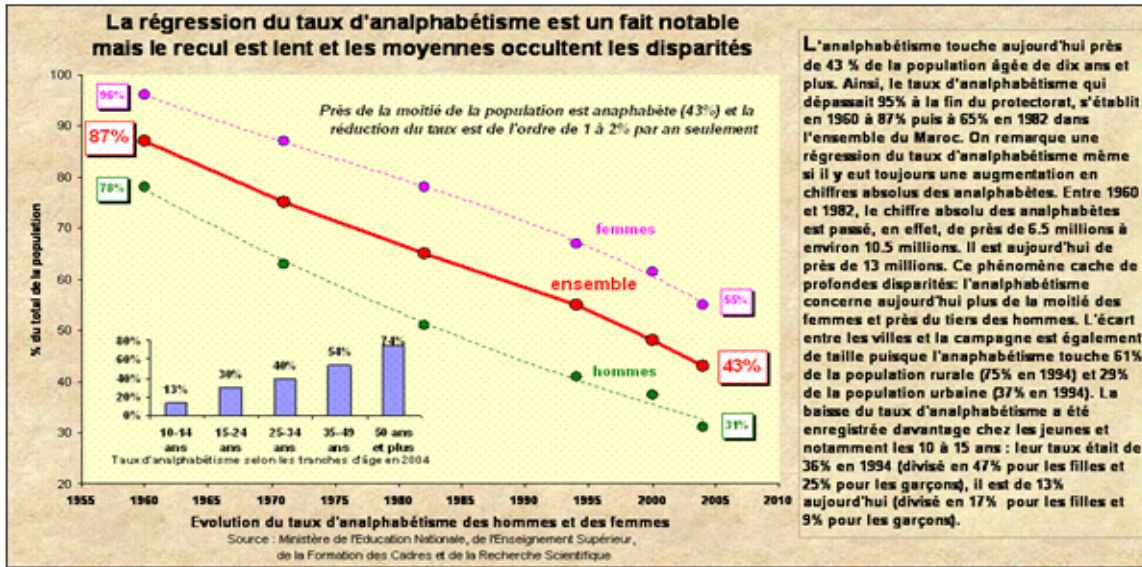


Figura 5 – Número total de estudantes segundo sectores do ensino entre 1950 /2010

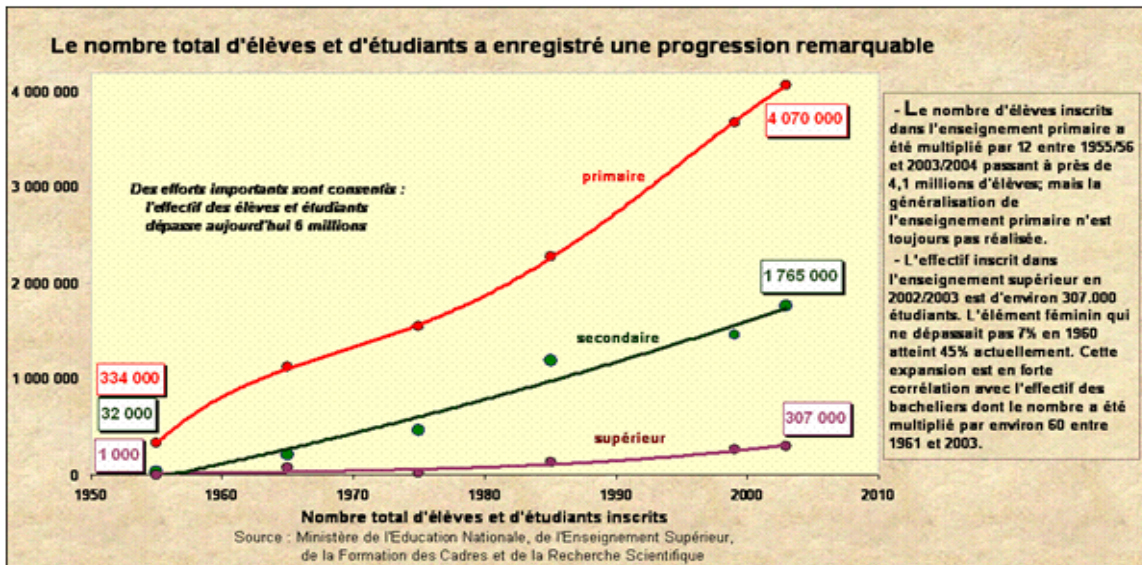


Figura 5a - Taxa de escolarização de acordo com idade (a nível nacional e a nível rural)

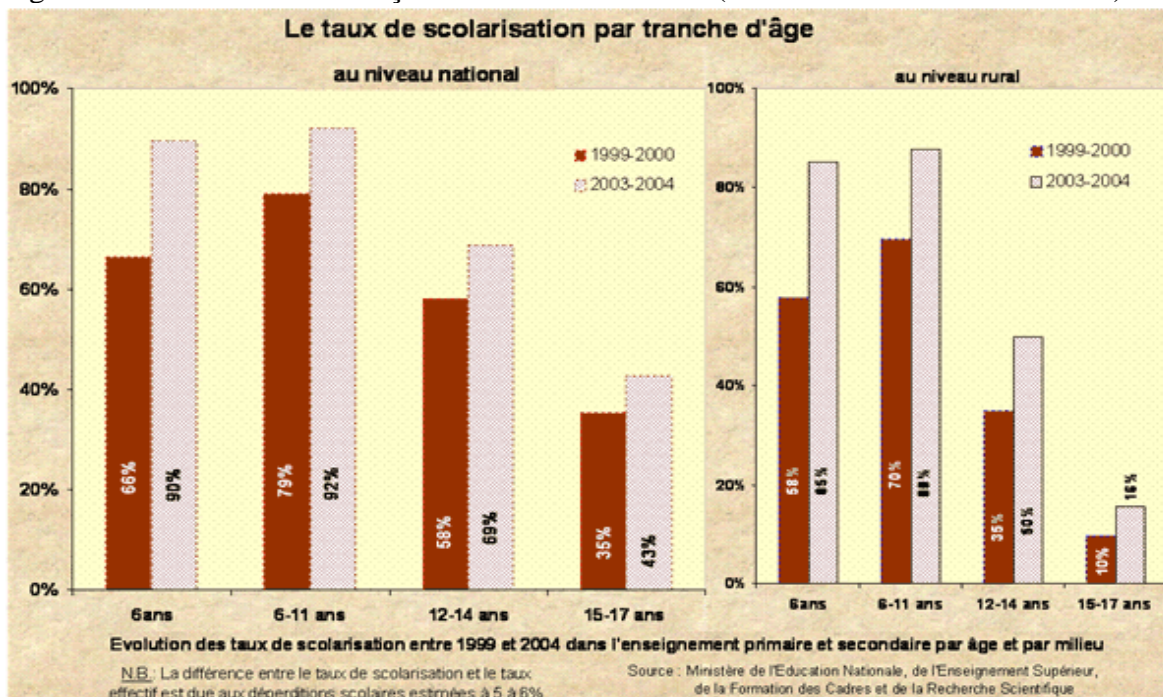


Figura 6 – Desigualdade no acesso raparigas/rapazes à escola tem caído

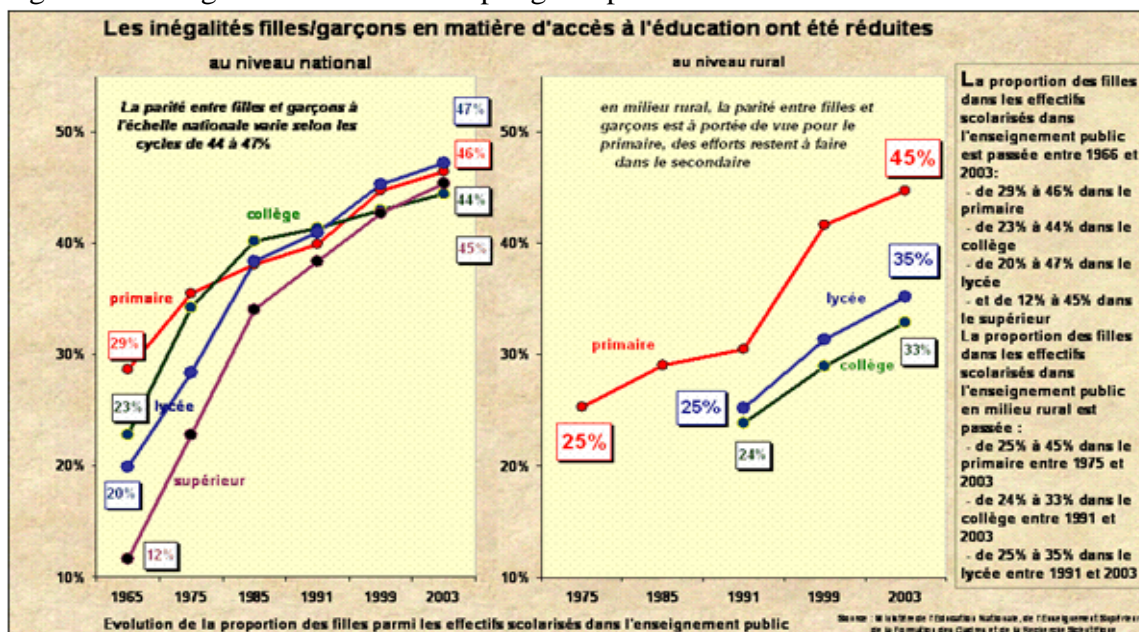


Figura 7 – Proporção de adultos solteiros está aumentar

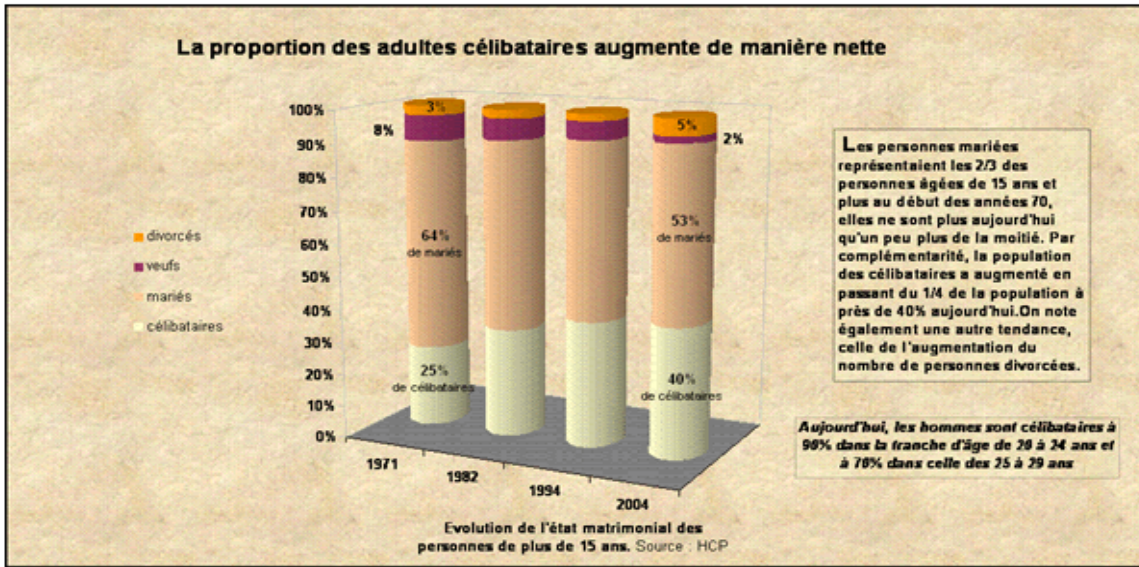


Figura 8 – As marroquinas têm menos filhos

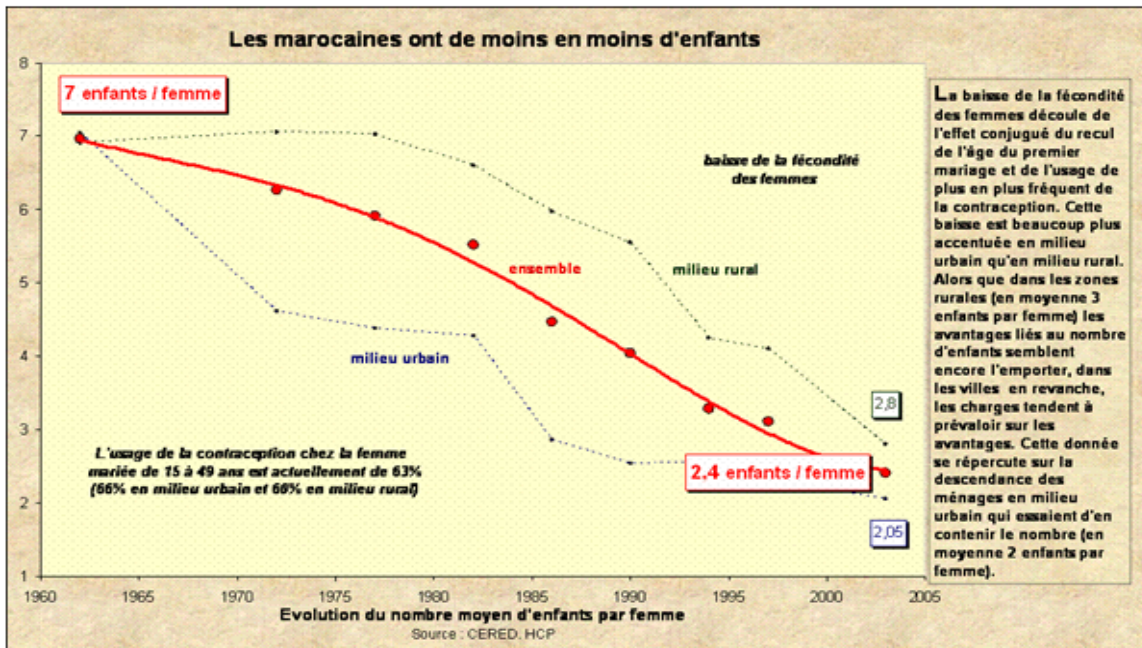


Figura 9 – A participação das mulheres no trabalho está a aumentar mas mantém-se fraca

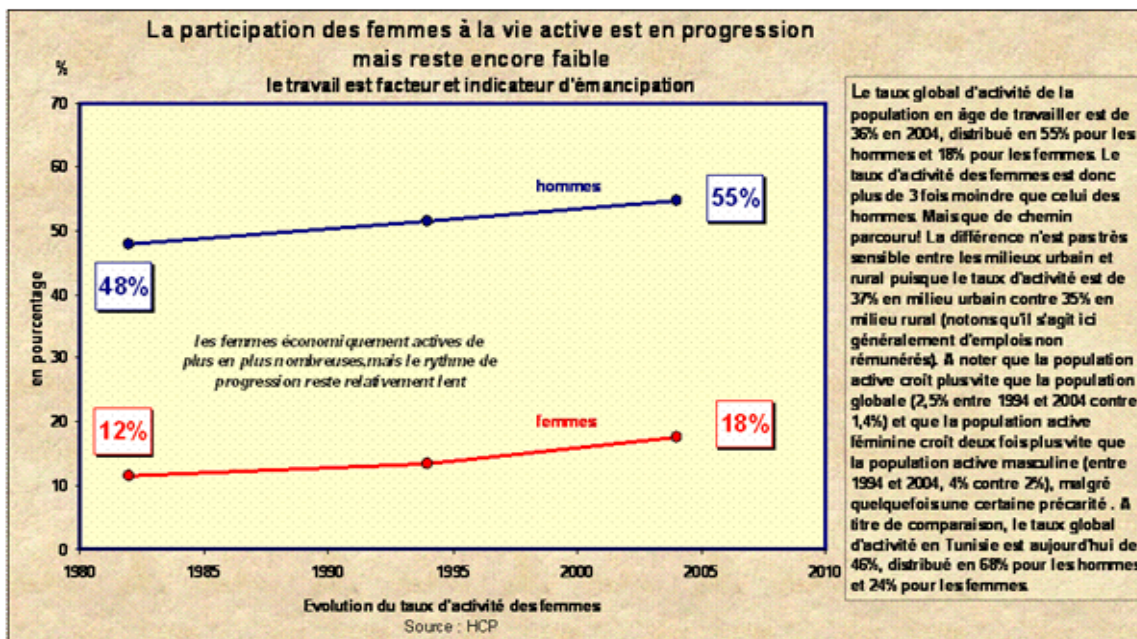


Figura 10 – Transição demográfica em Marrocos: a população está a envelhecer

